UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA

MEMÓRIAS EM DISPUTA:
NARRATIVAS SOBRE A PRÁTICA DA TORTURA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1969-1973)

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2018

CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA

MEMÓRIAS EM DISPUTA:
NARRATIVAS SOBRE A PRÁTICA DA TORTURA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1969-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dias.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
FEVEREIRO DE 2018

Oliveira, Cristiane da Silva.

O58m Memórias em disputa: narrativas sobre a prática da tortura durante a ditadura militar no Brasil (1969-1973). / Cristiane da Silva Oliveira – Vitória da Conquista, 2018.
117 f.

Orientador: José Alves Dias.
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

Inclui referência F. 115 - 117.

1. Ditadura militar - Tortura. 2. Memória - Aspecto Social. 3. Período ditatorial. I. Dias, José Alves. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD 981.42

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memories in dispute: narratives on the practice of torture during the military dictatorship in Brazil (1969-1973).

Palavras-chaves em inglês: Memory. Ideology. Torture. Military dictatorship.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Alves Dias (presidente); Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (titular); Prof. Dr. Luciano Pedro Javier Alonso (titular).

Data da Defesa: 5 de fevereiro de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA

MEMÓRIAS EM DISPUTA:
NARRATIVAS SOBRE A PRÁTICA DA TORTURA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1969-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 05 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves Dias (Presidente)
Instituição: UESB
Ass.:_____

Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães
Instituição: UESB
Ass.:_____

Prof. Dr. Luciano Pedro Javier Alonso
Instituição: FHUC-UNL
Ass.:_____

Dedico este trabalho a todos que, em nome da
“segurança nacional”, foram submetidos às mais
degradantes torturas.

AGRADECIMENTOS

Acompanhada pelo sentimento de gratidão teço as próximas linhas no desejo de que jamais seja legado ao esquecimento a generosidade, a cumplicidade e os verdadeiros afetos dos que pela energia do encontro cruzaram meu caminhar e o alargaram a cada passo dado.

Gratidão,

Aos meus pais (Gilberto e Maria), os quais honro e reverencio por terem me concedido a possibilidade da vida. Simplesmente amo-os!

A mim mesma (Cristiane) pelo "sim" que dei a minha existência e ao meu incontrolável anseio por esta pesquisa.

Aos meus irmãos, Gilson, Gilmar, Jair (*in memoriam*), Rosane Cristina e José Roberto por dividirem comigo as alegrias e tristezas de sermos família.

Aos meus sobrinhos, Gabriel, Beatriz, Bianca, João Vitor e Enzo Gabriel pelos risos, pelos "papos cabeça", pelo brincar, por não deixarem que a minha criança eterna se perca no apressado dia a dia.

Às minhas cunhadas, Renata, Evaneide e Cleide por manterem vivas nossas linhagens familiares ao abraçarem suas maternidades.

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao corpo docente do Departamento de História (DH), por me iniciarem nos caminhos do devaneio, do fascínio e da rigorosidade histórica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS), pela acolhida e por possibilitar meu encontro com o sedutor e apaixonante campo da memória.

À Coordenação do PPGMLS pela condução das atividades, aos funcionários pelo auxílio e gentileza para com os mestrandos e doutorandos e aos docentes, em especial os com os quais tive a oportunidade de conviver e nutrir-me de seus conhecimentos (Ana Elizabeth Alves, Maria da Conceição Fonseca, Auterives Maciel, Edson Farias, Maria Aparecida Sousa, Lívia Diana Magalhães e José Dias).

Aos Robertos (Vitor, Raeltom, Rafael, Janderson, Jonatan, Jorge e Almir) e Robertas (Thainá, Morena, Lumma, Lisy, Heloar, Dyanne, Claudete, Andressa, Amanda e Aline) que com suas individualidades traduzem a bela, solidária, inesquecível e afetiva coletividade que é e sempre será a turma de Mestrado 2016. E não posso deixar de citar Margarete e Leda, as nossas doutorandas favoritas. Por vocês e com vocês viveria tudo de novo!!! Amo demais!!!

Aos professores/amigos do DH, Jorgeval Borges (Val) por nunca me deixar desistir e por acreditar, por tantas vezes, mais em mim que eu mesma e Roque Felipe por todas as ocasiões que me estendeu a mão ao me encontrar sem amparo. Meninos, a generosidade de cada um trouxe alívio a este coração que tanto se desesperou diante do medo de que este trabalho não se concretizasse e hoje divido com vocês a satisfação de vê-lo materializado.

Ao professor Ruy Medeiros, pelo encontro incomum, pela generosidade de me ouvir, pela partilha do seu acervo bibliográfico, pela doçura do seu olhar, pela gentileza das suas palavras e pelos abraços afetuosos. Esta pesquisa tomou um rumo novo quando tomei conhecimento da sua experiência e do seu testemunho. Mesmo sem ser do seu conhecimento, em muitas das linhas redigidas o senhor esteve comigo em meus pensamentos.

Aos amigos colhidos nos anos vividos, a todos sem exceção. Porém, faz-se necessário citar os que estiveram tão perto, mesmo quando eu estive na clausura da minha introspecção e da solidão que por vezes foi o meu refúgio mais sábio. Por tantas vezes tive em meu auxílio a presença verdadeira e afetuosa de pessoas valiosas, entre elas, Dra. Edy, Diego, Wrânia, Filipe, Maurício, Dilermano, Cristiane (minha xará), Patrícia, Cleidinha, Elâne, Deise, Simone, Roberta, Lúcia, Nathalia, Marize, Terezinha "Lora" (*in memoriam*), Carlos Jonatas, Marília, Fernanda, Pollyane, Michele, Ana Xara, Grô, minha amada Jaçanã, todos os membros da minha família Gaia, os meus parentes pataxós, o Grupo de Pesquisa Política e Sociedade (GEPS) e tantas outras pessoas que mesmo não citadas aqui estão envoltas em meu afeto mais íntimo. E deixo por último, Carlinha (Carla Marson) e Vi (Vitória Andrade) porque com elas a amizade se enverada para um nível inusitado de irmandade. Carlinha, minha amiga/irmã, minha mestre das línguas e das teorias, principalmente da teoria da memória, figura simples, dadivosa, amável, prestativa e parceira. Amiga, lhe sou grata por cada conversa tricotada entre almoços, telefonemas e mensagens, sou grata por sua amizade! Vi, a única que me conhece pela pupila dos olhos, pelas oscilações da minha respiração, pelos meus risos, pelas minhas lágrimas, pelos meus silêncios e por minha tagarelice. Minha irmã de alma. Irmã desde quando nem nos conhecíamos, irmã por tudo que vivemos de semelhante a cada dia, irmã que divide os seus comigo (Dona Zú, Alex e minha adorada Alice) e os faz meus. E com quem também reparto os meus, e ao acolhê-los me auxilia na relação com todos. Amo-te tanto!!! Tu és o meu melhor sorriso, a parcela mais límpida de minha alma!

Aos membros da minha honrosa banca de qualificação e de defesa, o Prof. Dr. Luciano Alonso, primeiro, por seu aceite em contribuir com este trabalho, depois por sua dedicada análise e por sua contribuição singular que direcionou pontos de extrema

importância para que o objetivo principal fosse alcançado. E o que posso dizer da estimada Profª. Dra. Lívia Diana Magalhães que seja capaz de traduzir o que cultivo por ela. Bom, para iniciar obrigada por ser uma profissional da educação! Sua sintonia com esse ofício se revela em cada gesto seu, em cada palavra que profere e principalmente na grandeza com a qual partilha o seu conhecimento com todos, sem receios, sem limites, com dedicação e responsabilidade. Sou-lhe tão grata por ter me aceito como ouvinte em sua disciplina e pelo acesso concedido as diversas instâncias do aspecto social da memória, por ter dito sim e composto essa banca, por ser minuciosa, criteriosa e solidária para comigo e com esta pesquisa que sem sua contribuição não chegaria tão perto do necessário.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Alves Dias, pessoa peculiar e indispensável neste meu caminhar. Sou-lhe eternamente grata, pois entre seus “nãos” e “sins” me proporcionou tantos encontros, tantos novos amigos queridos, tantas leituras, tantos rompimentos de limites, tantas superações e, ainda, me incitou a encontrar a força imprescindível para tomar as rédeas da minha vida, para vasculhar o interior do meu interior e tecer esta pesquisa como quem tricota o bordado de sua própria existência. Gratidão Zé!!!

Ao artista e amigo Gilvandro Oliveira (Vando) por unir sua sensibilidade com as emoções de cada um que cruza seu caminho e as transmutarem numa arte inigualável!

Ao fogo que faz crepitar meus desejos, ao ar que regula meu respirar, à água que revela minhas emoções, à terra que me gerou e me acalenta em seu majestoso útero, a lua que me inebria e seduz, ao sol que me aquece e energiza, as pedras por guardarem os ensinamentos ancestrais, as árvores pela conexão geracional, aos animais pelos seus ensinamentos, as plantas por seus poderes medicinais, ao vento que flui das quatro direções (ora sendo brisa leve, ora sendo ventania audaciosa), a todos os povos pela diversidade do humano.

Por fim, sou grata ao Grande Mistério que sacraliza meu cotidiano e todas as minhas relações.

Gratidão!!!

O torturador esquece facilmente. (...) apaga da memória o número e o semblante de suas vítimas. O torturado jamais esquece. Sua resistência reside na memória. (...) Por isso a memória da dor é subversiva. (...) É o grito permanentemente parado no ar. Não o grito da vítima espancada, mas da indignação, da reafirmação do humano, da negação do terror. Grito que silencia o horror.

(BETTO, 2009, p. 17-18)

RESUMO

A tortura foi sistematicamente empregada pelo Estado de Segurança Nacional durante a ditadura militar no Brasil. Tinha por objetivo aniquilar seus oponentes e, respectivamente, silenciar suas expressões futuras, visto que a dor infligida poderia converter-se em entrave para a construção da memória. Objetivo esse, que, nos anos ditatoriais, favoreceu a edificação deliberada, pelo Estado, de uma memória nacional que assegurava os interesses da burguesia e as condições materiais de produção e/ou reprodução do *status quo* dominante. Assim, no intuito de demonstrar a ocorrência de disputas entre memórias delimitou-se, neste estudo, dois agrupamentos sociais, cujos relatos operam, intencionalmente, na construção de narrativas que demonstram seus lugares sociais e são, por conseguinte, conflitivas sobre o período ditatorial. Para tanto, foram selecionadas quinze narrativas de memórias escritas e publicadas entre 1979 e 2009, sendo, nove delas, expressões de opositores insurgentes que ao narrarem suas experiências com a prática da tortura denunciaram as sevícias sofridas, rechaçaram a memória estatal, ativaram a resistência e o dever de fazer justiça. As demais referem-se à declarações de militares que ao articularem suas memórias ora negam, ora justificam a referida prática, na intenção de descredibilizar a memória opositora, de defender o Estado ditatorial e de validar a memória cunhada por meio da discurso de "segurança nacional". Logo, ao analisar as memórias dos referidos grupos constatou-se que a dimensão da prática da tortura foi elevada, pois as recordações dos opositores ratificam a extensão de suas mazelas e seus desdobramentos e que os diferentes sentidos atribuídos, pelos que recordam, à referida prática evidenciam que a mesma desponta-se como estopim das disputas entre as narrativas dos grupos rivais.

Palavras chaves: Memória. Ideologia. Tortura. Ditadura militar.

ABSTRACT

Torture was systematically employed by the State of National Security during the military dictatorship in Brazil. Its purpose was to annihilate its opponents and, respectively, to silence their future expressions, since the inflicted pain could become an obstacle to the construction of memory. This objective, which in the dictatorial years favored the deliberate construction, by the State, of a national memory that ensured the interests of the bourgeoisie and the material conditions of production and/or reproduction of the dominant *status quo*. Thus, in order to demonstrate the occurrence of disputes between memories, we selected in this study two social groupings, whose reports intentionally operate in the construction of narratives that demonstrate their social places and are, therefore, conflicting about the dictatorial period. To that end, fifteen narratives of written and published memoirs were selected between 1979 and 2009, nine of which were expressions of insurgent opponents who, in narrating their experiences with the practice of torture, denounced their suffering, rejected the state memory, activated resistance and the duty to do justice. The others refer to the declarations of military personnel who, in articulating their memories, deny or sometimes justify this practice, in an attempt to discredit the memory of the opposition, to defend the dictatorial state and to validate the memory coined by means of the discourse of "national security". Thus, in analyzing the memories of these groups, it was observed that the scale of torture was high because the memories of the opponents confirm the extent of their ills and their consequences and that the different meanings attributed to that practice by those who remember it evidence that it emerges as the source of the disputes between the narratives of rival groups.

Keywords: Memory. Ideology. Torture. Military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC-23	Ato Complementar nº 23
AI-1	Ato Institucional nº 1
AI-2	Ato Institucional nº 2
AI-3	Ato Institucional nº 3
AI-4	Ato Institucional nº 4
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNM	Brasil Nunca Mais
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DOI	Departamento de Operações Internas
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
ESN	Estado de Segurança Nacional
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Forças Armadas Brasileiras

FEB	Força Expedicionária Brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GTA	Grupo Tático Armado
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policial-Militares
ISN	Ideologia de Segurança Nacional
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OLAS	Organização Latino-Americana de Solidariedade
ONA	Objetivos Nacionais Atuais
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PIC	Pelotão de Investigações Criminais
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PT	Partido dos Trabalhadores
SNI	Serviço Nacional de Informações
STM	Superior Tribunal Militar
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. A EDIFICAÇÃO DA "MEMÓRIA DE SEGURANÇA NACIONAL": TORTURA E IDEOLOGIA 20

2.1. O ASPECTO SOCIAL DA MEMÓRIA 20

2.2. O CENÁRIO DA EMERGÊNCIA DOS ACONTECIMENTOS REMEMORADOS 22

2.3. A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE NOS ANOS DITATORIAIS 30

2.4. AS "BASES LEGAIS" DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL: INDÍCIOS DA CONSTRUÇÃO DELIBERADA DE UMA MEMÓRIA 33

3. A PRÁTICA DA TORTURA NA DITADURA: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS DOS OPOSITORES INSURGENTES 39

3.1. A OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR 39

3.2. O IMPULSO NARRATIVO INSURGENTE 43

3.3. A COMPOSIÇÃO DO AGRUPAMENTO OPOSITOR INSURGENTE 48

3.4. NARRATIVAS OPOSITORAS: A DENÚNCIA DA TORTURA 52

4. A PRÁTICA DA TORTURA NA DITADURA: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS DOS MILITARES 69

4.1. FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA BRASILEIRA 69

4.2. A MOTIVAÇÃO PARA O CONTRAPONTO NARRATIVO DOS MILITARES 72

4.3. A CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO MILITAR 76

4.4. NARRATIVAS MILITARES: A PRÁTICA DA TORTURA 82

5. A PRÁTICA DA TORTURA NA DITADURA: MEMÓRIAS EM DISPUTAS 103

5.1. OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À TORTURA SOFRIDA: NARRAR É DENUNCIAR, NARRAR É RESISTIR, NARRAR É SUBVERTER, NARRAR É NÃO ESQUECER. 103

5.2. OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À TORTURA PRATICADA: NARRAR É COMBATER A "SUBVERSÃO", NARRAR É VENTILAR A "VERDADE". 105

5.3. “MEMÓRIA DE RESISTÊNCIA” *VERSUS* “MEMÓRIA DE SEGURANÇA NACIONAL” 106

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

REFERÊNCIAS 1165

1. INTRODUÇÃO

Nos vinte e um anos dos governos militares no Brasil, a tortura foi sistematicamente utilizada em desfavor dos que, segundo o Estado de Segurança Nacional (ESN), estavam envoltos em atividades avaliadas como "subversivas". À vista disso, seu emprego durante a ditadura militar[1] e, mais especificamente, no período entre 1969 e 1973 não era um ato fortuito, praticado por indivíduos isolados, e sim uma ação deliberada e munida de procedimentos com o intuito de provocar dor, humilhação e desestruturação psíquica.

O uso da prática da tortura pelo aparelho repressivo estatal buscava atender ao desígnio imediato de obter informações consideradas importantes no combate ao comunismo que, de acordo com a ideologia difundida pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), recrutava militantes no Brasil.

Ao construir os próprios "inimigos internos" o Estado operou por duas vias. Por um lado, instituiu o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) organização que recolhia, selecionava e filtrava informações acerca dos suspeitos. Por outro, formou o Departamento de Operações Internas (DOI), rede treinada e instruída para perseguir, capturar e interrogar os acusados de atos subversivos.

Por conseguinte, a repressão no fito de vergar os opositores do Estado infringiu o que institui o artigo 5° da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada em dezembro de 1948, que assegura que "ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante." Indiferentes à violação proferida, distintos estilos e instrumentos de tortura foram empregados nas sessões de interrogatórios conduzidas pelos agentes repressivos do Estado.

Diante das mazelas de ordem física, moral e psicológica provocadas pela prática da tortura, muitos se calaram. Isso se deve ao medo gerado pelas ações de seus algozes, pelo sentimento de desproteção e pelo temor de reviver experiências tão degradantes. Ainda assim, alguns militantes, bem como, outros atores sociais[2], exprimiram, por diferentes atos, denúncias sobre o que se passou no âmbito da repressão ditatorial. Os militares, em contrapartida, defenderam em suas narrativas o Estado ditatorial. Em vista disso, esta

[1]A opção feita, nesta pesquisa, pelo conceito de ditadura militar ampara-se no pensamento desenvolvido por Florestan Fernandes (1982) que sem deixar de considerar a associação entre o Estado, o governo e a sociedade para garantir o funcionamento real da ditadura, o mesmo verificou como particularidade do sistema político, inaugurado pós Golpe de 1964, o fato de que o referido sistema possuía como protagonista o presidente, o qual, segundo Florestan (1982, p.18) "fala à Nação e comunica, como de sua inspiração ou decisão, a vontade predominante no Sistema". Situação essa, que para o autor se traduz em um "centralismo presidencial" atípico e jamais ocorrido antes.

[2]Esses atores sociais integram a oposição ao regime militar e serão apresentados no segundo capítulo.

pesquisa, ao revisitar a questão da tortura praticada durante a ditadura militar, no Brasil, entre 1969 e 1973, por meio da perspectiva social da memória, tem como desígnio demonstrar a ocorrência de disputas entre as memórias de grupos rivais.

A fim de alcançar o referido objetivo, a problematização desta pesquisa partiu da seguinte questão: Qual a dimensão que o uso da prática da tortura, pelo Estado burguês, no período proposto, no Brasil, teve no intuito de se construir a memória da ditadura militar? Diante disso, levantou-se as seguintes hipóteses, primeiro, que a tortura foi utilizada como uma política repressiva de Estado, com a finalidade de aniquilar seus opositores e, concomitantemente, silenciar suas expressões futuras sobre os acontecimentos vividos. Segundo, que o emprego da tortura esteve atrelado ao fato dela ser um princípio da Ideologia de Segurança Nacional.

Para tanto, foram estabelecidos três momentos distintos na pesquisa. Em primeiro lugar, analisou-se a edificação deliberada de uma memória pelo Estado, durante a ditadura militar, o qual se formou e se consolidou através de "suportes legais" com o propósito de validar e institucionalizar a memória da burguesia[3]. Logo, utilizou-se da ideologia[4] no intuito de ocultar as agitações e as diferenciações sociais, operando para evidenciar uma determinada estabilidade social, ao passo que, empregou a violência contra todos os indivíduos que o contradissesse. Segundo, foram examinadas as narrativas de memórias de dois importantes grupos sociais: os opositores insurgentes e os militares, que atuavam no período. À vista disso, esta pesquisa recorreu à dimensão social da memória a fim de discernir, em cada narrativa elegida, como se deu o processo de construção da memória no interior dos grupos de referência de cada narrador e em cada um dos agrupamentos sociais que serão analisados e que serão identificados pelas fontes selecionadas. Buscando, atentar-se ao fato de que as experiências não são edificadas individualmente e sim na partilha coletiva do que foi vivenciado e, ainda, se verificará como os relatos de ambos os grupos operam na reconstrução de memórias que evidenciam seus lugares sociais. Terceiro, apurou-se os confrontos de memórias, iniciando com os sentidos atribuídos nas narrativas elegidas à prática da tortura

[3]Ao tratar dos "dilemas da dominação burguesa diante da ditadura", Florestan Fernandes (1982) pontua que o surgimento da ditadura se atrela a confluência de necessidades das classes burguesas nacionais e das internacionais, e que a centralização política da dominação de classe possibilitou o referido regime. Ressalta, ainda, que os "extratos estratégicos da burguesia" são responsáveis pela solidez da dominação burguesa e pela garantia da base comum de seus interesses. Diante disso, a categoria "memória da burguesia" foi empregada, na pesquisa, no intuito de fazer referência à burguesia dirigente, uma vez que, segundo, Fentress e Wickham (1992), a manipulação da memória nacional é realizada por meio de discursos acessíveis a todos, que por vezes são inventados e popularizados com a finalidade de legitimar a situação vigorante, que no recorte temporal de análise desta pesquisa refere-se a da dominação burguesa.

[4]O conceito de ideologia aplicado ao estudo será explicitado adiante.

durante a ditadura e, em seguida, como resultantes de uma sociedade estratificada, constatando que o Estado atuou para garantir os interesses da classe dominante.

Logo, para realização do presente estudo, optou-se pelo conceito de memória social expresso na releitura realizada pelo antropólogo Fentress (1992) e pelo historiador Wickham (1992) do pensamento desenvolvido por Halbwachs no intento de melhor explicitar e interpretar os ajuntamentos que foram compostos. Isso se deu pelo fato de considerar-se que os agrupamentos organizados na pesquisa alargam a sua constituição social. Percebe-se que, tanto o que se define por oponentes quanto à circunscrição de militares, pode variar de acordo com os demais atores sociais que se integram ou interagem com esses grupos que orbitaram em diferentes posições e papéis durante os anos ditatoriais.

No que se refere à tentativa do Estado, que se moldou em sintonia com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) após a ação golpista de 1964, de institucionalizar a memória da burguesia, recorreu-se à análise elaborada pelos autores supracitados no intuito de verificar a função de operador dos interesses da classe dirigente do país e articulador da referida memória, no período recordado por aqueles que narram suas experiências.

Magalhães e Almeida (2011) ao revisitar diferentes abordagens acerca da memória verificaram que são as condições e os interesses do presente que mantêm a pluralidade de memórias dos grupos sociais e afirmam a existência de um controle do uso da memória, pelo fato de estar ligada às práticas político-culturais de uma determinada sociedade e que empreende como objetivo manter e/ou reproduzir estipuladas relações sociais. Desse modo, ao analisar a tentativa do Estado de institucionalizar a memória da burguesia, estabeleceu-se na pesquisa uma discussão entorno da relação entre memória e ideologia. Para isso, acatou-se o conceito de ideologia enquanto falseamento da realidade, que atua como componente de controle social por meio das ideias da classe dominante. Segundo Marx e Engels (1998),

> [...] os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência, e consequentemente pensam; na medida em que dominam como classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é evidente que esses indivíduos dominam em todos os sentidos e que têm posição dominante, entre outras coisas também como seres pensantes, como produtores de ideias, que regulamentam a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; suas ideias são, portanto as ideias dominantes de sua época. [...] (MARX; ENGELS, 1998, p. 48-49).

Em cumprimento ao objetivo desta pesquisa tanto as memórias opositoras, quanto a memória institucionalizada pelo Estado, aos moldes da ideologia contida na DSN, que foi

reconstruída e legitimada nas narrativas militares, foram analisadas levando em consideração o lugar social de construção das mesmas. Para tanto, foi observado a seletividades dos fatos, os interesses do presente em que as lembranças do passado foram reconstruídas, considerando as inter-relações entre a memória individual e as memórias dos dois grupos sociais que atuaram no período.

A presente dissertação foi organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo pondera acerca da ação estatal de institucionalizar a memória que foi edificada pela burguesia sobre o período analisado. Para isso, parte-se de uma reflexão acerca do aspecto social da memória, adentra-se numa contextualização do cenário da emergência dos acontecimentos rememorados nas fontes selecionadas na pesquisa e, em seguida, se pensa sobre a relação entre o Estado e a sociedade nos anos ditatoriais. Também é feita uma analise a respeito do estabelecimento das "bases legais" do Estado de Segurança Nacional, como indícios da construção deliberada de uma memória oficial.

O segundo capítulo trata da dimensão da prática da tortura nas memórias publicadas por opositores que se insurgiram no Brasil durante o recorte temporal proposto e que, ao narrarem suas experiências com a prática degradante, denunciaram a repressão infligida pelo Estado. Logo, procura-se analisar sobre a oposição à ditadura militar, acerca do impulso narrativo insurgente e, em seguida, demonstra-se como se dá, como recurso da pesquisa, a composição do agrupamento opositor que se insurreciona.

O terceiro capítulo identifica os elementos comuns e os divergentes acerca da tortura expressos nas recordações divulgadas pelos militares. Para tanto, busca-se refletir sobre a relação entre as Forças Armadas e a política brasileira, a motivação para o contraponto narrativo dos militares, além de aclarar a constituição do agrupamento militar.

O quarto capítulo averigua os sentidos atribuídos à tortura empregada nos anos ditatoriais pelos dois agrupamentos. Ao fazer isso, analisa tais sentidos e se depara com a existência de uma memória opositora, que, mesmo diante das mazelas provocadas pela tortura, continua resistindo e subvertendo ao silenciamento imposto por seus algozes, ao passo que os militares, ao se expressarem, buscam validar a memória institucionalizada pelo Estado de Segurança Nacional.

Como fontes foram selecionadas para este trabalho nove memórias escritas e publicadas entre 1979 e 2009, por opositores que se insurgiram contra o regime militar no país e seis obras divulgadas por militares, entre 1986 e 1999, as quais serão apresentadas nos capítulos segundo e terceiro. [5]

[5]Ressalta-se a existência de publicações opositoras realizadas nos primeiros anos da década de 70, do século XX, entretanto diante do acirramento repressivo e do amordaçamento da imprensa os narradores apelaram pelo estilo literário ficcional e/ou metafórico para expor suas denúncias e afirma-se também que após o ano de 2009 a

É pertinente ressaltar, que segundo o pensamento desenvolvido por Halbwachs toda memória é uma reconstrução parcial e seletiva do passado. Logo, ao se optar em trabalhar com memórias escritas levou-se em consideração que construções grafias de determinadas oralidades são permeadas de particularidades, intencionalidades e escolhas, verificáveis no emprego das palavras, as quais são eivadas de significados que intensificam ou minimizam os fatos recordados de acordo com os interesses e a temporalidade do presente de quem narra. Além disso, a própria produção, organização e publicação dessas obras trazem inerentes aos seus conteúdos finalidades específicas delineadas pelo lugar que o narrador ocupa na sociedade.

A escolha do tema como objeto de estudo se deu ao fato de se considerar que esta pesquisa pode contribuir para o conjunto de estudos dedicados à análise da ditadura militar no Brasil. Em específico, aos estudos em torno da repressão vinculada ao referido sistema político, partindo da perspectiva social da memória, a qual oferece meios de analisar presenças e sentidos do passado. A aludida perspectiva, ao filtrar pelo presente o passado, possibilita que a memória recomponha a História, reconstituindo os fatos e acrescentando novas informações.

---

proliferação narrativa militante continuou ativa, porém delimitou-se na pesquisa a seleção de publicações realizadas até a instituição da Comissão Nacional da Verdade criada, no Brasil, pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

2. A EDIFICAÇÃO DA "MEMÓRIA DE SEGURANÇA NACIONAL": TORTURA E IDEOLOGIA

2.1. O ASPECTO SOCIAL DA MEMÓRIA

No intuito de analisar a dimensão social da memória, pontua-se que foi o sociólogo Maurice Halbwachs que desenvolveu o conceito de memória coletiva ao aplicar o modelo sociológico de Durkheim e concluiu que as lembranças são construções coletivas que ocorrem no presente. Para o teórico, quem recorda é o indivíduo, porém é o coletivo que oferece as condições de lembrar, visto que, o que se lembra e como se lembra é determinado pelos quadros sociais da memória, ou seja, pelos mecanismos de regulação da sociedade. Esses são utilizados pela memória coletiva na reconstrução de uma imagem do passado de acordo com cada época e em sintonia com os pensamentos dominantes da sociedade. (HALBWACHS, 2004).

Os referidos quadros sociais são, para Halbwachs (2004), estruturas anteriores ao sujeito, que além de possibilitar a permanência das lembranças, as transmudam, moldando-as de acordo aos interesses do presente. O sociólogo declara que falamos de nossas recordações no intuito de evocá-las e que essa é a função da linguagem e de todo o sistema de convenções sociais que a acompanham, permitindo reconstruir em cada momento o nosso passado. Deste modo, pode-se dizer que a narrativa é selecionada.

Halbwachs (2004) afirma que a memória na sua extensão social atualiza as recordações, coletivizando as lembranças. Em vista disso, o teórico chama a atenção para o fato de que essas podem ser organizadas de dois modos: primeiro, se agrupando em torno de um indivíduo que as verá segundo seu ponto de vista e, segundo, distribuindo-se dentro da sociedade, sendo imagens parciais dela. Dessa forma, o sociólogo considera a existência de um entrecorte entre as memórias individuais e as coletivas, ressaltando que:

> [...] a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confunde com elas – evolui segundo suas leis e, se às vezes determinadas lembranças individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal (2006, p. 72).

No que tange a perspectiva individual da memória, Halbwachs pontua que:

> [...] Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade (2006, p. 72).

É preciso salientar, ainda, que para Halbwachs (2006), a memória coletiva extrai sua força e duração pelo fato de possuir um conjunto de homens como suporte, sendo eles, indivíduos que se lembram e evocam enquanto constituidores de um grupo. Ele ressalta que para haver memória coletiva faz-se preciso um contexto espacial e temporal, observando especificamente o lugar social ocupado por cada membro do grupo e que é o mesmo que atualiza a memória presente nos lugares. Caso esse desapareça, o sentido desvanece e a narrativa histórica apreende a memória.

Embora seja consenso a importância do pensamento desenvolvido por Halbwachs aos estudos acerca da dimensão social da memória, o antropólogo James Fentress e o historiador Chris Wickham ao rele-lo deram preferência a designação de memória social. Justificaram-na no intuito de evitar uma demasiada sujeição do indivíduo, ao grupo, como, segundos ambos, foi dada pelo sociólogo francês,

> [...] um importante problema que se depara a quem quer que pretenda seguir Halbwachs neste campo é o de elaborar uma concepção de memória que, sem deixar de prestar plena justiça ao lado coletivo da vida consciente de cada um, não faça do indivíduo uma espécie de autômato, passivamente obediente à vontade coletiva interiorizada. É por esta razão (e também para evitar a imagem de inconsciente coletivo junguiano) que vamos usar normalmente a expressão <<memória social>> em vez de <<memória coletiva>>, a despeito de a segunda expressão ser mais fácil de reconhecer (1992, p. 7-8).

A memória individual, para os autores, se torna social à medida que o indivíduo partilha com outros as recordações que são relevantes a um grupo social, seja ele de caráter estruturado e duradouro ou de caráter informal e temporário. Fentress e Wickham (1992) concordam com o pensamento teórico difundido nas obras de Halbwachs no que tange ao fato dos grupos sociais construírem imagens próprias do mundo, determinando uma versão ajustada do passado, mas frisam que o que estabelece as versões é a comunicação e não as recordações pessoais. Diante disso, a memória é concebida como uma fonte de conhecimento, pois fornece ao grupo, de modo inconsciente, categorias por meio das quais ele habita seu meio, porém, também, doa elementos de reflexão consciente.

Ao discorrerem sobre as memórias de classe e de grupo nas sociedades ocidentais, Fentress e Wickham (1992) pontuam que para ter memória social é necessário ter significado para o grupo que recorda, mas a articulação desse significado não é um ato simples. De um lado, o contexto narrativo orienta para a estruturação e fixação das formas de memória,

porém, de outro, faz-se tão importante quanto saber o que é recordado e por que. Assim sendo, como os autores destacam,

> os acontecimentos podem ser mais facilmente recordados se couberem nas formas de narrativa que o grupo social tem já ao seu dispor [...] Mas tendem a recordar-se, em primeiro lugar, pelo seu poder de legitimar o presente, tendo tendência a ser interpretadas de maneiras que seguem de perto (muitas vezes defrontam) as presentes concepções do mundo. As recordações têm a sua gramática específica e podem (devem) ser analisadas como narrativas; mas têm também funções e podem (devem) ser analisadas de uma maneira funcionalista, como indicadoras, concordantes ou contraditórios, da identidade social [...] (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p. 112).

A memória social pode se modificar ao longo do tempo e mesmo que isso não aconteça, ocorrerá uma seleção das recordações de acordo com a importância que as mesmas têm para os indivíduos que recordam no seu momento presente. Segundo os autores,

> [...] a relevância das recordações para os outros é particularmente acentuada quando são articuladas; são as memórias partilhadas, na realidade o processo de partilha, isto é, a produção de narrativas faladas ou escritas sobre o passado, o que toma forma dentro do quadro de significado que lhes é dado pelo grupo no seio do qual são contatas (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 112).

É possível perceber a memória por meio de vários grupos sociais, como por exemplo, na memória nacional, que, de acordo com Fentress e Wickham (1992) pode ser manipulada, visto que, as nações não se recordam de modo coletivo e espontâneo, e que em sociedades capitalistas a memória nacional tem como portadores "as classes médias altas e a *intelligentsia*" (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.156). Para os autores, essa memória é internamente divisível e combatível, entretanto sua articulação tem como protagonistas as "elites políticas", o que dificulta sua contestação por meio de outros grupos sociais. Essas elites, por sua vez, empreendem suas eloquências políticas, quase sempre, utilizando o passado como instrumento de legitimação. Como se verá ao longo do texto os embates da memória entre diferentes vertentes sociais dependem da experiência e do lugar referenciado de cada uma delas.

2.2. O CENÁRIO DA EMERGÊNCIA DOS ACONTECIMENTOS REMEMORADOS

A repressão empregada no Brasil pós a ditadura militar não foi uma especificidade do período, entretanto possuía como diferencial o envolvimento direto das Forças Armadas

Brasileiras (FAB), as quais detinham a posse da coerção infligida aos opositores do regime político que perdurou vinte e um anos. Desse modo, cabe salientar que a repressão política nos anos ditatoriais esteve imbricada com a Ideologia da Segurança Nacional e com a edificação do Estado, que foi modelado em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND).

Verifica-se que os instrumentos legislativos editados pelo Estado, que se conformava com a doutrina que vinha sendo praticada, tinham no binômio "segurança e desenvolvimento" a justificativa necessária para o emprego de mecanismos repressivos que atingiram os setores sociais que insurgiram contra a ordem política imposta em 1964. Portanto, já nos primeiros dias subsequentes ao golpe, iniciou-se um processo de "higienização" no país, o qual atingiu diferentes áreas sociais. No intuito de espreitar a sociedade foi criado no primeiro semestre do referido ano o Sistema Nacional de Informações (SNI).

O ano de 1967 reuniu acontecimentos que acirram a conflituosa relação entre o Estado e a oposição. Pelo lado do Estado verifica-se a edição da Lei de Imprensa que amordaçou profissionais e veículos de divulgação de informações no intuito de impedir que o regime fosse "denegrido" pelas críticas proferidas a seu respeito, o que poderia promover insatisfação social e, consequentemente, rejeição da estrutura estatal em vigência. Em paralelo, as fontes oficiais, em especial o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) por meio de filmes publicitários, documentários, panfletos e propaganda, difundiam uma imagem favorável do governo na tentativa de promover um consenso ao camuflar as disparidades sociais. A exemplo disso, em 1970, o país viveu a euforia e a conquista da Copa do Mundo, episódio que foi utilizado como propaganda do governo militar. O futebol promovia o sentimento nacional almejado pelo regime, à vista disso, a alegria sentida com o tricampeonato da seleção de futebol brasileira entorpecia os torcedores, enquanto os que se insurgiram contra o aparelho estatal eram recepcionados com sevícias nos porões da repressão.

Outra importante medida do Estado ocorreu em março do supracitado ano, quando, com a posse presidencial do general Artur da Costa e Silva, passou a vigorar uma nova Lei de Segurança Nacional (LSN). A LSN de 1967, em síntese, converteu a DSND em legislação, diferenciando-se da Lei 1.802 de 1953 ao substituir as definições dos crimes contra o Estado pelos contra a "segurança nacional" com ênfase na sua internalização. Caracterizou-se também por sujeitar todos os cidadãos a jurisdição militar e em responsabilizá-los pela segurança da nação que, de acordo a nova lei, vivia a constante ameaça da "infiltração comunista" e do eminente risco de eclosão de uma guerra de caráter psicológico e revolucionário.

Do lado opositor, evidenciou-se a forte influência da experiência revolucionária cubana sobre as organizações clandestinas de esquerda que insurrecionaram em todos os países latino-americanos. Prova cabal disso foi a criação da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) gestada após a Conferência Tricontinental de Solidariedade Revolucionária, que intuía abranger os objetivos comuns aos asiáticos, africanos e latino-americanos e ordenar a luta contra o imperialismo. Assim, de acordo com Artêmio Soares Marques (2009), reuniram-se delegações formadas pelas diversas organizações de esquerda que compartilhavam de algum modo dos ideais da Revolução Cubana e alguns representantes dos partidos comunistas latinos, apesar das divergências políticas e de pensamentos. Dentre os participantes brasileiros destacou-se a figura de Carlos Marighella que integrava, na época, o Partido Comunista (PCB), do qual não recebeu autorização para sua participação pelo fato do partido defender a luta por "vias democráticas". Marighella, imbuído do sentimento guerrilheiro, ao retornar ao Brasil desvencilhou-se do partido e fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN). A Conferência da OLAS ocorreu entre julho e agosto de 1967 e teve a finalidade de acoplar, ordenar e instigar a luta pela via armada contra o imperialismo norte-americano.

No que se refere ao posicionamento da Igreja Católica, destaca-se que apesar do alto clero ter sido um grande aliado para a derrubada do governo de João Goulart, promovendo forte campanha anticomunista, existia no seu interior, da referida Igreja, indivíduos, religiosos e leigos, que, motivados pelo sentimento humanitário, se sensibilizaram diante das lutas populares e arriscaram a própria segurança ao se enveredarem na luta contra o regime. Movimentos religiosos católicos, como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), uniram forças com outros setores da sociedade na luta contra a opressão social, política, econômica, cultural e humana que o país vivia. Vários religiosos foram tidos pelo regime ditatorial como subversivos, comunistas, traidores da Igreja e da nação, tendo nessas acusações o álibi para desferir sobre os insurgentes a repressão.

Para explicar a mudança de posicionamento da Igreja Católica no Brasil no decorrer da ditadura militar, Scott Mainwaring (1983) assinala que essa mutação partiu de dois ensejos. Primeiro, a crise enfrentada pela Igreja pós II Guerra Mundial, ocasionada pelo fato da mesma não ter se transformado ao mesmo passo que a sociedade se transformou. Evento esse percebido como ameaça a instituição, fez com que sua hierarquia repensasse sua missão. O outro acontecimento de importância similar foi a luta política em vigor no país que induziu distintos "indivíduos e movimentos a uma nova visão de fé, profundamente preocupada com a

justiça social e as classes populares" (MAINWARING, 1983, p.48-49).

Em meio às manifestações opositoras ao regime político ditatorial, ruas, escolas e fábricas foram ocupadas pelos que protestavam. Desse modo, um fato marcou o conflito entre o Estado e os seus oponentes. Em março de 1968 a ação policial entrou em choque com uma manifestação estudantil e matou o estudante secundário Edson Luís. O ocorrido disseminou publicamente manifestações de protesto por diferentes setores sociais contra o regime. Prontamente, a condução estudantil do funeral, do cortejo e da missa pesarosa intensificaram o repúdio para com a violência que vinha sendo aplicada junto à população. A energização das manifestações agregou os estudantes em paradas contestatórias que foram confrontadas violentamente.

Acerca da relação entre Estado e o movimento estudantil, João Roberto Martins Filho (1986) afirma que esse foi o movimento de oposição à ditadura que mais profundamente viveu o abalo entre o "diálogo" e a repressão,

> [...] Procurando tirar partido da desgastada figura do presidente Castelo Branco, que atraiu sobe si toda a insatisfação social diante do avanço do autoritarismo, os partidários de Costa e Silva procuraram enfatizar o advento de mudanças, basicamente no nível do discurso. Entretanto, em seu aspecto mais profundo, as promessas de "dialogo", [...] expressavam um nível mais relevante do processo de militarização: a contradição que então se tratava entre a "profissão de fé" liberal-democrática (inspirada no modelo norte-americano) e as práticas efetivas de progressiva militarização do Estado e "fechamento" de cena política. As instáveis relações entre o governo Costa e Silva e o movimento estudantil foram um dos sinais mais evidentes desse processo. Quando propunha o "diálogo", o regime fundamentava-se em suas esperanças de conseguir um apoio político às suas políticas no seio da classe média, e mesmo das classes trabalhadoras. Quando, por outro lado, reprimia ou proibia as manifestações estudantis, o governo militar dava vazão à tendência que cada vez mais se impunha de aprofundamento da militarização como pré-condição para o prosseguimento de sua política de desenvolvimento (MARTINS FILHO, 1986, p. 166-167).

Desse modo, a ideia do pesquisador acima afirma que a repressão do segundo governo militar brasileiro se sobressaiu às juras de "diálogo", como pode ser verificado no complemento da opinião de Martins Filho (1986).

> Com efeito, antes mesmo de surgirem os primeiros sinais de radicalização da luta popular e das práticas da esquerda, em 1968, setores importantes das Forças Armadas, designados em geral como a "linha dura" e que ocupavam postos-chave no governo Costa e Silva, já pareciam ter-se definido por uma estratégia de pressão em favor do "endurecimento" político. O movimento estudantil forneceu os principais pretextos para a sua atuação. Assim, a radicalização da direita militar mais extremada parece ter se antecipado a acontecimentos como as greves operárias de Contagem e Osasco, o emprego de táticas "foquistas" pelo movimento estudantil e o anúncio da adesão da esquerda à "luta armada". Ao longo de todo o período em questão, a "linha dura" atuou segundo uma linha básica: procurava criar situações de

> fato, em geral ações repressivas destinadas a produzir grandes repercussões contrárias, que obrigavam o governo a endurecer cada vez mais sua política (MARTINS FILHO, 1986, p. 173-174).

No entanto, em consequência a uma intensa contestação contrária a brutalidade com que manifestantes indefensos eram submetidos e que foi enfatizada por órgãos da imprensa, o governo afastou taticamente os militares das ações de rua. Tal fato permitiu o acontecimento pacífico da passeata prevista para 25 de junho de 1968 que reuniu um grupo superior a cem mil pessoas em frente da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, que seguiu pelas ruas cariocas em protesto contra o regime ditatorial. A respeito da heterogeneidade da oposição que participou da denominada "Passeata dos Cem Mil", Maria Helena Moreira Alves (1989) ressaltou que:

> [...] a própria composição da "Comissão dos Cem Mil" evidencia a natureza da aliança oposicionista: um representante de setores profissionais, dois representantes dos estudantes, um do Movimento das Mães pela Anistia e um padre representando a Igreja Católica. Tratava-se de uma comissão de negociação representando as classes médias, àquela altura em aberta oposição aos militares no poder e enfrentando a polícia nas ruas. O Estado de Segurança ficou mais isolado da sociedade civil; começava a fechar-se o círculo do poder (ALVES, 1989, p. 119).

Em 1968, o movimento estudantil alcançou sua mais efervescente expressão contestatória, tendo na União Nacional dos Estudantes (UNE), mesmo extinta logo após o golpe, um importante símbolo político, contudo a repressão política do Estado endureceu ainda mais. Promoveu invasões em universidades e como desfecho repressivo abordou o Congresso Estudantil, que ocorreu clandestinamente no município de Ibiúna, no estado de São Paulo, desarticulando e silenciando o movimento com as prisões dos líderes e militantes estudantis. Ocorrência essa que levou uma parcela dos estudantes a se atrelarem as organizações que optaram pela luta armada.

Com outra tática, Alves pontua que o Congresso Nacional, por meio dos "parlamentares de oposição eleitos em 1966", exerceu um importante papel na acusação da ação repressiva do governo. Providos de suas imunidades parlamentares os componentes de um grupo político ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) expressaram-se na tribuna do Congresso denunciando o regime (ALVES, 1989, p. 128-129). Dentre os discursos proferidos, teve singular destaque o do deputado Márcio Moreira Alves, em 02 de setembro de 1968, o qual incitou a sociedade a boicotar a parada militar do 7 de setembro e as jovens brasileiras para que não se envolvessem afetivamente com oficiais, como pode ser observado no conteúdo do aludido discurso:

> Sr. Presidente, Srs. Deputados,
>
> Todos reconhecem ou dizem reconhecer que a maioria das Forças Armadas não compactua com a cúpula militarista que perpetra violências e mantém este país sob regime de opressão. Creio ter chegado, após os acontecimentos de Brasília, o grande momento da união pela democracia. Este é também o momento do boicote. As mães brasileiras já se manifestaram. Todas as classes sociais clamam por este repúdio à polícia. No entanto, isto não basta. É preciso que se estabeleça, sobretudo por parte das mulheres, como já começou a se estabelecer nesta Casa, por parte das mulheres parlamentares da ARENA, o boicote ao militarismo. Vem aí o 7 de setembro. As cúpulas militaristas procuram explorar o sentimento profundo de patriotismo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto com os algozes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe, se compenetrasse de que a presença dos seus filhos nesse desfile é o auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicote esse desfile. Esse boicote pode passar também, sempre falando de mulheres, às moças. Aquelas que dançam com cadetes e namoram jovens oficiais. Seria preciso fazer hoje, no Brasil, que as mulheres de 1968 repetissem as paulistas da Guerra dos Emboabas e recusassem a entrada à porta de sua casa àqueles que vilipendiam-nas. Recusassem aceitar aqueles que silenciam e, portanto, se acumpliciam. Discordar em silêncio pouco adianta. Necessário se torna agir contra os que abusam das Forças Armadas, falando e agindo em seu nome. Creia-me Sr. Presidente, que é possível resolver esta farsa, esta democratura, este falso impedimento pelo boicote. Enquanto não se pronunciarem os silenciosos, todo e qualquer contato entre os civis e militares deve cessar, porque só assim conseguiremos fazer com que este país volte à democracia. Só assim conseguiremos fazer com que os silenciosos que não compactuam com os desmandos de seus chefes, sigam o magnífico exemplo dos 14 oficiais de Crateús que tiveram a coragem e a hombridade de, publicamente, se manifestarem contra um ato ilegal e arbitrário dos seus superiores.[6]

O teor do discurso do deputado foi conveniente aos interesses da “linha dura” que inflamou os ânimos dos quartéis ao distribuir cópias do mesmo entre os oficiais, desencadeando a indignação e um forte sentimento de ofensa à honra dos militares. Como resultado do ocorrido foi requerido o julgamento do parlamentar, contudo, a Constituição em vigor o respaldava de ser punido fora dos tramites legais. Logo, por maioria de votos das duas Casas, Câmara e Congresso, Márcio Moreira Alves não teve seu direito parlamentar suspenso.

O que se configurava como vitória na realidade foi abruptamente abortado com a edição, em 13 de dezembro de 1968, ou seja, um dia após da supracitada votação, do Ato Institucional n° 5 (AI-5). O mesmo revelou a verdadeira face do regime, deixando em evidência os ideais da DSND e definiu a fase mais aguda da repressão política, uma vez que, “(...) em nome do anticomunismo, a Doutrina de Segurança Nacional, com sua ênfase na segurança interna, leva inexoravelmente ao abuso do poder, às prisões arbitrárias, à tortura e à supressão de toda liberdade de expressão” (ALVES, 1989, p. 27).

Nessa direção, o aparato repressivo do Estado estabeleceu uma engrenagem de

[6] Discurso pronunciado em 2 de setembro de 1968, em sessão no Congresso Nacional, pelo deputado Márcio Moreira Alves. Disponível em: <https://www.marciomoreiraalves.com>. Acesso em 27 de junho de 2017.

controle motivada para assegurar a "segurança nacional", tendo o SNI funcionando como uma espécie de banco de dados, assessorado por suas divisões regionais e teve, ainda, na criação da Operação Bandeirantes (OBAN)[7], em 1969, uma melhor operacionalidade dos meios de controle e repressão. A OBAN era formada por inúmeros setores responsáveis pela "segurança nacional", entre eles: Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícias Estaduais e outros, e tinha como principal objetivo a integração dos veículos de repressão. O país foi dividido em áreas de segurança interna, sendo que em cada uma funcionava um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), que era chefiado por um comandante do Exército. O órgão era responsável pela coordenação das atividades anti-subversivas, centralizando ações e informações com a assessoria do Departamento de Operações Internas (DOI), órgão responsável pela parte prática do sistema repressivo, ou seja, o processamento de interrogatórios, de busca e de apreensão. O CODI contava, ainda, nas ações práticas com os serviços do Centro de Informações do Exército (CIE), do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e do Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). (ALVES, 1989).

Com a imprensa emudecida e o acirramento repressivo pós AI-5 uma parcela dos opositores insurgentes viu como a única escolha que lhe restou o caminho da luta armada, o que desembocou em um período de obscuridade. Os saldos do endurecimento do regime foram negativos em relação a certos setores da oposição insurgente. Perseguidos e com suas lideranças presas, torturadas e, por vezes, mortas, a via pacífica foi conclamada inviável. A luta armada foi assumida no Brasil, levando inúmeros indivíduos a pegarem em armas, a viver na clandestinidade, a atacar quartéis em busca de armamento e munições, a desapropriar bancos, no intuito de angariar fundos para manutenção das ações guerrilheiras. Porém, os atos de maior destemor desempenhados na vertente urbana da guerrilha, foram os sequestros de embaixadores e cônsules[8].

Nos anos de 1969 e 1970 quatro sequestros afetaram a imagem do Estado em nível internacional diante dos constrangimentos diplomáticos causados com os raptos, os quais eram efetivados, em um primeiro momento, para atrair a atenção internacional para o que vinha acontecendo no Brasil, e, ao mesmo tempo, servia de moeda de troca pela liberdade dos líderes encarcerados e submetidos à prática da tortura.

A organização dos sequestros mostrou a habilidade investida pelos guerrilheiros, o

---

[7]A Operação Bandeirantes foi a primeira de várias com o mesmo objetivo, dentre elas estão a Operação Carajás, Operação Pajuçara, Operação Mesopotâmia, Operação Papagaio, Operação Axixá, entre outras.

[8]O primeiro sequestro foi o do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, realizado em setembro de 1969. Em seguida, no ano de 1970, ocorreram os sequestros do cônsul japonês Nobuo Okushi, do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben e o do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

que, simultaneamente, incitou a estrutura estatal a ativar o encalço e a coerção aos que se opunham ao sistema ditatorial, agindo violentamente, trucidando, torturando e apagando qualquer foco de resistência. A exacerbação repressiva tratou de retirar, fatalmente, de cena "ícones" da luta armada, como foi o caso de Carlos Marighella, morto numa emboscada, em 1969, por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) coordenados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, e do capitão Carlos Lamarca, executado, em 1971, por oficiais que integravam a "Operação Pajuçara", no interior da Bahia.

A repressão não se restringiu a suprimir as manifestações urbanas, sendo estendida ao campo a fim de desarticular e eliminar os diferentes movimentos rurais, entre eles as Ligas Camponesas que atuavam no país desde a década de 50, do século XX. Em 1972 o Estado, por intermédio dos serviços prestados pelo SNI, se deparou com um foco guerrilheiro ligado ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) que atuava na região de divisa entre os estados de Goiás, Pará e Maranhão. A ação guerrilheira foi denominada "Guerrilha do Araguaia" devido a região se situar às margens do rio de mesmo nome. O ESN atuou através de três campanhas ocorridas entre os anos de 1972 e 1975, sendo que a terceira, designada Operação Marajoara, ocorrida entre 1973 e 1974, exterminou sistematicamente a guerrilha.

No contexto da DSND a tortura enquanto instrumento repressivo político infligiu fisicamente as mazelas da coerção aplicada pelo ESN, o qual encastelou os interesses da classe dirigente no Brasil ditatorial. Desse modo, um dos objetivos do Estado foi controlar as tentativas dos insurgentes de contradizer as decisões do Estado. Assim, ao verificar as instruções contidas no Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) (1992) constata-se que, de acordo com os ideais militares, no intuito de defender internamente a nação, o governo poderia adotar atitudes, medidas e ações de caráter preventivo, repressivo e operativo, a fim de superar a subversão.

Verifica-se que o emprego da tortura na ditadura estava imbricado com a criação do opositor, pelo ESN, a qual apoia-se na forma específica assumida pela Ideologia de Segurança Nacional na América Latina, no contexto da Guerra Fria, enfatizando a "segurança interna" em face da ameaça de "ação indireta" do comunismo. Assim, preocupados com o crescimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, enfatizaram a ameaça da "subversão interna" e da guerra revolucionária. No caso do Brasil, a referida ideologia voltava-se para uma visão de "segurança nacional" integrada ao desenvolvimento econômico. A DSND, elaborada pela ESG, dava atenção à teoria de "ataque indireto" e a ameaça de guerra subversiva ou revolucionária por parte da União Soviética, a qual recrutava seus combatentes entre a população do país-alvo. Tal fato tornava toda a população suspeita, pois era constituída, de

acordo com a ESG, de potenciais “inimigos internos” que deviam ser controlados, perseguidos e eliminados (OLIVEIRA, 1978).

A tortura, enquanto forma de aniquilação do opositor, emergiu no contexto da teoria do “inimigo interno”, levando o governo a desenvolver dois tipos de estruturas defensivas. A primeira foi a criação de um aparato repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, de coagir a população. A segunda foi a montagem de uma rede de informações para detectar os “inimigos”.

Dessa observação surgem dois pressupostos. O primeiro defende que a tortura, na ditadura brasileira, no período entre 1969 e 1973, foi utilizada como uma política repressiva de Estado, tendo como finalidade aniquilar seus opositores e, concomitantemente, silenciar suas expressões futuras sobre os acontecimentos vividos. O segundo, que o emprego da tortura esteve atrelado ao fato dela ser um princípio da Ideologia de Segurança Nacional (ISN), a qual era disseminada pelo Estado, a fim de criar um consenso social, adulterando o seu real objetivo que era promover o desenvolvimento econômico desejado pela burguesia, empregando a força coercitiva contra todos que o contradiziam.

2.3. A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE NOS ANOS DITATORIAIS

Com o Golpe de 1964 os militares assumiram o poder dirigente do país moldando as estruturas do Estado em consonância com a doutrina desenvolvida no seio da Escola Superior de Guerra (ESG), a qual foi denominada de Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em seguida foi incorporada a questão do desenvolvimento, passando a denominar-se também de Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Impôs formas específicas de controle da sociedade civil e delineou um projeto de governo para o Brasil.

Joseph Comblin ressalta a importância de compreender o conceito de desenvolvimento da DSN, afirmando que o desenvolvimento é relacionável à segurança.

> [...] O desenvolvimento de que estamos tratando é intimamente ligado à segurança. Nunca é estudado fora desta estreita associação com à segurança. É um complemento de segurança. É inútil apelar para outras ciências a fim de melhor compreendê-lo. [...] Castello Branco exprimiu essa estreita relação sob a forma de uma causalidade recíproca: “A inter-relação entre o desenvolvimento e a segurança faz com que, por um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e o potencial de crescimento econômico, e, por outro lado, o desenvolvimento econômico não possa se efetuar sem um mínimo de segurança”. O desenvolvimento foi introduzido na Doutrina da Segurança Nacional. E o trabalho teórico das doutrinas consistiu em pôr em evidência os laços entre segurança e desenvolvimento (COMBLIN, 1978, p. 66).

O acentuado desempenho da ESG é elucidado por Eliezer Rizzo de Oliveira (1976) quando indica pontos centrais que a caracterizam enquanto aparelho ideológico dentro da estrutura do Estado, assumindo um caráter misto. Sendo assim, primeiro, embora seja parte de um aparelho repressivo a ESG é antes de tudo uma escola com objetivos técnicos e político-ideológicos. Segundo, por meio da DSN, assume crítica às instituições do Estado brasileiro da década de 50, do século XX, como incompatíveis às questões de desenvolvimento econômico e de "segurança nacional". No que tange a ação política da referida escola, a mesma promove uma relativa integração dos interesses dos setores da classe dominante que, diretamente articulada com as Forças Armadas Brasileiras (FAB), servia de elo entre as partes, ao passo que a DSN as aglutinavam ao nível ideológico.

A Ideologia de Segurança Nacional, ao atualizar o pensamento autoritário brasileiro no período ditatorial, teve entre seus propagadores os militares das FAB. Diante disso, Oliveira (1976) aponta dois "canais" históricos entre o pensamento autoritário e a DSN. Primeiro canal: todos os militares que participaram da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ESG, Clube Militar e da campanha do petróleo são contemporâneos, em sua formação do pensamento autoritário. Segundo, que a produção intelectual de alguns militares evidencia diversos pontos de contado com o pensamento autoritário. A aproximação, considerando a existência de diferenças importantes, tem como pontos de contato o despreparo das elites, as massas, as instituições políticas e os interesses das classes sociais.

O pensamento imperante na referida doutrina era processado pela passagem das considerações econômicas para as considerações políticas como marca central da análise. Anterior à concepção da doutrina vinculada a ESG, o conceito de "segurança nacional" consistia em uma mobilização para a defesa nacional vinculada a exploração do potencial econômico. Entretanto, a partir da II Guerra Mundial passou a ter um caráter político diante da participação do país no Ocidente e da continuidade da sociedade capitalista.

Foi no âmbito do político que a DSN internalizou o conceito, passando da "agressão externa" para a "interna". Assim, promoveu no seu corpo doutrinário a submissão das atividades básicas da nação à sua política de segurança, tendo nos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) e nos Objetivos Nacionais Atuais (ONA) os pilares que definem a "segurança nacional". Os primeiros resultados da interpretação dos interesses e aspirações nacionais e os segundos derivados da análise conjuntural dos impedimentos ou oposições à realização dos primeiros (OLIVEIRA, 1976).

René Armand Dreifuss e Otávio Soares Dulci (1984) ao examinarem a instituição militar e sobre o papel político por ela desempenhado pós 1964, constataram que as FAB,

norteadas pelas normas do bloco histórico capitalista e com forte aliança com os Estados Unidos, ao exercerem sua função de Estado,

> [...] assumiram a promoção do Desenvolvimento pela garantia da Segurança, na forma definida pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e dentro das condições da lógica da coerção. Sua política voltava-se para a permanência do "poder revolucionário" de modo a fazer do país, por volta do fim do século, uma potência reconhecida mundialmente. Esse projeto nacional demandava "estabilidade política"; a democracia seria o produto final de uma evolução controlada de cima. Um conceito autoritário de poder foi então adotado como fundamento, como técnica e forma organizacional do regime, cristalizando-se no Ato Institucional n° 5 (DREIFUSS; DULCI, 1984, p. 143).

O autoritarismo caracterizou a prática política das FAB, a qual, ao lado da difusão da ideologia cristalizada na DSN, promoveu uma intervenção decisiva no processo político do país a partir de 1964.

Eliézer Rizzo de Oliveira (1976) pontua que o poder político definiu-se nas FAB de tal modo que elas assumiram as funções centrais do Estado, desde o gerenciamento da economia até os rumos e limites do regime político. Diante disso, as Forças Armadas, como instituição estatal, posicionaram-se no contexto do movimento de março de 1964 como um instrumento estratégico de manutenção da "fronteira interna ao socialismo". Entretanto, a função aglutinadora das tendências que tomaram corpo nos preparativos para a alteração da ordem constitucional deve-se a DSN e a ordem política inaugurada, pós 1964, baseava-se em alianças novas. O intuito era o de conter os movimentos populares e de preservar os fundamentos do Estado capitalista no Brasil.

A Doutrina de Segurança Nacional constitui um corpo orgânico de pensamento que possui uma tríplice função: a de identificação de uma ideologia que informa e molda as estruturas de Estado; a de elaborar e impor formas de controle da sociedade civil; e a de criar um projeto de governo economicamente capitalista e politicamente autoritário (ALVES, 1989). Assim, ao caracterizar os regimes de "segurança nacional" Comblin ressalta que a característica mais significativa é que, "[...] o presidente exerce seus poderes através de dois setores paralelos. Um deles é público: o governo e a administração; o outro é secreto: é o conjunto dos Serviços de Informação, mas também serviços de ação" (COMBLIN, 1978, p. 82).

Segundo Florestan Fernandes, o funcionamento real da ditadura parte da impossibilidade de dissociar o Estado, o governo e a sociedade, pois, caso isso ocorresse

> [...] não poderia entender as origens, os limites e as funções do Estado, e como este,

> enfim, é determinado socialmente e se transforma historicamente, e como o governo surge e cresce como uma forma política destinada a reproduzir, a defender e a impulsionar a evolução progressiva (regressiva) de certo tipo de Estado (FERNANDES, 1982, p.10).

Em síntese, o Estado de Segurança Nacional (ESN), assim denominado por sua vinculação a DSN, tinha como propósito fazer do Brasil uma potência reconhecida por todo o mundo. De acordo com as reflexões de Alves (1989), esse objetivo deveria ser alcançado por meio do papel singular que a economia brasileira vinha desempenhando no sistema econômico mundial com a penetração do capital internacional desde meados da década de 50, do século XX. Tal fato estabeleceu uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital do Estado, que deveriam proporcionar um desenvolvimento capitalista associado dependente.

No entanto, em consonância com o pensamento da autora acima, é preciso ressaltar que uma situação de dependência não significa a permanência do subdesenvolvimento e uma paralisação econômica, mas implica num processo de desenvolvimento distorcido, no qual as necessidades materiais básicas da população não são solucionadas. Assim sendo, para alcançar o referido propósito, seria necessário controlar as tentativas populares de contradizer as decisões do Estado.

2.4. AS "BASES LEGAIS" DO ESTADO DE SEGURANÇA NACIONAL: INDÍCIOS DA CONSTRUÇÃO DELIBERADA DE UMA MEMÓRIA

Nos primeiros dias após o Golpe, segundo Alves (1989) o país passou a ser presidido por uma junta militar que se comprometeu com a "restauração da legalidade", em "reforçar a democracia" e em "restabeler o federalismo nacional". E que sobretudo, "assegurava eliminar a subversão" e o "comunismo", "punir os corruptos", buscando apoio junto à população a fim de justificar seus atos e por em prática seus objetivos. Porém, a contradição entre o objetivo de restabelecimeto da democracia formal e a repressão ditatorial promoveu uma crise na legitimação do ESN, visto que, a estruturação do Estado contava, inicialmente, apenas com o pensamento político da DSN. Sendo necessário um constante estabelecimento de novos planos e a extensão da ação coercitiva.

O Ato Institucional n° 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964, editado pela junta militar que se denominava o Comando Supremo da Revolução lançou os primeiros "suportes legais" para

por em prática a DSN. Instaurou o Estado de exceção no país e autorizou a denominada "Operação Limpeza" que em conformidade com a doutrina atuou, estrategicamente, nas áreas política, econômica, psicossocial e militar. Desse modo, eram visados todos aqueles ligados ao governo anterior, partidos políticos de perfis comunistas ou trabalhistas, movimentos sociais, líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos de movimentos católicos que atuavam nas universidades e no campo. Por força do Ato Institucional, a repressão a militares próximos ao antigo governo também foi intensa, promovendo expurgos e cassações. (ALVES, 1989).

Em consonância com o AI-1, o governo Castelo Branco baixou, em 27 de abril do ano supracitado, um Decreto-lei, instituindo os Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que fundavam, legalmente, o mecanismo para a procura sistemática da "segurança", por meio da eliminação dos "inimigos internos" da nação. Os IPMs foram o primeiro núcleo do aparato repressivo que se originava dentro do Estado. Consolidavam-se um grupo de oficiais de "linha dura" de extrema direita que divergiam do ponto de vista dos estrategistas da ESG e, por não se sujeitarem a regras fixas aos IPMs e mediante acusações, perseguiam, prendiam e torturavam indiscriminadamente. (ALVES, 1989).

De acordo com o Manual Básico da ESG (1975), as informações se referem a conhecimentos levantados e consolidados que abrangem todos os campos de atividades e proporcionam, através de seus dados, o planejamento e execução da política nacional e das operações militares. Em vista disso, o Estado criou, em junho de 1964, pelo Decreto-lei n° 4.341, o Sistema Nacional de Informações (SNI) que foi a primeira aplicação legal da DSN e que atuou como um desdobramento da instituição militar, mas que se tornou uma estrutura autossuficiente, ou seja, um poder à parte do poder dos militares. O SNI tinha como funções, agenciar as informações e assessorar na formulação de políticas nacionais das áreas social, política e militar do país, sendo assim, apoio político das Forças Armadas. Teve ao seu lado outro componente político e normativo o Conselho de Segurança Nacional (CSN), munido de sua Secretaria Geral, o aludido conselho era o ambiente de articulação das burocracias civil e militar e o responsável pelas opções estratégicas do Estado. Com funcionamento secreto, manipulando informações produzidas pelo Estado, e sem nenhuma representação direta do empresariado ou qualquer outro setor da sociedade civil, entretanto, os interesses destes estavam presentes e eram garantidos por meio dos tecnocratas e militares que dividiam o poder dentro do CSN. (DREIFUSS e DULCI, 1984).

O primeiro programa econômico, pós 1964, correspondia às diretrizes da DSND, pois atrelava o desenvolvimento do país ao estímulo proporcionado à penetração do capital

multinacional, transformando-o em área prioritária de investimento estrangeiro. Para tanto, atuavam, estrategicamente, a fim de superar a infração por meio da imposição de uma política de crédito severa junto ao setor privado, e com o propósito de reduzir o déficit governamental e estabelecer uma política de controle salarial. (ALVES, 1989).

Segundo Oliveira (1976), a edição do Ato Institucional n° 2 (AI-2) serviu para a consagração da "linha dura" no processo político, de anúncio para a conformação do sistema político e fechamento do mesmo, como pode ser visualizado nos itens a seguir:

> a) Regulamentação dos prazos para a votação de projetos de iniciativa do Executivo, que seriam considerados aprovados se o Legislativo não se pronunciasse <<a tempo>>.
> b) Estabelecimento do julgamento de civis pela Justiça Militar nos casos de crimes contra a Segurança Nacional.
> c) Eleições indiretas para a Presidência da República.
> d) Ampliação das prerrogativas presidenciais para a cassação de mandados e decretação do Estado de Sítio.
> e) Extinção dos Partidos políticos (OLIVEIRA, 1976, p. 65).

Em meio ao ambiente de insatisfações e a urgência de "reorganizar" a política nacional instaurou-se o Ato Institucional n° 3 (AI-3) que serviu de suporte na consolidação do controle imposto a todos os níveis do poder político, tornando indiretas as eleições para governadores. Os prefeitos das capitais estaduais seriam nomeados por seus governadores e mantinham as eleições para os demais prefeitos pelo voto popular.

O Ato Institucional n° 4 (AI-4), em dezembro de 1966, reconvocou o Congresso que havia sido fechado em outubro do mesmo ano por meio do Ato Complementar n° 23 (AC-23) no intuito de manter o controle eleitoral. A reabertura temporária do Congresso tinha o objetivo de discutir, ratificar e sancionar a nova estrutura constitucional do país. (ALVES, 1989).

Alves (1989), ao analisar a Constituição de 1967, verificou que essa se pronunciava autoritária, mas refletia uma relação dialética entre Estado e sociedade civil. A referida estrutura constitucional incorporou os controles mais importantes dos dois primeiros atos institucionais e dos complementares, porém, com a finalidade de eliminar os elementos liberais existentes em sua estrutura, o Estado baixou a Emenda nº 1 à Constituição de 1967, que ficou conhecida como Constituição de 1969.

O Ato Institucional n° 5 (AI-5), baixado em dezembro de 1968, se distinguiu dos demais pelo fato de não ter vigência definida, fato que caracterizava os controles e a interrupção de direitos constitucionais como permanentes. Segundo Alves,

> a consequência mais grave do Ato Institucional terá sido talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a este respeito foram as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. [...] O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado [...] O caráter permanente dos controles a ele incorporados deu origem a um novo período em que o modelo de desenvolvimento econômico podia ser plenamente aplicado, enquanto o Aparato Repressivo buscava a Segurança Interna absoluta, impedindo a dissensão organizada contra as políticas econômicas e sociais do governo. O Ato Institucional n° 5 fornecia assim o quadro legal para profundas transformações estruturais (ALVES, 1989, p. 135-136).

O ESN se organizou e se estruturou por meio de "bases legais" expressas nos Atos Institucionais, nos decretos, nos decretos-leis, nas leis e na Constituição de 1967, com o intuito de representar e, paralelamente, institucionalizar uma memória que vinha sendo construída pela burguesia dirigente de acordo com seus interesses e em consonância com as condições materiais de produção/reprodução do *status quo* dominante. Ao mesmo tempo em que todo um aparato repressivo operava para controlar e combater as tentativas populares de contradizer as decisões do Estado e silenciar memórias indesejadas, assessorado por uma eficaz rede de informações.

Assim, ao atuar na institucionalização da memória da burguesia o Estado a articulou, enquanto memória da nação, sendo expressa pela legislação produzida pelo mesmo, a qual pode ser entendida como um processo estatal de construção da memória nacional. Dessa maneira, a burguesia age como portadora da memória nacional, ao passo em que o Estado a profere enquanto protagonista, manipulando-a e impedindo que a mesma seja contestada. Nesse sentido, Karl Marx e Friedrich Engels (1998) afirmam que:

> sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade *livre*, destacada da sua base concreta (MARX e ENGELS, 1998, p.74, grifo dos autores).

Por outro lado, a legislação, no momento especifico analisado, também, atuou na organização da violência do Estado, como ressalta Nicos Poulantzas (1981):

> a lei é parte integrante da ordem repressiva e da organização da violência exercida por todo Estado. O Estado edita a regra, pronuncia a lei, e por ai instaura um primeiro campo de injunções, de interditos, de censura, assim criando o terreno para a aplicação e o objetivo da violência. E mais, a lei organiza as leis de funcionamento da repressão física, designa e gradua as modalidades, enquadra os dispositivos que a exercem. A lei é, neste sentido, o código da violência organizada (POULANTZAS, 1981, p. 86).

No decorrer do processo de institucialização de uma memória ansiada sobre o período da ditadura militar, o Estado de Segurança Nacional, na função de assegurar os interesses da classe dominante, atuou tanto pela força coercitiva, quanto pela força ideológica. No que tange os meios de disseminação da ideologia, Marilena Chaui (2003) analisa que a eficácia do discurso ideológico é:

> [...] realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidades de condições de vida de cada um e com que a multiplicidade de instituições, longe de ser percebida como pluralidade antagônica e contraditória, apareça como um conjunto de esferas institucionais identificadas umas às outras, harmoniosas e funcionalmente entrelaçadas, condição para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade da sociedade e apareça, portanto, dotado da aura da universalidade (CHAUI, 2013, p. 125).

Em consonância com o pensamento de Chauí, pontua-se que os governos militares ao atuarem pedagogicamente, teciam declarações para atender aos interesses do Estado burguês. A exemplo disso destaca-se a seguir um trecho da mensagem natalina proferida pelo Presidente Médici, em 1970, e que evidencia a intenção de promover a unificação social:

> [...] de Natal a Natal, levando adiante a tarefa de todos nós de ajudar à Nação a descobrir e aproximar as fronteiras desconhecidas e de fazer mais consequente, mais tangível e mais do lado do homem a grandeza geográfica do Brasil, apelo a todos para que, juntos às nossas preces no presépio do Deus-Servidor, deixemos ficar o propósito do melhor serviço: ao nosso irmão, à Família, ao homem que não conheço, ao povo, ao País de todos nós [...] (MÉDICI, 1971, p. 25).

No conteúdo de outro comunicado do supracitado General-Presidente, lido em rede de rádio e televisão por ocasião do sétimo aniversário da “Revolução”, no dia 31 de março de 1971, verifica-se o empenho para cristalizar na memória da sociedade o mérito da “Revolução de 64”, como pode ser visto em parte do texto abaixo:

> [...] cumpre reconhecer, no entanto, que a realidade de nossa vivência política nunca chegou a corresponder, com desvios e distorções, de que a evidência maior foram os rumos contrários às aspirações e interesses nacionais, marcados de desmandos administrativos e demagógicos, que levaram o povo e as Forças Armadas a fazerem a Revolução, cujo 7° aniversário hoje comemoramos, [...]
>
> Meu governo, buscando sempre a harmonia com os poderes Legislativo e Judiciário, de acordo com os mandamentos constitucionais, identificado com a vontade dos homens e mulheres de todas as idades, e com a abnegação das Forças Armadas integradas ao povo a que servem, confia em que a Revolução de Março de 1964 haverá de ficar na História como o tempo em que se construiu a grandeza deste País (MÉDICI, 1971, p. 75-83).

Diante do teor dos discursos supracitados do General Médici, Fentress e Wickham ao se referirem ao processo de criação e manipulação da memória social, destacam que a memória proferida ou erigida pela burguesia ou para ela é cunhada por meio de discursos.

> [...] Tais discursos sobre o passado são dominantes, impostos de cima às outras classes por meios públicos e privados: ensino, jornais, livros e programas de rádio e de televisão. Têm uma concepção linear do tempo, teleológica, até: muito explicitamente, todas elas conduzem e legitimam a situação vigente (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 165).

Assim, o ESN através de sua eloquência política ativou o papel educador da memória, de maneira manipulada, em atendimento aos objetivos dos setores dominantes da sociedade, a fim de que a construção proposital de uma memória específica, representada pelo *corpus* legislativo, fosse percebida pela maioria dos setores sociais de modo consensual para viabilizar a unidade nacional.

Por fim, ao constatar a edificação intencional de uma memória nacional que corrobora com os interesses dominantes, esta pesquisa se direciona no sentido de compreender que a produção narrativa, gerada pelos opositores que se insurgiram contra o Estado, os quais se unem pelo compartilhamento de recordações comuns, teve por objetivo denunciar e rechaçar o que foi erguido pelo referido Estado. Isso foi feito ao demonstrarem que por trás da disseminação de uma “memória de segurança nacional” estava uma construção, cuja real face vincula-se à prática sistemática da tortura. Todavia, em contraponto ao exposto pelos referidos oponentes, os militares, enquanto atores sociais unidos à ideologia dominante produziram e anunciaram suas recordações, no intuito de descredibilizar a memória opositora e convalidar a memória construída pelo Estado. Nessa direção, o estudo se lança a analisar as querelas entre narrativas pertencentes a grupos sociais desiguais.

3. A PRÁTICA DA TORTURA NA DITADURA: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS DOS OPOSITORES INSURGENTES

3.1. A OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR

A identificação da oposição ao regime ditatorial no Brasil, segundo Alves (1989) estava relacionada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que ao desenvolver o conceito de "guerra revolucionária" no interior de sua teoria de guerra atuou com o objetivo de garantir a "segurança nacional". Desse modo, Alves (1989) ressalta que o referido conceito,

> abrange toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado. Além disso, a guerra revolucionária é automaticamente vinculada à infiltração comunista e a iniciativas indiretas por parte do comunismo internacional controlado pela União Soviética (ALVES, 1989, p. 37).

Nesse seguimento, de acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (ESG) (1975), essa concepção de guerra caracteriza-se pelo componente ideológico e não pelo convencional. Logo, esse fato seria essencial para validar a teoria do "inimigo interno" e confirmar a "utilização", pela ação comunista soviética, de "táticas de ações indiretas" no seio da sociedade e do emprego de uma propaganda que possibilitasse o "controle psicológico e ideológico" dos cidadãos no intento de levá-los a se afeiçoar com as "contestações inimigas", a se insurgirem contra a estrutura estatal e a se posicionarem como uma "oposição ativa". Nesse sentido, Alves (1989) pontua que, de acordo com a base doutrinária da ESG, existia dois tipos de "público alvo":

> [...] o *público interno* inclui militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios militares, assim como a Polícia Militar e outra forças paramilitares. O público externo é composto de estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes como os intelectuais, profissionais, artistas e membros de diferentes ordens religiosas. Esta classificação também inclui setores organizados da vida política e da sociedade civil, como organizações de trabalhadores, estudantes e camponeses, além de clubes, associações de bairro etc. (ALVES, 1989, p. 39).

Dessa maneira, qualquer cidadão que se posicionasse em discordância com o proposto pelo Estado de Segurança Nacional (ESN) e que colocasse a "segurança interna" da nação em "perigo" era intitulado, pelo referido Estado, como opositor e, consequentemente, considerado um "inimigo da nação" que precisava ser submetido a uma política de segurança. Assim

sendo, segundo o proposto no referido Manual a segurança interna, agrega-se,

> [...] no quadro da Segurança Nacional, tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se manifestem no âmbito interno. Não importa considerar as origens dos antagonismos e pressões: externa, interna ou externo-interna. Não importa a sua natureza: política, econômica, psicossocial ou militar; nem mesmo considerar as variadas formas como se apresentem: violência, subversão, corrupção, tráfico de influência, infiltração ideológica, domínio econômico, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos e pressões produzam efeitos dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los está compreendida no complexo de ações planejadas e executadas, que se define como Política de Segurança Interna (ESG, 1975, p. 245).

Para efeito da pesquisa e apesar de, em princípio, não existir uma subdivisão da oposição à ditadura militar no Brasil, visto que a sua dimensão era definida pelo ESN, tomou-se a decisão de dividir a oposição em dois aspectos: o insurgente e o institucional. Acredita-se que assim melhor se atende à proposta metodológica da mesma, dado que o agrupamento insurgente se identifica socialmente e historicamente por seu posicionamento de divergência à ditadura e pode, posteriormente, ser delimitado pela perspectiva social da memória e por outro lado, o aspecto institucional possui como característica relevante a sua legalidade dentro do sistema. À vista disso, este estudo reuniu narrativas produzidas por indivíduos e/ou grupos que se insurgiram contra o regime ditatorial, as quais já são consagradas na literatura sobre o tema.

No que tange ao aspecto insurgente, na pesquisa “Brasil Nunca Mais” (BNM) é esboçado um perfil dos indivíduos atingidos pela repressão estatal no Brasil, entre 1964 e 1979, oferecendo um mapeamento dos setores sociais que se sublevaram contra a ditadura. Dentre eles, destacam-se as organizações de esquerda; os setores sociais compostos por militares, sindicalistas, estudantes, jornalistas e religiosos; e indivíduos vinculados a atividades que a ditadura militar tinha em mira.

As organizações de esquerda, as quais em um total de quase cinquenta possuíam características que ora se afinavam, ora se divergiam. No geral ligavam-se pelo caráter político, visto que, em sua maioria adotavam uma orientação marxista e expressiva parcela tinha como tronco originário o Partido Comunista do Brasil. Apesar de todas terem como objetivo comum a busca do socialismo, as mesmas possuíam divergências políticas que obedeciam três ordens: o caminho estratégico para alcançar as transformações sociais consideradas pelas diferentes organizações como necessárias, a tática que deveria ser aplicada nos diferentes momentos de atuação e o programa específico de cada uma delas.

Em relação aos demais setores sociais insurgentes a pesquisa BNM identificou uma

maior expressão entre os militares que se identificavam de um modo ou de outro com o governo deposto; os sindicalistas envolvidos em atividades urbanas em prol de organizações sindicais e em defesa de reivindicações trabalhistas e, ainda, em atividades rurais que envolviam trabalhadores em conflitos de terras, em formação e /ou organização de sindicatos ou Ligas Camponesas; os estudantes que reivindicavam melhores condições de ensino e que promoviam propagandas políticas desfavoráveis ao Estado burguês; políticos no exercício de mandatos populares, em disputas por cargos e com vínculos com partidos legais de oposição ao regime ditatorial; os jornalistas que no exercício da profissão e ligados a meios legítimos da imprensa eram acusados de atentar contra a "segurança nacional" devido ao conteúdo das matérias que publicavam; e os religiosos, entre eles padres, freiras e leigos, punidos por atuar em atividades, legalmente, expressas na ação pastoral da Igreja Católica que vinha adotando um novo posicionamento em apoio aos setores mais desprovidos dentro da sociedade.

Por fim, a pesquisa supracitada agrupou indivíduos, que pertenciam a um e/ou mais grupos sociais por atividades visadas pelo Estado, entre elas estava a vinculação ao governo deposto, a atuação em propaganda "subversiva", a crítica das autoridades integradas ao regime ditatorial e a oposição ao sistema capitalista.

Alves (1989) assinala que diante da estruturação econômica/repressiva do ESN, ocorreu uma aproximação entre parte dos setores sociais acima citados, ou seja,

> a maturação do modelo econômico e a política repressiva dos governos pós-1964 propiciaram uma aliança informal de vários setores de oposição, iniciada em 1967 e transmudada em movimento social de massas em 1968. Embora se organizassem separadamente, os setores de oposição uniram-se nas grandes manifestações e passeatas de protesto de 1967-1968. Três setores principais adquiriram força e coordenação suficientes para afetar em profundidade as estruturas políticas do país: o movimento estudantil, o dos trabalhadores e a Frente Ampla[9]. Estes diferentes setores da oposição manifestavam seus pontos de vista em manifestações de rua, comícios e passeatas, assim como no Congresso Nacional, através de um grupo de deputados do MDB eleitos em 1966. Juntos, exerceram considerável pressão sobre o Estado [...] (ALVES, 1989, p. 115).

O aspecto institucional da oposição foi estabelecido, na pesquisa, no fito de se perceber o entroncamento entre as motivações, os objetivos, as ações e os resultados alcançados conjuntamente. Segundo Alves (1989), no bojo do "processo de abertura" delineado pelo ESN e em meio a exasperação da repressão política após a edição do AI-5,

[9]Segundo Alves (1989), a Frente Ampla foi um movimento político organizado pelos ex-governadores Carlos Lacerda e Magalhães Pinto que apoiaram a conspiração que culminou no Golpe de 64. O referido movimento rastreou aliados entre os setores políticos civis tradicionais e entre lideranças conservadoras, entre seus participantes estava os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. O seu programa objetivava a redemocratização do país, a revogação da legislação de controle, o fim de diretrizes salariais, a manutenção dos direitos trabalhistas e a realização de eleições livres e diretas em todas as instâncias.

entre 1969 e 1974, as organizações brasileiras, internacionais religiosas e de direitos humanos alcançaram provas da existência de centros de tortura clandestinos e de desaparecimentos de presos políticos no Brasil. De acordo com a autora, a partir de 1974 "[...] amplos setores de elite passaram à oposição, empenhando-se em táticas de pressão para obrigar o Estado à liberalização" (ALVES, 1989, p.219-220), promovendo uma conexão de interesses. Situação essa, que foi demarcada pelo conflito entre uma mútua relação de forças entre o ESN e a aliança entre a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que se evidenciavam por suas legalidades.

Nessa direção, faz-se pertinente ressaltar as motivações de cada uma no cerne da sociedade. A OAB se pronunciava em nome do direito de defesa dos oponentes, inclusive advogados, os quais eram oriundos de lugares sociais diversos. A ABI, por sua vez, articulou-se para romper a barreira imposta a veiculação de informações referentes à exacerbação repressiva e que cada vez mais eram reprimidas, tendo muitos de seus jornalistas ligados a grupos que se insurgiram contra a estrutura ditatorial. A CNBB, por fim, que ao se deparar com o fato de sacerdotes, freiras, religiosos e leigos estarem sendo atingidos pelo braço repressor do Estado de Segurança Nacional se viu inflamada pelos ideais humanitários, passando a atuar de modo mais efetivo na luta pelos Direitos Humanos. (ALVES, 1989)

Todavia, é pertinente acentuar que as três instituições já agiam em outros momentos e separadamente. Assim sendo, verificou-se que a atuação da Igreja Católica foi anterior a 1974, pois já agia na proteção de presos políticos e na denúncia da violência empreendida pelo ESN, atuando nos anos de maior repressão na defesa dos perseguidos pela ditadura. A OAB atuou, primeiramente, na defesa de presos políticos, na denúncia de prisões arbitrárias e da tortura. Contudo, também exerceu forte pressão sobre o Estado para a revogação do AI-5 e se destacou no questionamento a respeito da legitimidade da estrutura legal do ESN. Por outro acesso, a ABI que desempenhou um papel ímpar durante o governo de Castello Branco na descoberta, comprovação e combate à tortura, foi precisa ao promover uma ampla campanha de imprensa contra a censura prévia. Assim, conseguiu que o Estado incorporasse a seu processo de liberalização um progressivo afrouxamento da censura direta nos veículos impressos. Os referidos setores de oposição valeram-se, ainda, do partido "oficial" de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ele assumiu uma política aguerrida no processo eleitoral bem-sucedido de 1974 e utilizou dos meios de comunicação para desmascarar a propaganda ideológica que vinha sendo difundida pelo ESN acerca da realidade nacional. Assim sendo, o vínculo estabelecido entre a OAB, a ABI e a CNBB foi

originado pelo objetivo comum de amparar os direitos civis, políticos, legais e humanos da sociedade (ALVES, 1989).

Cabe salientar a existência de uma diferenciação entre os dois aspectos propostos para caracterizar a oposição ao regime em questão. Fato esse, que clareia a inexistência de transições e de influências diretas do institucional sobre o insurgente, visto que de acordo a reflexão de Alves (1989) a oposição composta pela confluência de interesses e pela legalidade das organizações pontuadas acima, se estabeleceu quando a oposição insurgente já se encontrava desarticulada, devido ao acirramento repressivo conferido às ações dos diversos grupos contrários à ditadura, entre 1969 e 1973. Essa situação derivou, segundo a socióloga, do fato da tortura ter sido institucionalizada no Brasil como técnica de interrogatório e mecanismo de controle da área política. Enquanto veículo de obtenção de informações as sevícias, impostas aos opositores, ao gerarem sequelas de ordem física, psicológica e moral, conduziam os oponentes, em parte, a um silenciamento compulsório. Por outro lado, como estratégia de controle político, promoveu a intimidação por meio da "cultura do medo" que assolou o país e afastou os demais cidadãos de atividades conflitivas com o governo.

Segundo Alves (1989), a supracitada "cultura" era composta por três elementos de ordem psicológica que se interligavam. Primeiramente é apontado o silêncio conferido socialmente pela censura, o qual provocava o segundo elemento, que incidia no isolamento sentido pelos que o sistema repreendia e o terceiro a desesperança que assolava a todos, visto que se acreditava que os canais de insurgência estavam fechados e não havia possibilidades de alterar essa situação.

Por consequência, aumentou-se a pressão social junto ao Estado, o qual, na intenção de aliviar a opinião política e desarticular a agitação social impulsionada em prol da anistia, concedeu um indulto aos seus moldes. A Lei da Anistia, promulgada em 1979, se configurava em uma anistia política parcial e permeada de limitações que favorecia, especialmente, os setores de "linha dura", visto que, estabeleciam um perdão incondicional aos agentes envolvidos na prática da tortura. Porém, representou um ativo avanço ao consentir o retorno ao país de todos os exilados e o restabelecimento dos direitos políticos de todos que foram privados dos mesmos (ALVES, 1989).

3.2. O IMPULSO NARRATIVO INSURGENTE

No intento de verificar, para o estudo, a dimensão da prática da tortura nas narrativas dos opositores insurgentes, constatou-se que no final da década de 70, do século XX, se deu a

difusão de memórias escritas referentes aos acontecimentos ocorridos no Brasil, no período entre 1969 a 1973. Logo, no ímpeto de denunciarem as sevícias sofridas, os insurgentes ao partilharem recordações relevantes a todos os opositores, por meio de narrativas publicadas, ilustraram que a memória de quem narra torna-se social pelo significado que tem para todos os opositores. Portanto, considerando que as memórias expressam visões distintas do passado rememorado e podem ser anunciadas em múltiplos formatos (dossiês, depoimentos, diários, entrevistas, autobiografias, confissões), selecionou-se um dossiê e oito memórias pessoais de opositores insurgentes.

Ao narrarem suas experiências com a tortura, os oponentes aglutinaram as vivências de um grupo social mais amplo, dado que, os autores estão vinculados de alguma forma a outros atores sociais. Todos eles se aproximam pelo posicionamento de discordância ao regime ditatorial e pelas experiências vividas com a prática da tortura. Sendo assim, a denúncia, por meio da divulgação de narrativas, foi identificada como a mola propulsora para a continuidade da luta contra a ditadura. Contudo, no decorrer das décadas posteriores à redemocratização do Brasil, o ato denunciativo foi reforçado pela necessidade de se promover a justiça e a condenação dos envolvidos na política de repressão do regime em questão. A cicatrização proposta pela anistia foi repelida, pois as experiências individuais com a tortura culminou em um trauma coletivo de solução não imediata. Fato esse que um ato legislativo, editado aos moldes dos interesses da classe dominante, não possuía eficácia para saná-lo. A luta para evitar o esquecimento social sobre o ocorrido no país, nos anos ditatoriais, permanece ativa nas narrativas.

Assim, para formar o agrupamento opositor insurgente que será definido no tópico seguinte, elegeram-se narrativas de memórias que representam as visões de indivíduos ligados às organizações e setores de oposição que atuaram no país durante a ditadura militar, sendo a primeira, *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, publicada em 1979, pelo jornalista, especialista em reportagem policial, Antonio Carlos Fon, comunista declarado e ex-militante da organização de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN). Ele atuou diretamente na área de informações do Grupo Tático Armado - GTA, convivendo com agentes da repressão a fim de obter dados para a organização. A segunda, *O que é isso companheiro?*, publicada em 1979, consiste no relato do jornalista e ex-integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) Fernando Gabeira. A terceira, *Resistir é preciso*, 1981, de autoria de Alípio de Freitas, ex-padre, comunista convicto, militante e um dos fundadores, em 1969, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dissidência da Ação Popular (AP). A quarta, *Tirando o capuz*, publicada em 1981, de Álvaro Caldas ex-

militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e jornalista que cobria a área esportiva. A quinta e a sexta narrativas referem-se às obras *Batismo de Sangue*, lançada em 1982, a qual ganhou o prêmio Jabuti na categoria de melhor livro de memórias e tornou-se um clássico da literatura brasileira e *Diário de Fernando*, publicada em 2009, ambas de autoria de Frei Betto, religioso dominicano que atuou junto com outros companheiros de congregação religiosa como apoiadores da organização de oposição armada ALN. A sétima, *Combate nas trevas*, publicada em 1987, consiste na análise elaborada por Jacob Gorender sobre a história da luta armada no Brasil, historiador, cientista social, ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A oitava narrativa, *Memórias do esquecimento*, publicada em 1999, de autoria de Flávio Tavares, jornalista e ex-coordenador do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). E a nona, *Brasil Nunca Mais*, publicada em 1985, consiste no resumo oriundo da pesquisa elaborada pelo Projeto "Brasil Nunca Mais", na qual, especialistas se dedicaram, durante oito anos, a reunir cópias de diversos processos políticos que tramitaram pela Justiça Militar, entre abril de 1964 e março de 1979.

No intento de assinalar as intenções que induziram os narradores a evocarem suas memórias, subdividiu-se o agrupamento opositor insurgente em dois recortes temporais. No primeiro, reuniu-se as narrativas publicadas entre 1979 e 1985, as quais são: *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (1979), *O que é isso companheiro?* (1979), *Resistir é preciso* (1981), *Tirando o capuz* (1981), *Batismo de Sangue* (1982) e *Brasil Nunca Mais* (1985). No segundo recorte temporal ajuntou-se as memórias divulgadas no período de 1987 a 2009, as quais são: *Combate nas trevas* (1987), *Memórias do esquecimento* (1999) e *Diário de Fernando* (2009).

A primeira temporalidade reforça o impulso narrativo opositor de denunciar a tortura em prol de manter-se ativo na batalha contra a ditadura, visto que os anos que formam o recorte integram o contexto político do referido regime. Esse pode ser caracterizado pela turbulência política e social que tencionou o processo de transição entre a situação em vigência e a redemocratização do país.

Logo, destaca-se que o período correspondente ao primeiro recorte demarcou a transição entre o fim do governo Geisel que no "processo de distensão" proposto revogou o AI-5, em dezembro de 1978, para o governo Figueiredo, iniciado em 1979. Esse conduziu a "abertura política" que se fazia inadiável, promulgando a sua maneira a Lei de Anistia e uma nova lei de reforma partidária, dado que o partido de "oposição legal", o MDB, tornou-se uma ameaça aos interesses do Estado. De acordo com Fernandes (1982) a liberalização concedida

se apresentou primeiro como uma “política de distensão” e em seguida como uma “política de abertura”, a qual revelava as dificuldades, a fraqueza e a força da ditadura e que,

> [...] ao contrário das aparências, a ditadura ganhou um terreno novo (o que ela roubou dos adversários ou proibiu-os de usar) e cresceu por dentro, aperfeiçoando-se. Condenada a uma implosão súbita a curto prazo, ela conquistou a capacidade de gerar, dentro de si mesma, um regime político alternativo, impondo-se como a fiel da balança numa provável *transição para a democracia* (FERNANDES, 1982, p.27, grifo do autor).

A Lei n° 6.767 de dezembro de 1979 extinguiu a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o MDB, dividindo a possível “ameaça oposicionista” por meio da expansão do pluripartidarismo. Sendo assim, o Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu seu registro em 1980, um ano após seu surgimento, em meio a um cenário político redefinido, a fim de garantir a manutenção do controle estatal sobre a oposição. No decorrer de 1981 a “política de abertura” seguia o curso desejado pelo Estado, contudo os militares que integravam a “linha dura” das Forças Armadas desenvolveram atividades que embaraçaram os planos da referida política. Entre essas atividades registraram-se atos de violência e atentados a bomba, que culminaram no atentado do centro de convenções do Riocentro, no qual, na noite de 30 de abril do referido ano, inúmeros jovens apreciavam um evento musical de artistas de oposição.

O caso Riocentro promoveu, segundo Alves (1989), um desacordo no interior das FAB. Todavia, as alas militares do ESN negociaram, firmando o compromisso de não levar em frente o processo que responsabilizaria os culpados pelo atentado se em contrapartida a “linha dura” acolhesse a nova política eleitoral e não se contrapusesse as eleições de 1982. No entanto, mesmo com a aprovação do pacote eleitoral que beneficiaria os resultados eleitorais para o novo partido de apoio ao Estado, o Partido Democrático Social (PDS), os partidos de oposição tiveram expressivas vitórias.

O ano de 1983 foi o palco da embrionária agitação pelas eleições diretas para sucessão presidencial. O movimento das Diretas-Já acendeu em 1984 mobilizando os setores sociais como assinalou Alves,

> Em janeiro de 1984 os partidos de oposição, juntamente com as entidades da sociedade civil representativas, tomaram uma posição de forte defesa de eleições diretas para Presidente da República, rompendo a passividade com que em outros períodos de sucessão haviam aceitado as regras do jogo impostas pelos grupos no poder. A partir do primeiro comício pelas diretas, convocado pelo PT e pelo PMDB ainda em novembro de 1983, seguido do comício de mais de 30.000 pessoas em Curitiba em janeiro de 1984, os partidos de oposição começaram a tomar novamente a ofensiva nos desenvolvimentos políticos. A “Caravana das Diretas”, organizada por comissão suprapartidária e apoiada por mais de 200 entidades da sociedade civil,

> realizou comícios em quase todos os Estados do Brasil conseguindo enorme apoio popular com mais de um milhão e duzentas mil pessoas participando dos diversos comícios públicos (ALVES, 1989, p. 313).

Apesar da força do movimento a emenda constitucional para eleições diretas foi rejeitada pela Câmara dos Deputados. A disputa indireta à sucessão presidencial seguiu por intermédio das coligações estabelecidas em torno de duas chapas, uma que contava com o apoio do ESN e a outra de oposição. A oposição chegou ao final da campanha vitoriosa no pleito eleitoral, contudo o presidente eleito em janeiro de 1985, Tancredo Neves, veio a óbito após ser submetido a diferentes procedimentos cirúrgicos, fato esse que conduziu à Presidência do país o vice-presidente José Sarney.

O segundo recorte temporal foi assinalado pela reconstrução da democracia brasileira, a qual herdou um emaranhado de problemas de ordem política, econômica e social. As transições presidenciais aclaram a fragilidade democrática e o emaranhado de dificuldades que precisavam ser enfrentado. Todavia, pode ser constatado, pelo viés narrativo, que o desígnio dos que, de uma maneira ou outra, foram atingidos pela repressão ditatorial continuou ardente e desejoso de fazer valer o dever de memória assumido na luta contra o esquecimento social ambicionado pela classe dominante.

As obras que definem o referido recorte foram publicadas nos anos de 1987, 1999 e 2009. À vista disso, o primeiro ano integra o período governado, 1985-1990, por José Sarney que foi o primeiro presidente civil após vinte e um anos de regime militar. Sarney teve que enfrentar a aguda crise econômica herdada da ditadura e seus desdobramentos. Por outro lado, o principal destaque do seu governo concentrou-se na convocatória de uma Assembleia Constituinte responsável por debater e votar a Constituição brasileira promulgada em 1988 e que ainda vigora. O ano de 1999 se une ao período governamental de Fernando Henrique Cardoso, segundo presidente eleito diretamente, que ao permanecer por oito anos à frente da nação adotou como objetivo principal do seu governo o combate à inflação, mas no andamento de seu mandato o desemprego obteve altos índices.

No ano de 2009 o país tinha a frente do poder presidencial Luiz Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico e ex-líder sindical, durante a ditadura militar. Ele esteve à frente dos movimentos grevistas dos metalúrgicos ocorridos na região do ABC paulista, composta pelas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, entre o final da década de 70 e início dos anos 80, do século XX. Nesse período ele foi preso, processado pela Lei de Segurança Nacional e teve o direito de dirigir o sindicato invalidado. Lula ascendeu a chefe da nação em 2003, após duas tentativas frustradas.

Enfim, levanta-se como proposições que a ocorrência de narrativas dos opositores acopla-se ao dever que os insurgentes consideravam ter de denunciar a tortura como prática sistemática dos governos militares, desmascarando o discurso de "segurança nacional" exalado pelo ESN. Por outro lado, narrar, nas fontes elegidas, é dar a outras gerações a possibilidade de conhecer os acontecimentos que ocorreram no âmbito do período de acirramento da repressão política no intuito que jamais na história do país eventos semelhantes se repitam.

3.3. A COMPOSIÇÃO DO AGRUPAMENTO OPOSITOR INSURGENTE

O agrupamento insurgente organizado nesta pesquisa foi ordenado pela agregação dos atores sociais que narraram suas experiências com a tortura e que possuem como particularidade o fato de serem provenientes dos setores médios da sociedade. Nesse sentido, os vínculos de pertencimento aos referidos setores possibilitam agregá-los em um grupo, informal, temporário e demarcado pela memória para com isso melhor traçar uma silhueta da oposição que se insurgiu no Brasil ditatorial.

A propósito do exposto, a pesquisa "Brasil Nunca Mais"[10], após um trabalho criterioso, tornou e mantém público os resultados oriundos da mesma que estão reunidos em seis tomos, dentre os quais três deles se subdividem em mais de um volume. O volume dois do tomo II foi destinado a apresentar um quadro quantitativo dos atingidos pela repressão estatal entre 1964-1979, construído a partir do conteúdo dos processos analisados pela referida pesquisa. Logo, a partir do apurado e expresso no referido volume, verifica-se que entre os atingidos havia uma maioria de jovens até 25 anos e do sexo masculino. Dentre eles um elevado número possuía nível superior e eram oriundos de setores sociais médios.

De acordo com Halbwachs (2004), o indivíduo evoca suas recordações apoiado em quadros da memória social, ou seja, nos mecanismos externos que regulam a sociedade, entre os quais estão os múltiplos grupos sociais, que possuem a capacidade de reconstruir o seu passado em cada momento. Nessa direção, identificou-se entre os narradores das memórias selecionadas três religiosos, quatro jornalistas, dois estudantes, dois profissionais da educação e um bancário. À vista disso, buscar-se-á apontar as estruturas que amparam os que narram, a fim de identificar as intersecções que existem em comum entre os grupos que compõem o

[10]A versão integral e digital da pesquisa Brasil Nunca Mais está disponível no endereço eletrônico: http://bnmdigital.mpf.mp.br

agrupamento opositor.

O grupo religioso é representado no estudo pelo ex-padre Alípio de Freitas e pelos freis dominicanos Betto e Fernando. O posicionamento dos mesmos possui ligação direta com a mudança de posicionamento assumida pela Igreja Católica, a qual já foi mencionada no capítulo I desta pesquisa.

Motivados por uma visão de fé preocupada com os setores mais empobrecidos da sociedade e atravessados pelo sentimento de justiça, encabeçaram ações oposicionistas como membros diretos e/ou apoiando organizações que se insurgiram por diferentes vias ao regime em vigor.

Alípio de Freitas, mesmo desvinculado da sua condição religiosa, sempre preservou seus valores e princípios, os quais estavam ligados a postura assumida no início da década de 60, do século XX, quando se transferiu da cidade portuguesa de Bragança, sua terra natal, para o Brasil. Aqui ele colocou em prática um sacerdócio em defesa do "povo oprimido", atuando junto as Ligas Camponesas, pois acreditava que "ter pátria é ter terra".

Desse modo, a razão de Alípio de Freitas de tornar pública sua experiência, em *Resistir é preciso*, é marcada por sua dignidade pessoal, por sua fidelidade e entrega incondicional ao seu ideal de vida, ao aludir sua vivência com a tortura, em nome de suas convicções ora opta por resistir até a morte, ora opta em render-se para resistir.

Frei Betto munido do mesmo ideal humanitário ao anunciar sua memória em *Batismo de Sangue* legitima sua condição religiosa, versando, por um lado, sobre o papel desempenhado pelos dominicanos no movimento guerrilheiro (justificando-o pela missão do religioso de lutar pelos oprimidos) e, por outro lado, denuncia a tortura, narrando ora analiticamente, dando ao narrado um fim documental, ora o faz como quem medita contritamente. Assim, ele questiona a violência humana e estabelece uma significação "digna" para a morte de Frei Tito de Alencar, seu companheiro de ordem religiosa, o elegendo um mártir.

Ao dar o trato literário aos manuscritos tecidos por Frei Fernando durante seu cárcere, Betto, em *Diário de Fernando*, não se afasta da condição de religioso, mas é evidenciado também o lugar de militante dos Direitos Humanos e a narrativa assume o dever histórico de levar ao conhecimento das próximas gerações os subterrâneos da ditadura militar no Brasil e a importância de descobrir os estímulos que envolveram uma parcela expressiva de jovens que a combateram e que tiveram suas vidas marcadas pela tortura. Contudo, a tortura nessa obra é anunciada como construtora das memórias dos torturados, as quais são consequentemente subversivas e os silêncios impostos nem sempre cumprem o papel desejado pela classe

dominante.

Outro importante grupo é formado pelos estudantes, o qual pode também ser denominado de movimento estudantil. Em momento anterior neste estudo assinalou-se a conflituosa relação entre o Estado de Segurança Nacional e o referido movimento, contudo, cabe ressaltar que a força e a intensificação de suas manifestações foram respondidas pelos agentes estatais com o aumento galopante da repressão política que era a tônica da mencionada estrutura estatal.

Os estudantes tiveram como entidade unificadora e representativa a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, extinta logo após o Golpe de 64, tendo sua reconstrução iniciada em 1976. Por um lado, ela agregava as lutas do grupo, atreladas a questões específicas sobre o ensino no país e, por outro, ligadas à defesa da democracia em adesão às reivindicações operárias, em respeito aos Direitos Humanos e as em repúdio aos regimes ditatoriais.

Representando o grupo estudantil a pesquisa trouxe a lume por meio da obra *Brasil Nunca Mais,*[11] os depoimentos dos estudantes João Luiz San Tiago Dantas Barbosa Quentel, 21 anos, e Manuel Domingos Neto, 22 anos. O conteúdo dos referidos depoimentos evidenciam as mazelas provocadas aos oponentes, entre eles os que integravam ao movimento estudantil, com a prática da tortura e as diferentes reações apresentadas diante do sofrido.

Por fim, o último grupo agrega indivíduos atrelados a diferentes atividades profissionais, dentre as quais, na obra citada acima, constata-se a participação dos setores bancário e educacional, os quais são representados pelo bancário Manoel Henrique Ferreira, 21 anos, e pelo professor Luiz Andréa Fávero, 26 anos. Os depoimentos dos mesmos clarificam a variedade de setores médios que se opuseram a ditadura militar, no Brasil, muitos acusados pela aproximação ao governo de João Goulart, por atuar na difusão de propaganda considera subversiva, por tecer críticas às autoridades do regime imposto após a ação golpista de 1964, e/ou por denunciarem a operacionalidade do Estado em favor da manutenção e/ou reprodução do *status quo* dominante.

---

[11]Na obra Brasil Nunca Mais síntese da pesquisa de mesmo nome promoveu por intermédio do grupo de pesquisadores responsáveis pela mesma atuou especificamente na posição de defensores dos direitos humanos, agregando conhecimentos para situar historicamente o regime imposto pós 1964, os seus desdobramentos e a promover o destrinchamento da prática da tortura como princípio da ideologia de segurança nacional no âmbito da política repressiva do Estado, no escopo de recuperar e reconstruir a memória sobre a mencionada prática no período da ditadura militar, dando voz a um elevado número de cidadãos brasileiros que por diferentes razões não expuseram por conta própria suas experiências. A referida ação teve como subsídios os depoimentos prestados por indiciados e outros documentos anexados aos autos dos processos políticos que tramitaram no Superior Tribunal Militar (STM).

O setor educacional é ainda retratado na pessoa do docente e historiador Jacob Gorender que em *Combates nas trevas* relata a luta armada historicamente e mesmo quando narra sua própria experiência com a tortura o faz com o crivo de pesquisador. Desse modo, Gorender caracteriza a sua obra como historiográfica, contudo enfatiza que a mesma é atravessada pelo aspecto da memória, razão pela qual foi agregada nesta pesquisa.

Merece destaque dentro desse grupo, composto por profissionais de diferentes áreas, o setor jornalístico que teve uma expressiva parcela do seu quadro profissional enquadrada como criminosa pelo exercício legítimo das atividades cabíveis a referida profissão. Aqui simbolizado pelos jornalistas Antonio Carlos Fon, Fernando Gabeira, Álvaro de Caldas e Flávio Tavares que, respectivamente, contaram suas recordações nas obras: *Tortura: a história da repressão política no Brasil, O que é isso companheiro?, Tirando o capuz e Memórias do esquecimento.*

Antonio Carlos Fon ergueu, sustentado pela sua função jornalística e com o apoio de documentos por ele levantados, uma narrativa criteriosa dos fatos ocorridos no período do acirramento repressivo no esforço de estabelecer um desdobramento informativo acerca da repressão política ocorrida no Brasil ditatorial, apresentando sua experiência pessoal com a tortura.

Fernando Gabeira, ao tecer sua autobiografia, exalta sua condição de guerrilheiro como quem retrata um personagem ficcional, que mesmo ferido continua em combate, porém ao denunciar a tortura e a engrenagem da repressão do Estado de Segurança Nacional, opera do lugar social do comunicador jornalístico legitimando-o.

Álvaro Caldas que sempre se preocupou com os caminhos que a comunicação vinha tomando no ceio da sociedade e da importância do jornalismo crítico, ao narrar contrariamente suas duas experiências não entende a sua segunda prisão diante do seu afastamento da militância exercida anteriormente e que o levou três anos antes a sua primeira experiência com a tortura nos cárceres ditatoriais. Porém, a sua atuação opositora no contexto do seu setor de atuação social fez com que a referida militância ainda lhe fosse legada pelo Estado.

Flávio Tavares como jornalista viveu um dilema: de um lado a obrigação de cumprir o seu dever de registrar e informar à sociedade os fatos ocorridos no Brasil ditatorial, de outro sua necessidade pessoal de esquecer sua experiência traumática com a tortura. Entretanto, ao narrar, ratificou a responsabilidade com o noticiar que se configura a pedra angular do seu ofício.

Assim, tomando como base o mapeamento realizado por Celso Pereira Sá (2006)

sobre as instâncias da memória social, no qual elucida a opção de Jedlowski em eleger a memória social como um "conjunto dos fenômenos ou instâncias sociais da memória", entre elas aponta a categoria de "memórias comuns" que

> [...] podem ser vistas como coleções de muitas memórias pessoais acerca de um mesmo objeto, construídas independentemente umas das outras. Por força de sua participação comum em dado estrato social, tais pessoas teriam sido expostas aos mesmos fatos, às mesmas informações, aos mesmos gostos, etc., e deles guardariam aproximadamente as mesmas lembranças (SÁ, 2006, p. 293).

Nesse seguimento, averígua-se que pelo fato de pertencerem a setores médios da sociedade e ao narrarem as torturas a que foram submetidos, os oponentes compartilham nas recordações suas experiências comuns acerca dos acontecimentos vividos no contexto da ditadura militar, no Brasil, no intento de denunciar e de promover a justiça. Situação essa que justifica, segundo a pesquisa, a formação de um grupo social em sentido amplo, dado que, os autores investigados estão vinculados pela memória aos demais atores sociais que vivenciaram os mesmos suplícios. Assim, todos se aproximam pelo posicionamento de discordância ao regime ditatorial e a sua política repressiva pela qual foram atingidos.

3.4. NARRATIVAS OPOSITORAS: A DENÚNCIA DA TORTURA

Antonio Carlos Fon dedica *Tortura: a história da repressão política no Brasil* a grupos sociais, cujos membros foram submetidos às sevícias praticadas nas câmaras de torturas, aos que não viram a Anistia e aos que, no período da publicação, lutavam por uma Anistia ampla, geral e irrestrita. A obra é resultado de pesquisas elaboradas entre agosto de 1978 e fevereiro de 1979. Foi motivada pela fala de um delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), por ocasião de sua libertação, que lhe disse "Que bela reportagem, se você pudesse escrever, hein?" (FON, 1979, p. 14).

Fon abre seu relato, demarcando temporalmente e espacialmente a sua prisão ocorrida dez anos antes da publicação de *Tortura*, descrevendo sucintamente os fatos em torno dos cinquenta e dois dias de cárcere, desde a invasão de sua residência até sua liberdade. Em uma narrativa objetiva, porém tensa, o jornalista expõe,

> Fui levado para a câmara de torturas, no segundo andar, e durante três horas submetido ao "pau-de-arara", espancamentos e choques elétricos. De tudo isto, lembro-me de que nada era mais terrível que os choques elétricos na cabeça, com um fio preso ao lóbulo da orelha e outro percorrendo os lábios, o pescoço ou o nariz.

> Esses choques provocam uma contração tão forte dos músculos da face que a língua é mordida e estraçalhada pelos dentes. Fiquei vários dias sem poder comer, até que um enfermeiro do Exército obteve autorização para levar-me um pouco de gelo, que anestesiava momentaneamente a língua, permitindo que eu me alimentasse.
> Fiquei 17 dias na "Operação Bandeirantes". Se o inferno existe, a "Operação Bandeirantes" é pior (FON, 1979, p. 11).

Ao se referir a sistematização e eficácia da prática da tortura afirma, "uma pessoa alimentada não pode ser pendurada no "pau-de-arara" ou submetida a choques elétricos, sob o risco de morrer de congestão. Então, nós éramos alimentados apenas à noite, para ficarmos disponíveis durante o dia para sermos torturados" (FON, 1979, p.11).

A narrativa de memória expõe, ainda, distintos aspectos sobre a prática da tortura, dentre eles, as incoerências entre militares que atuavam na tortura durante o dia e a noite os visitavam com falas religiosas na tentativa de salvar a vida dos presos; a ocorrência de prisões sem motivos políticos reais, pois era comum pessoas serem presas sem saberem o motivo; as tentativas dos torturadores para destruir, moralmente, os torturados ao mandarem que torturassem-se uns aos outros; e os efeitos psíquicos da tortura. A exemplo disso, lê-se:

> Dramático era a situação do pintor Suzuki. Depois de quinze dias sendo torturado e vendo outros homens serem torturados, Suzuki chegou à conclusão de que a humanidade havia regredido e que éramos todos animais. Nos dias seguintes enlouqueceu e passou a agir como se fosse um macaco. Ficava nu, pendurado nas grades da cela e se recusava a comer outra coisa que não fosse amendoim ou bananas. Os agentes do CODI-DOI achavam isto muito engraçado e costumavam se reunir diante de sua cela, como em frente de uma jaula do zoológico, para jogar-lhe amendoim a pipoca, que Suzuki tentava apanhar com a boca (FON, 1979, p. 13).

Fon explora em sua narrativa dados criteriosos sobre a estrutura e a instalação do aparato repressivo do ESN, caracterizando as funções dos centros de repressão, os locais clandestinos para execução da tortura, os grupos secretos de extermínio de opositores, as divergências entre responsáveis pelos centros de repressão, comprovando as informações por intermédio de documentos e pronunciamentos feitos por agentes militares e políticos afiançados por suas recordações. A nível disso, o autor pontua a fala de um ex-assessor do general Ernesto Geisel acerca da tortura,

> [...] "é preciso deixar bem claro que o Presidente sempre foi contra a tortura", conta um ex-membro da sua assessoria direta, "antes, por motivos puramente morais; depois, em 1975, lembro-me de tê-lo ouvido dizer que, ainda que não fosse imoral, a tortura é uma burrice" (FON, 1979, p. 32).

A tortura é o fio condutor da obra que denuncia os extremos dessa prática e a postura dos torturadores.

> "Em um interrogatório", conta um delegado paulista, cujo nome figura na lista dos 233 torturadores denunciados por presos políticos, "o essencial é quebrar o moral, o espírito de resistência do interrogado. Você vai pressionando até o momento em que ele se decompõe e começa a falar". Para ele, tudo resume-se a uma questão técnica: "É importante que você afirme sua autoridade aos olhos do interrogado. Para um cidadão honesto, cumpridor das leis, que cometeu um pequeno deslize, basta um tom de voz mais firme, um grito ou uma careta e ele fala; o marginal exige um pouco mais de rispidez, mas ele tem consciência de que desrespeitou a lei e, de certa forma, espera ser punido" explica ele (FON, 1979, p. 39).

Em muitos momentos o autor se ampara em exposições de outras pessoas, ato esse que sustenta sua memória. Fon ao esclarecer sobre os financiadores e instrutores da tortura, recorre ao relato de um advogado que, provavelmente, teve acesso à informação através de relatos de vítimas da tortura que eram seus clientes e, consequentemente, apoiou-se em suas experiências.

> "Certa ocasião", conta o advogado Geraldo Magela, 39 anos, advogado de presos políticos há dez anos, "o norte-americano colocou um preso político nu em frente a 200 policiais e deu uma aula prática de tortura. Durante quase uma hora, o professor mostrou, dando exemplos práticos, os locais do corpo humano onde deveriam ser aplicados os choques elétricos e as pancadas para mais facilmente quebrar a resistência do interrogado" (FON, 1979, p. 60).

Segundo Fon, entre os torturadores há sempre os que mesmo tendo clareza de não serem bem vistos, ressaltam sua própria importância como garantidores da sociedade, a exemplo disso a informação do ex-delegado Firmino Pacheco da Divisão de Ordem Social do DOPS paulista elucida a afirmativa.

> Sobre si mesmo, Firmino Pacheco não procura fugir às acusações: "Eu estou entre os violentos, sim. Não nego que cometi violências. Agora, você precisa fazer uma nova diferenciação, entre os que cometeram a violência necessária e os que a praticaram com prazer. Eu praticava a violência até atingir o fim colimado, que era obter a informação e não passava disto". [...] "Esse é o tipo de assunto que lhe prejudica de qualquer forma. Eu tenho mulher e filhos, é evidente que ser chamado de torturador me prejudica com uma parcela da sociedade; mas negar a participação também me prejudica, com outra parcela" (FON, 1979, p. 70).

Fernando Gabeira publicou em 1979 sua experiência guerrilheira como integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e sua participação no primeiro sequestro político ocorrido no Brasil, em 1969, na obra que foi denominada por um questionamento: *O que é isso companheiro?* A referida obra caracteriza-se pelo perfil autobiográfico, por meio do qual se entende que uma memória pessoal se refere à história de vida do autor, mas não é estritamente individual e sim resultado de um processo de construção social (SÁ, 2007, p.

292). O tom da narrativa do autor pode ser verificado no trecho abaixo:

> Os participantes da ação se dispersaram a partir da noite de domingo. Dois morreram: Toledo sob torturas em São Paulo; Jonas, o comandante militar da ação, massacrado a pontapés pela equipe do Capitão Albernaz, na Operação Bandeirantes. Alguns foram presos e liberados, por sequestro, e vivem em lugares diferentes, no exílio. Alguns fugiram e, finalmente, um de nós enlouqueceu e perambula pelas ruas de Paris, de barba e cabelo grande. Sobrevivi. E pensei que talvez fosse interessante contar a história (GABEIRA, 1984, p. 171).

A questão da tortura é explanada, por Gabeira, como um observador, já que durante seu cárcere não sofreu sevícias físicas devido à debilidade de seu corpo, em consequência de ter sido baleado no ato de sua prisão ocorrida em 1970. Contudo, conviveu com ela diariamente, viu e sentiu o sofrimento alheio e se questionou diante do seu "insignificante" sofrimento se tinha autoridade para falar de tortura, entretanto concluiu que não é preciso estipular um nível de dor para discorrer sobre a tortura. Sobre sua experiência Gabeira declara

> O Capitão Albernaz bateu furiosamente na mesa, mandou que me sentasse e fez um pequeno discurso. Os outros se colocaram em torno de mim enquanto ele ia falando que era muito burro, muito, muito burro, de forma que com ele não adiantava conversa, pois não ouviria nada a não ser as respostas às perguntas que fariam. Onde estava Salgado? Não sabia, não sabia onde estava ninguém. Capitão Albernaz bateu de novo na mesa e Raul, um policial que funcionava na sua equipe, exibiu o telefone de campanha e disse que iria falar com Fidel Castro. Ligaram os fios na minha mão e começaram a dar choques e a perguntar por pessoas. Capitão Tomás gritava, enquanto davam os choques: turco filho da puta, turco filho da puta. [...] Enquanto pensava, ia tomando novos choques e quando passaram os fios para a ponta da orelha realmente deixei de pensar em outra coisa, exceto na necessidade de não deixar que minha cabeça se partisse. Cada vez que davam o choque, tinha uma profunda sensação de dilaceramento [...] (GABEIRA, 1984, p. 210).

A descrição inicial da obra é traçada por um tom de aventura/ficcional por meio dos caminhos da luta armada, mas no momento em que as recordações acerca da tortura são selecionadas, o tom narrativo torna-se ensombrado. É o que se pode verificar na recordação a seguir:

> Na cela grande da PE estava todo mundo que havia sido preso nos últimos dias. A maioria era de membros do PCBR. A atmosfera estava marcada pela tortura ainda em curso e pelos cadáveres, sobretudo o de Mário Alves, morto ali no andar de baixo. [...] Mário Alves fora trucidado e morrera com um pedaço de pau enterrado no ânus. [...] Senti que algumas pessoas encostadas num canto da cela eram inocentes. Fernando, por exemplo, [...] Não sabia, absolutamente, de nada a respeito de política ou de luta armada. Apanhava violentamente, e quando voltava à cela, quebrado pelo pau-de-arara e choques elétricos, mostrava, ingenuamente, as palavras que aprendera na tortura. [...] Depois da PE da Barão de Mesquita, todos nós, inocentes ou não, ficamos horrorizados com o Brasil e com o ser humano. Creio que começava a entender a tentativa de suicídio de Frei Tito de Alencar, na Operação Bandeirantes. Mas não estou autorizado a especular sobre a tentativa de

> suicídio de ninguém. Apenas digo: compreendi a possibilidade do suicídio (GABEIRA, 1984, p. 230-234).

No relato de Gabeira é possível verificar a existência de toda uma engrenagem da repressão do Estado ditatorial no Brasil, tendo no período entre 1969 e 1973, uma extensão imensurável que particulariza aquele período narrado por meio de um processo sistemático.

> [...] os mecanismos de tortura que estavam sendo postos em prática eram a própria razão da marcha. Os grupos de analistas estudavam nossos interrogatórios, os computadores eletrônicos trabalhavam para responder às perguntas mais elementares a respeito de cada preso, num tempo recorde; médicos desenvolveram uma grande capacidade de apontar os limites da resistência física, de recuperar feridos para novas sessões de tortura, de dissimular as marcas. O progresso dera à tortura dimensões e qualidades inéditas na história do Brasil. Deixaram de lado as palmatórias, os cigarros e charutos apagados no corpo, dos tempos de Filinto Müller. Entravamos na era da eletrônica e das ciências do comportamento e víamos isto, dentro da cadeia, graças à barbaridade. [...] Era horrível ficar ali, ouvindo diariamente os gritos de tortura, vendo passar a cada instante os torturadores, ou mesmo os prisioneiros que ainda estavam nas solitárias. Esses eram torturados quase que diariamente, perdiam peso e tinham marcas no corpo. Era difícil fugir à imagem do campo de concentração que o cinema nos tinha dado durante todos os anos do pós-guerra. Na PE, ficavam também para sempre os mortos – Mário Alves empalado é a presença dominante quando ainda pensamos naquele prédio da Barão de Mesquita, na Tijuca (GABEIRA, 1984, p. 234-239).

Resistir é preciso, 1981, autoria de Alípio de Freitas, é um testemunho de resistência de uma experiência individual imensurável com a repressão política dos anos ditatoriais. Já nas primeiras páginas sua memória é enunciada como se o narrador dos acontecimentos capturasse o leitor para dentro dos seus diversos cárceres e o inserisse ao seu lado no palco da tortura como telespectador da sua agonia. Por meio de uma narrativa séria e minuciosa Freitas denuncia a ilegitimidade da tortura, releva nomes de torturadores e como estes agiam em nome da "segurança nacional", buscando ultrapassar o limite do insuportável a fim de resistir ao tratamento desumano promovido por seus algozes, travando uma luta desigual.

> - Filhos da puta, assassinos, assassinos... Assassinos!
> Foi como um grito de guerra. A um só tempo, todos os verdugos se lançaram sobre mim e as pancadas, e os golpes, e os choques elétricos, e os palavrões, e os insultos que abafaram meus gritos, que acabaram morrendo dentro de mim, já sem forças sequer para gritar.
> Quanto tempo durou esta orgia? Um tempo sem medida. A partir de certa altura já não mais via, nem sentia. A consciência foi-me fugindo aos poucos, devagar, até desaparecer de todo.
> Pude dar-me conta disso quando percebi, com surpresa, que o clarão que provocavam no meu cérebro os choques elétricos na cabeça (têmporas, ouvidos e boca) perdia a intensidade.
> Senti o meu fim próximo e alegrei-me. Uma alegria calma e serena de quem parte por vontade própria. A alegria do combatente que deixa o campo de batalha depois de, em luta desigual, ter derrotado a soberba dos inimigos. Assim eu partia.

> Pelos companheiros presos, soube, depois, que me jogaram num pequeno corredor diante de um grupo de celas solitárias e, mais tarde, dentro de uma delas (FREITAS, 1981, p. 25).

Ao ser submetido por dias consecutivos as mais variadas formas de sevícias, Alípio Freitas elege suas recordações mais dolorosas. Por vezes, são reforçadas por companheiros em igual situação para servir de libelo contra a ação dos agentes repressivos a serviço do Estado e pela recusa de que esses dias caíssem no esquecimento devido o "acordo" imposto pela Anistia.

> Jamais, por mil anos que viva, a lembrança desses dias pavorosos se apagará da minha memória. Jamais. Lá aprendi duas duras e inesquecíveis verdades. A primeira é que nada, nada mesmo, nem ninguém, pode roubar de um homem a sua dignidade e a sua fé no ideal que abraçou e se transformou na sua razão de viver, desde que esteja disposto a morrer por ele. A segunda é que a prática da tortura envilece tanto o torturador que, de sua condição de homem, mal resta a aparência. Nem as bestas torturam (FREITAS, 1981, p. 51).

Narrar para o autor é denunciar por si e por todos que passaram pelas câmaras de tortura, a ação coercitiva imposta pelo ESN.

> À minha cela chegavam, misturados, os ecos dos gritos dos torturados e dos torturadores, os gemidos acoplados aos insultos, os urros de dor e as gargalhadas sinistras e debochadas. Lembro-me, entre outros, do Colombo Vieira de Souza, do Fernando Palha Freire, da Jessie Jane e, sobretudo, do João Massena, hoje desaparecido, que de homem só tinha a aparência, tal o estado em que a tortura o deixara. Quebrado por fora, mas íntegro por dentro, pois de sua boca os algozes nada mais ouviram do que os gemidos incontidos. Muitos outros, no entanto, estiveram diante de minha cela, jogados, depois de torturados, no estreito corredor que ficava defronte. Muitos mais. Durante esses dias foi um nunca acabar de gente entrando e saindo, sempre batida, sempre torturada (FREITAS, 1981, p. 68).

"Nada da minha memória anterior tinha permanecido, nada do que eu vira da primeira vez continuava em seu lugar" (CALDAS, 1981, p.11). É com estas palavras que Álvaro Caldas abre sua exposição em *Tirando o capuz*. O narrador descreve inversamente suas experiências com a tortura. No primeiro capítulo de sua obra ele parte de sua segunda prisão/sequestro que caracteriza como uma viagem na qual o uso, imposto, do capuz determina seus momentos enquanto se "hospeda no DOI-CODI", em 1973, três anos após sua primeira estada naquele cárcere.

> "Você fez uma viagem sim, seu filho da puta e vai confirmar isso daqui a pouco." A partir daí os chutes e a pressão dos pés em cima do tórax aumentavam, enquanto você vai tentando reunir dados para negar a viagem, o que lhe parece tarefa fácil. [...] Não tinha razões para se preocupar. Estava com a barra limpa. [...] Até que

> pararam o carro numa praia, provavelmente São Conrado ou Barra da Tijuca – dava para ouvir o barulho do mar – e os homens deram início a uma sessão de tortura ali mesmo.
> Uma sessão de tortura rudimentar – e covarde, como toda a tortura [...] Você não sabe até que horas durou essa tortura, que lhe parece mais estúpida e ilógica do que outras, do que a outra que você enfrentou em 1970, no mês de março de 70, porque daquela vez você estava organizado, estava militando, estava na briga. Desta vez foi apanhado de surpresa [...] (CALDAS, 1981, p. 16-17).

No retorno ao DOI-CODI, em 1973, Álvaro Caldas se depara com um ambiente diferente do que conheceu em 70, a nova aparência era, segundo o autor, "limpa, asseada e pressurizada" e isso dificultava reconstruir um passado extremamente recente. Só quando o deixaram sozinho na cela ele podia tirar o capuz e fazer o esforço para concentrar-se e ligar os fatos.

> [...] Agora que estou sem o capuz preciso pensar, afastar esse perfume, desviar a atenção desse estrado com a cadeira vazia, desligar-me da dor latejante que vem dos olhos e da cabeça, e tentar descobrir por que estou aqui, por que motivo me sequestraram esta tarde, nesta sexta-feira, dia 30 de março de 1973. [...] (CALDAS, 1981, p. 13).

A alteração na estrutura física do cárcere dificulta, momentaneamente, que Caldas rememore, o que o faz precisar empreender um esforço maior. Para tanto, busca concentrar-se na temporalidade que está vivendo e por meio dela tenta descobrir as razões que podem tê-lo posto mais uma vez, mesmo depois de afastar-se da militância de outrora, na condição de preso político. À vista disso, Caldas pronuncia que foi no momento em que narrou e publicou suas experiências que verificou que nada havia se apagado da sua memória interior, pois tudo que viu continuava no mesmo lugar sujeito a ser acionado.

> E foi somente agora, em março de 1980, ao reconstruir essa aventura em seus mínimos detalhes, que pude verificar também que foi naquela mesma noite, a de quarta-feira, dia 4 de abril de 1973, cinco dias após o sequestro, que o coronel Homem de Carvalho negou minha presença no CODI. [...] (CALDAS, 1981, p. 32).

É por meio de um diálogo mantido com um oficial em 1973 que se dá conta da sofisticação que a prática da tortura foi ganhando ao longo do tempo, e como isso transmudava suas experiências com a mesma e o modo de reconstruí-las no presente.

> Agora já posso relaxar, soltar o corpo nessa poltrona, agora que garanti meu lugar nessa viagem de volta. Posso até participar de uma conversa com este oficial de cabelos penteados, de roupa bem passada, que pelas perguntas que vai fazendo certamente tem em suas mãos minha ficha policial, com anotações da minha prisão anterior, em 1970. Ele me diz que o sistema central de repressão do DOI-CODI mudou seus métodos de trabalho, não é mais como no meu tempo, que só se tortura

> o prisioneiro, agira, quando há comprovação de que ele tem e está sonegando informações ao Estado, informações preciosas que eles precisam saber. Que não é mais como naquele tempo, que agora a tortura é seletiva: só é torturado o preso que se recusa a falar, o preso que não quer colaborar. E a conversa muda para uma breve investigação sobre minhas ideias. Ele quer saber se, depois de tudo, passados estes três anos, dois e meio dos quais no cárcere, ainda penso como em 1970. Muitas coisas sim, outras não, e muita coisa ainda iria mudar até 1980 (CALDAS, 1981, p. 46).

Nas recordações empreendidas em *Batismo de Sangue*, Frei Betto apresenta sua visão sobre os acontecimentos que orbitaram em torno da morte de Carlos Marighella e da participação dos frades dominicanos no movimento guerrilheiro. Ele revela aos leitores a figura singular do Frei Tito de Alencar que, diante de sua trajetória pelos porões da repressão política brasileira, tornou-se símbolo da tortura no Brasil.

Betto expõe sua experiência pessoal com a tortura ocorrida por meio da intimidação, pois, não sofreu torturas físicas. Contudo, a cada interrogatório vivia sempre a expectativa do momento em que seu corpo fosse seviciado. A respeito do processo de intimidação declara:

> Entraram dois guardas, arrastando um rapaz vestido apenas de calção. Desesperado, ele procurava desvencilhar-se das mãos que o seguravam, evitando entrar na sala e clamando "pelo nome de Deus". Deram-lhe um empurrão e o Corcunda recebeu-o com um chute no estômago, derrubando-o. Juntaram seus pulsos às costas e o algemaram. [...] A cerimônia macabra ocorria indiferente a minha presença. O Corcunda puxou do bolso um rolo de fios de cobre e prendeu-os à mão, na forma de chicote. Virou-se para mim e falou [...] – Vá tirando a roupa, que em seguida é você. Passaram a lanhar o corpo do rapaz. Seu corpo rodopiava, saltitando entre o trio de algozes, e a pele abria-se em finos e alongados vergalhões vermelhos. Gritando, ele chorava aos pulmões, manchando de sangue as mãos que tentava segurá-lo. Fiquei apenas de cueca. O moço caiu, a chibata de fios continuou a cortá-lo. [...] Deve ter durado meia hora. Pareceu-me que o rapaz, ensanguentado, não sobreviveria aos ferimentos. [...] Entrou um policial e mandou que eu vestisse a roupa (BETTO, 2006, p. 174).

A sua narrativa possui uma peculiaridade, sua escrita é demarcada por dois momentos que se intercalam. Em um momento ele informa os acontecimentos aos leitores em seus mínimos detalhes, analisando-os a luz da realidade social do Brasil, ressaltando o requinte da violência da classe dominante; a versão emitida pela polícia sobre os presos; e a aprimoração realizada pela imprensa que projetava imagens tenebrosas dos presos para o resto da sociedade. Em outro momento as recordações aparecem como se o autor transcrevesse seus pensamentos mais íntimos, rememorando diálogos mantidos com companheiros do movimento revolucionário, como reflexões reservadas de sua situação e da preocupação com os demais, dos quais não tinha notícias. Meditava intrigado sobre o ofício do torturador e a prática da tortura.

A repressão brasileira é analisada e descrita por Frei Betto (2006) destacando como os torturadores aplicavam os aprendizados obtidos nos cursos ministrados por instrutores norte-americanos. Neles lições básicas alicerçavam o emprego da tortura, dentre elas destaca-se: primeiro era preciso separar os "comparsas", no intuito de debilitá-los e os colocar um contra o outro; segundo, tentar motivar o preso a falar espontaneamente, mas no caso de recusa utilizar métodos científicos; terceiro, intensificar as sevícias quando o seviciado parece ter chegado ao limite de suas forças; quarto, dar a impressão ao preso que os órgãos de segurança sabem cada detalhe da sua vida, dando um caráter onipresente e onisciente à estrutura montada pelo Estado para obter informações, promovendo no preso o sentimento de impotência; quinto, energizar a tortura quando o prisioneiro começa a admitir as acusações. À vista disso, o autor expõe as experiências compartilhadas pelos dominicanos Fernando e Ivo acerca de suas memórias sobre os seus processos de tortura.

> -Vocês são base fixa de Marighella - afirmou Fleury, fixando os olhos reluzentes no prisioneiro acuado entre policiais.
> Fernando negou, disse que nada tinha a ver com o líder político. [...]
> - Tire a roupa, seu filho da puta!
> O religioso ficou de cueca, os acólitos da morte empurraram-no ao chão, enfiaram uma trave de madeira sob seus joelhos, curvaram-no, passaram suas mãos por baixo da trave, amarraram-nas com cordas à frente das pernas e, entre duas mesas, dependuraram seu corpo como um frango no espeto. No pau de arara, a cabeça e os ombros de Fernando pendiam para baixo, posição dilacerante para as juntas e para a coluna. Segundo consta, uma invenção escravocrata aperfeiçoada pelo uso da energia elétrica. [...] Fios desencapados foram ligados em seu corpo e a corrente elétrica inoculada nos músculos, qual serpente mortífera desenrolando-se nas entranhas. [...] A sessão de choques prolongou-se pelo resto da tarde. [...] Ao cair da noite, Fernando passou a ser espancado. [...]
> – Como Marighella entra em contato com vocês? – berra Fleury, enquanto seus auxiliares introduziam, lentamente, o fio na uretra de Fernando.
> A corrente elétrica, ligada, explodiu em dor os limites de sua resistência, macerada pelas longas e atrozes sevícias daquele eterno domingo (BETTO, 2006, p. 240).

Ao compartilhar as recordações do suplicio de Frei Ivo, Betto descreve:

> -Tire a roupa – ordenou um dos cinco policiais presentes.
> Ivo foi dependurado no pau de arara, e a serpente elétrica, ligada a seu corpo. Entre convulsões e dor, percebeu quando Fleury e "Alemão" ingressaram na sala. As perguntas se multiplicavam: Você é da ANL? Conhece Marighella? Como faz para chegar a Marighella? Fez política estudantil? Tem amantes? O que sabe da vida íntima de padres e bispos? Os policiais saíam e entravam, permutando-se no linchamento oficial. Durante horas, Ivo respondeu negativamente a todas aas interrogações [...] O fio desencapado foi introduzido no pênis do estudante. A dor explodiu-lhe as vísceras, e o corpo agitou-se em torno da trave de madeira. [...] Irritados com os gritos lancinantes do preso, desceram-no do pau de arara, fizeram uma roda à sua volta e iniciaram o espancamento. [...] De repente, dez homens invadiram a sala e, somando-se aos espancadores, descarregaram seu sadismo sobre o prisioneiro (BETTO, 2006, p. 245-246).

A decisão pela morte, segundo Betto, era para Frei Tito, inicialmente, um gesto de denúncia da tortura e da dimensão de suas mazelas, mas também era o único caminho visível para dar fim ao seu sofrimento diante da desesperança depois de prolongadas sessões da violência que era submetido. Para o narrador, a esperança que se traduzia no olhar de Tito foi gradualmente se ofuscando a cada interrogatório imposto, a sua crença foi apropriada nas sevícias e o objetivo de seus algozes de lhe quebrar é evidenciado ao narrar os fatos aos companheiros.

> "Nosso assunto é especial", disse o capitão Albernaz, ligando os fios em seus membros. "Quando venho para a Oban, deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre, e, para matar terrorista, nada me impede...Guerra é guerra, ou se mata ou se morre. [...] Estavam três militares na sala. Um deles gritou: "Quero nomes e aparelhos." Quando respondi: "não sei", recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um descontrole em minhas funções fisiológicas. [...] Diante de minhas negativas, aplicaram-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais fizeram-me abrir a boca "para receber a hóstia sagrada". Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada sem poder falar direito. Gritavam difamações contra a Igreja, e berravam que os padres são homossexuais, porque não se casam. Às 14 horas, encerraram a sessão. [...] –Às dezoito horas, serviram o jantar, mas não consegui comer. [...] Pouco depois, levaram-me para uma "explicação". [...] O "interrogatório" reiniciou [...] Durante cinco horas, apanhei como um cachorro. [...] Quiseram deixar-me dependurado toda a noite no pau de arara. Mas o capitão Albernaz objetou: "Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço da valentia" (BETTO, 2006, p. 374-376, grifo do autor).

Betto ressalta que no início do exílio o dominicano dava ares de estar bem, mas logo reapareceram os indícios das sevícias sofridas, como expõe o autor:

> Durante os primeiros seis meses sentia-se bem, relacionando-se sem dificuldades com as pessoas. Aos poucos, entretanto, ressurgiram os sinais das torturas que sofrera, estigmas psíquicos de sua subjetividade conflitada, a introjeção depressiva alternando-se aos momentos de euforia. Sua personalidade avariada exigia tratamento psiquiátrico. Apesar da dedicação dos médicos, os fantasmas não se apagavam: a mente atordoada de Frei Tito projetava sobre Paris a imagem onipresente da repressão brasileira, o rosto diabólico do delegado Fleury aparecia em cada café dos Champs Elysées [...] (BETTO, 2006, p. 393).

Frei Betto mostra em *Batismo de Sangue* que sucumbido pelas mazelas psíquicas Tito confrontou-se com dois caminhos perante a inevitabilidade da morte: ou se enforcava e encerrava a vida em um curto tempo (que foi o por ele escolhido) ou trilhava o caminho da "tortura prolongada" ao referir-se ao caso de Bacuri, nome de guerra de Eduardo Leite, guerrilheiro do Movimento Revolucionário Tiradentes, preso em 1970, por Fleury. Ele foi

torturado em um aparelho repressivo clandestino por semanas seguidas e ao receber o caixão a família se deparou com um corpo marcado pela mutilação (BETTO, 2006).

Em *Brasil Nunca Mais* se depara com uma exibição do assolador sistema repressivo, abarcando na narrativa a origem histórica do regime militar; a organização e estruturação do Estado de Segurança Nacional (ESN), por meio de suas "bases legais" expressas nos atos legislativos; a institucionalização da tortura e a construção do aparato repressivo e da rede de informações; destrincha nas demais partes do livro os diversos lados da tortura enquanto instrumento da política repressiva do Estado operado para controlar e combater os antagonismos diante das decisões do Estado e silenciar memórias futuras malquistas. Para tanto, rastreia as consequências e marcas deixadas nas vítimas, as participações de profissionais da saúde, as técnicas empregadas, os centros de repressão oficiais e secretos, as mortes e desaparecimentos políticos. É inegável que o grupo responsável pelo projeto, que se sintetizou na obra de mesmo nome, alcançou com êxito expressar seu objetivo de recuperação da memória sobre a utilização da tortura no Brasil ditatorial.

Pode ser verificado em *Brasil Nunca Mais* (1985) que não houve limites para a tortura no país, ela foi aplicada indiscriminadamente e os algozes não se limitavam a provocar dor física, iam além, levavam os indivíduos a sucumbirem, promovendo a destruição moral e emocional ao romperem com seus limites. Intimidados pelas sevícias sofridas e ameaçados a serem submetidos a novas sessões da prática degradante, muitos foram os torturados que se viam forçados a proferirem depoimentos e confissões falsas, conseguidas após intermináveis sevícias e outros para não serem submetidos a novas sessões, como pode ser visto a seguir:

> Ao compareceram perante o Conselho de Justiça, muitos réus denunciaram como foram induzidos a assinarem depoimentos forjados, na fase do inquérito policial, como ocorreu com o professor Luiz Andréa Fávero, de 26 anos, preso em Foz do Iguaçu em 1970:
> (...) que, em dita sala, novamente o interrogado foi submetido a torturas, já das mesmas participando o Capitão Júlio Mendes e o Ten. Expedito; que, após as sevícias já referidas, trouxeram um papel, ou melhor, vários papéis para que o interrogando assinasse; que, em face dos fatos já descritos, o interrogando se limitou às assinaturas, desconhecendo, no entanto, o conteúdo de tais papéis; [...]
> O pânico e o medo provocado pelas sevícias levaram alguns réus a assinar os papéis que lhe apresentavam:
> (...) que foi obrigado a assinar as páginas de fls. 62 a 74 face às declarações de alguns homens da P.E. de que, se não assinasse, teria de voltar para o primeiro Quartel em que esteve, onde sofreu maus tratos; [...] (Depoimento de João Luiz San Tiago Dantas Barbosa Quentel, 21 anos, estudante, Rio, 1973) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 208-209).

Em outros casos o suicídio despontava como única solução para romper com os permanentes sofrimentos e, muitas vezes, era o caminho possível para não trair suas

convicções, preferindo assim findar as próprias vidas. Um exemplo disso foi o depoimento do estudante Manuel Domingos Neto, de 22 anos, natural de Fortaleza, em 1971,

> (...) que, em virtude de todos esses maus-tratos recebidos, o interrogando passou a ingressar num estado de desespero, chegando mesmo a pensar em suicídio; que, a partir daí, os policiais passaram a ter o máximo de cuidado com o interrogando, evitando que o mesmo tomasse qualquer atitude extrema contra sua própria pessoa, pois constataram o estado de ânimo em que ele, interrogando, se encontrava; (...) que sobreveio, então, o esgotamento físico e mental ao interrogando, a ponto de ter este de ser hospitalizado no Hospital S.O.S. desta capital, onde passou dez dias inconsciente; que, depois, foi para o Hospital Militar, onde passou por um tratamento psiquiátrico durante quatro meses (...) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 219).

No que se refere às sequelas psicológicas, a narrativa pontua que as mesmas levaram os torturados a diferentes reações. Como foi o caso do bancário Manoel Henrique Ferreira, de 21 anos, no Rio de Janeiro.

> (...) em mim, essas torturas tiveram ainda o papel de desestruturar psicologicamente. Elas levaram-me até o ponto de ir à televisão fazer um pronunciamento contra a luta da qual eu participava. Eu fui à televisão, fiz um pronunciamento negando minhas ideias, e fiz isto sob um estado completo de desestruturação por todas as torturas sofridas, por todas as ameaças e pelo medo que tinha de vir a ser morto. (...) (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985, p. 221).

Na referida obra é assinalado, também, que, dentre as marcas deixadas pela tortura nos opositores ao regime militar, existem marcas que foram além das vítimas e se inseriram em seus familiares e amigos, em decorrência das mortes sob torturas e dos desaparecimentos. Para tanto, o sistema repressor contou com a participação de profissionais da saúde, entre eles, enfermeiros e médicos que burlavam os exames de “corpo-delito”, autopsias e ocultações de cadáveres, simulando versões para as mortes que ocorriam na estrutura da repressão política.

Diagnosticou-se que o grupo construtor da narrativa da obra *Brasil Nunca Mais*, motivados por interesses comuns, atuaram no acionamento de memórias opositoras caracterizadas pelos estigmas da tortura, de acordo com seus lugares sociais e suas vivências no seio de suas relações, filtrando pelo presente o passado, reconstituindo os eventos e adicionando novos referenciais ao assumirem o seu dever.

Jacob Gorender, em *Combate nas trevas*, refere-se a história da luta armada no Brasil e, ao se harmonizar com as exposições supracitadas, o autor em sua análise adentra na truculência da violência política do Estado e exibe a própria experiência com a tortura,

> No terceiro andar do DEOPS, o investigador Rubens Pacheco de Souza, o Pachequinho, ordenou:
> - Não quer falar, vai pro pau.
> Empurraram-me até uma sala, onde identifiquei certos implementos: duas mesas paralelas e separadas com uma grossa trave de madeira apoiada em ambas, a maquininha com a manivela e os fios, um funil, cordas, bastões etc. Tiraram-me a roupa e, desnudado, encostaram-me à parede. Eis que entra, impecável de terno e gravata, mas vociferando do alto de sua enxúndia, o delegado Ivair Garcia de Freitas.
> - Hoje é o dia do aniversário dele. Quarenta e sete anos.
> Não me lembrava da data, o que é habitual comigo. Mas aquele seria o menos esquecível dos aniversários. [...]. A função começou por uma dose de choques elétricos. A intervalos, novas doses. O delegado Ivair distribuía instruções com profissionalismo. Vez por outra, reclamava do exagero do serviço. Mas o serviço prosseguia. [...] Atento ao meu nível de resistência física, Ivair ordenava interrupções e eu era depositado no chão, continuando com a trave [...]. Terminando o intervalo, novamente me alçavam no pau-de-arara. Creio que depois de seis horas de tortura, lá pelas três da madrugada, suspenderam a função e mandaram que me vestisse. [...] O resto da noite ia ser empregado na pressão psicológica. [...] Um pensamento: terei de aguentar esta canalha dias infindáveis. Não vale a pena.
> Tomei a decisão e de repente minha consciência se apagou. Quando saí da escuridão, me vi sentado de novo na poltrona, dos pulsos abertos vazava sangue, percebi o buraco na vidraça quebrada da janela. Ao redor, os tiras de pé me olhavam com fúria e ódio. Um deles falou:
> - Reparei que ele se mexia e desconfiei. Você queria se livrar da gente, seu filho da puta? (GORENDER, 1987, p. 216-218).

Com a autoridade de participante ativo do processo, Gorender proferiu, publicamente, por meio de sua explanação, a própria experiência com a tortura e analisou a rotinização de sua prática pós-64, enfatizando o seu período mais agudo. Assim, o autor pontua que

> a tortura passou a figurar entre as práticas rotinizadas dos órgãos repressivos das Forças Armadas. Não prática ocasional, excepcional, da responsabilidade de indivíduos, porém prática sistemática de órgãos pertencentes ao quadro legal das instituições militares. A rotinização da tortura ofereceu vantagens, que induziram o alto comando a minimizar a contrapartida da deterioração da imagem pública das Forças Armadas. Ainda mais porque a censura dos meios de comunicação parecia suficiente para ocultar o que se passava nas dependências dos órgãos repressivos e nos recintos das autoridades militares (GORENDER, 1987, p. 227-228).

Declara, ainda, que embora a centralidade da atividade repressiva, em 1971, tenha aumentado sua eficiência, a competição coorporativa entre as três Forças não cessou e causou a instalação de aparelhos de repressão clandestinos, nos quais se prendia, torturava e assassinava presos políticos. Desse modo, o autor destaca que

> a disponibilidade dos cárceres secretos facilitou a passagem à fase do extermínio sistemático dos presos políticos detidos sem testemunhas e suscetíveis de serem dados como “desaparecidos”. [...] Até 1970, as mortes de presos políticos ocorriam mais frequentemente por acidente de trabalho: doses exageradas de sevícias, agravamento de enfermidades (nenhum preso passa por exame médico antes de começar a tortura) etc. [...] A partir de 1971, torna-se sistemática a eliminação física de presos políticos. Sobe rapidamente o número de “desaparecidos” ou de mortos

> em fictícios atropelamentos nas ruas, em inventados tiroteios com policiais etc. (GORENDER, 1987, p. 229).

Memórias do esquecimento, publicada em 1999, por Flávio Tavares, foi escrita trinta anos após sua vivência nos porões da ditadura, quando resolveu contar tudo que sabia e que sempre quis esquecer.

> [...] Lutei com a necessidade de dizer e a absoluta impossibilidade de escrever. A cada dia, adiei o que iria escrever ontem. A ideia vinha à memória, mas, logo, logo, se esvaía naquele cansaço imenso que me fazia deixar tudo para amanhã e jamais recomeçar. Tornei-me um esquizofrênico da memória ou de mim mesmo [...] Para que lembrar a brutalidade da ditadura – agora velha e carcomida – se, na época, nós mesmos só fomos admitir e comprovar que era brutal, e absolutamente boçal, na dor do choque elétrico nos perfurando o corpo? [...] Eu me lembro tanto de tanto ou de tudo que, talvez por isso, tentei esquecer. [...] o que os meus olhos viram às vezes tenho vontade de cegar. [...] Esquecer? Impossível, pois o que vi caiu também sobre mim, e o corpo ou a alma sofridos não podem evitar que a mente esqueça ou que a mente lembre. [...] (TAVARES, 2012, p. 11-13).

É com a luta que trava entre o desejo de esquecer e o que não consegue deixar de lembrar que o protagonista articula sua experiência.

> O choque elétrico é a primeira dor profunda, mas a grande humilhação, símbolo da derrota e do ultraje, é despir-se. “Vai tirando a roupa”, diz o chefe do PIC [...] “Não me bota a mão. Deixa que eu tiro”.
> É o momento da mútua corrupção entre a vítima e o algoz. Na crença de que se defende, o prisioneiro obedece e se despe. Nunca chega a tirar as cuecas ou as calcinhas e o sutiã (que são arrancados depois), mas de fato se desnuda, como o torturador quer. O preso se dobra ao carrasco, na ilusão inconsciente de tentar corrompe-lo e atenuar a tortura seguinte, que desconhece mas intui. E o carrasco corrompe mostrando poder, para que se saiba que ele comanda a vida do prisioneiro e pode torturar mais ou torturar menos (TAVARES, 2012, p. 33).

Tavares recorda que a lógica patriota da tortura era proferida pelos oficiais do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), órgão da repressão impulsionado para a violência em nome da pátria e da integridade nacional.

> ‘Para provar que é patriota, todo brasileiro devia passar pelo pau de arara’, bradava pelo quartel o major Meyer Fontelle, sem ironia nem sarcasmo, convencido de que a ideia era purificadora, uma espécie de vacina patriótica, como as que se aplicam às crianças para prevenir tuberculose ou sarampo. Ninguém se ria ou tomava o dito como caçoada. Eles, por estarem convencidos do que diziam. Nós, porque na pele trazíamos a evidência do que eles proclamavam (TAVARES, 2012, p. 72).

Mas, a real lógica da tortura é elucidada pelo jornalista como um aprimorado método de acusação dentro da engrenagem da extensa estrutura repressiva do ESN.

> A tortura – como a ameaça – não é uma invenção a esmo e, nela, não há qualquer acaso. É um sofisticado método de incriminação da vítima e nisso está a sua lógica e, por isso, se recorre a ela e é ela a deusa absoluta dos déspotas. Primeiro se tortura ou se ameaça. Depois se interroga. A lógica é precisamente esta: destruir o prisioneiro e tornar natural o medo. O interrogatório guiado pelo terror e pelo medo é que não tem lógica humana. O que se pode tirar de uma pessoa desfeita, sem ânimo, sem metas e sem mitos, que sentiu o gosto ou pressentiu o delírio da destruição ou da morte? O que se tira de um derrotado absoluto? Talvez algo de verdade, sim, mas muito mais a fantasia delirante sobre algum dado verdadeiro e isolado que não representa verdade alguma, muito menos uma revelação merecedora de investigação (TAVARES, 2012, p. 208).

E narra, ainda, que

> a tortura é o método de interrogatório usual das ditaduras e o fato de ser exercida por psicopatas sádicos não lhe tira a característica de instrumento para um determinado fim. Ao contrário: sempre se entrega a tarefa a um especialista com as melhores qualificações. Quem não reúna todas as condições não é indicado. Na vida diária se procede assim. Nas catacumbas da tortura, também. O sadismo perverso não é visto como doença que inabilite um sargento, um oficial ou um policial para torturar. Ao contrário, é a credencial para torna-lo apto a torturar (TAVARES, 2012, p. 246).

Em entrevista concedida por Frei Betto, por ocasião do lançamento da obra *Diário de Fernando*, em 2009, o autor ressalta que a matéria-prima da obra é de Frei Fernando e que a manufatura é dele. Assim sendo, se constitui em uma memória elaborada em dois momentos: o primeiro, o das anotações clandestinas do dominicano Fernando em cárcere e feita sob alta vigilância. O segundo, o tratamento literário dado por Betto que foi companheiro de congregação religiosa e de cárcere do autor dos registros. A narrativa é um convite ao leitor para conhecer o interior da ditadura militar no Brasil, ao mesmo tempo convida para desvendar o sentimento que envolveu jovens submetidos às mais degradantes sevícias.

"Nossa memória é nossa coerência, nossa razão, nossa ação, nosso sentimento. Sem ela, não somos nada". A epígrafe de Luis Buñuel citada na obra destaca o dever de memória do autor. Para tanto, Betto assume o seu dever ao tomar

> [...] a tarefa de transformar os diminutos alfarrábios de Fernando – alguns a exigirem o auxílio de lentes de aumento – em obra literária. Chegara a hora de dar a conhecer, sobretudo às novas gerações. O que ocorria – conosco e com outras vítimas – nos cárceres da ditadura militar brasileira. O material bruto é bem mais extenso do que o conteúdo deste livro [...]. Estou seguro, entretanto, de que nada que mereça interesse histórico foi omitido. [...] Trata-se do testemunho de um preso político, de uma vítima da ditadura, de um observador atento que não ergueu barreiras entre o que presenciou e sentiu, sofreu, ansiou e comemorou. Objetividade e subjetividade são aqui faces de uma mesma moeda, a do preço que se paga para que a memória das vítimas se torne, na história da humanidade – como queria Walter Benjamin – perene e subversiva (BETTO, 2009, p. 13-14).

A experiência de Frei Fernando pelo Departamento Estadual de Ordem Política e

Social (DEOPS), em 1969, é relatada pelo religioso, afirmando qual era o alvo inicial da tortura, a qual, segundo o autor,

> [...] tem por objetivos obter informações e degradar o prisioneiro. Encerra métodos eficazes: humilha a vítima, antagoniza o corpo ao espírito, opõe-se-lhe em campos opostos a sua dor e o seu ideal. Obriga-a a ser testemunha de seu opróbrio. Reduz o humano à abjeta condição de verme. Mergulha-o num oceano de terror cujas margens ignora. Não há boia de salvação nem se consegue nadar. O naufrágio é inevitável. A diferença é que, em vez de água, há sangue, fezes, urina. Virado ao avesso, o organismo exibe as vísceras (BETTO, 2009, p. 17).

Na obra em questão o autor caracteriza a tortura como um mecanismo de construção de memórias, nas quais as dos torturados são evidenciadas por seu caráter subversivo, enquanto que os torturadores, diante de sua insensibilidade, apagam das suas a agonia provocada em suas vítimas. Logo, o esquecimento é uma intenção. Assim,

> o torturador esquece facilmente. Embotado pelo ofício, é como o carrasco que, insensível, apaga da memória o número e o semblante de suas vítimas. O torturado jamais esquece. Sua resistência reside na memória. Esta não se pode apagar. Não se trata de reter a lembrança da dor guardada no pote de mágoa. Nesse caso, a vingança é inútil, pode-se punir um torturador, jamais a tortura e os torturadores. Por isso a memória da dor é subversiva. Cria o desconforto, desmascara os cínicos, mantém acesa a tocha da Justiça. É o grito permanentemente parado no ar. Não o grito da vítima espancada, mas da indignação, da reafirmação do humano, da negação do terror. Grito que silencia o horror (BETTO, 2009, p. 17-18).

O autor narra operando sua escrita para dar vida aos relatos do frei dominicano. Ao revelar a experiência com a prática da tortura de Fernando, juntamente com outro companheiro de ordem religiosa, ilustra que recordar de si é também recordar do outro, enquanto membros de um mesmo grupo marcado pela afetividade e pela oposição ao regime ditatorial,

> arrancaram-me as roupas, dependuraram-me no pau de arara, ligaram os eletrodos em minhas orelhas e nos órgãos genitais; armaram-se de porretes, rodaram a manivela, fizeram-me estrebuchar sob a virulência das descargas elétricas. Não sei quantos cavalos do Apocalipse coicearam o meu corpo, sei apenas que mergulhei num profundo e pavoroso vazio; meu ser havia se deslocado do corpo que, lá em cima, do lado de for, ardia em dores, berrava ansioso pela morte, atirava-se num macabro balé ritmado por pancadas, chutes e cargas elétricas, enquanto no âmago daquele vazio minha identidade, volatilizada, estilhaçava-se em mil pedaços.
> Na outra sala, Ivo era submetido às mesmas atrocidades [...] (BETTO, 2009, p. 38).

O objetivo da burguesia dirigente de aniquilar seus opositores é executado pelo ESN por meio de sua política repressiva e é verificável no testemunho de Fernando, assim como em todos os outros narradores supracitados, mas, também, é apurável a sua resistência.

> [...] Tentaram destruir-me, dilacerar-me a personalidade, mas esta resistiu como se fosse elástica, e voltou a se integrar, engrandecida. Uma imagem recorrente me atormentava: uma espada tentava perfurar meu coração para cortá-lo em pedaços; como se fosse de borracha impenetrável, ele expulsa a lâmina com a mesma força.
> Uma personalidade só é destruída na loucura. Nessas condições se pode chegar perto. Devagar, supero o que eu era para, na mesma linha vetorial, ultrapassar-me no que sou: um homem em movimento (BETTO, 2009, p. 69).

O autor delineia na sua exposição uma significação para o silêncio imposto aos que se encontravam nos órgãos da repressão ditatorial, interpretando-o como um recipiente no qual se acumulava forças para rompê-lo no momento devido. Logo, para Betto, ao narrar, o silêncio é irrompido e a resistência entra em ebulição. De tal modo, em silêncio, Frei Fernando já resiste e ao relatar o rompe.

> [...] O silêncio reflete o clima úmido desse dia cinza. Não é um silêncio de paz interior. É quase uma sufocação. Tantos juntos e poucos falam. Tenho a impressão de que alguns gostariam de gritar bem alto e, no entanto, engolem o impulso e aguardam. O quê? Ninguém sabe. É o silêncio de alguém que, sentindo-se provocado, resiste, acumula forças para uma investida posterior. Agora somos impotentes. Nada a fazer, ninguém a nos socorrer. Não nos abate o desânimo, nem há ódio e desespero. Talvez raiva, uma raiva muda, paciente, de quem trafega às escuras no labirinto do absurdo (BETTO, 2009, p. 78).

Ao avaliar as memórias selecionadas verificou-se que a prática da tortura, durante o período da ditadura militar no Brasil, foi sistêmica, obedecendo a diretrizes impostas por toda uma legislação que lhe institucionalizou, razão pela qual não resultou de excessos. A atuação dos agentes que a operaram era minuciosamente planejada e a rede de informações do Estado confeccionou perfis detalhados sobre cada “inimigo interno” que construiu.

Enfim, ao passo que produziram suas narrativas escritas, os opositores articularam recordações que foram proeminentes ao grupo e foi por meio da partilha que os opositores expressaram a importância de determinadas escolhas. Logo, as recordações sobre as experiências com a tortura foram selecionadas e partilhadas, tornando-se o alicerce da memória social dos opositores na luta contra o regime ditatorial no Brasil.

4. A PRÁTICA DA TORTURA NA DITADURA: NARRATIVAS DE MEMÓRIAS DOS MILITARES

4.1. FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA BRASILEIRA

Em decorrência do Golpe de 1964 as Forças Armadas Brasileiras (FAB) alteraram seu posicionamento político. A aludida mudança possui vinculação com a criação e organização da Escola Superior de Guerra (ESG), com os fundamentos do seu corpo doutrinário e com o comprometimento em manter e/ou reproduzir o *status quo* dominante, já que uma parcela dos militares ligavam-se ideologicamente a classe dirigente.

Todavia, a participação de alguns setores militares em tentativas de tomada do poder operadas por políticos brasileiros e ocorridas anteriormente ao referido golpe é apontada por José Alves Dias (2016) ao analisar os antecedentes da ação sucedida em 31 de março do ano supracitado.

> As tentativas malogradas de um golpe de estado que possibilitasse aos políticos filiados ao Partido Social Democrático (PSD) e à União Democrática Nacional (UDN) – como também aos setores militares insatisfeitos com associação entre governo e comunistas – a oportunidade de controlar o poder e dirigir a nação retrocede à morte de Getúlio Vargas, em 1954, e à 1955, no início do governo de Juscelino Kubitscheck. No entanto, elas se apresentaram de maneira mais consistente em 1961, com a escolha da chapa Jânio Quadros (UDN) e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para presidência e a posterior renúncia do primeiro alguns meses depois da posse. A garantia constitucional da investidura do cargo vacante pelo vice-presidente eleito foi obstaculizada pelos referidos segmentos golpistas (DIAS, 2016, p. 31).

Para melhor refletir sobre o posicionamento político dos militares faz-se pertinente verificar sua vinculação com acontecimentos ocorridos a nível mundial. Em vista disso, acentua-se que o permanente conflito, a Guerra Fria, entre as duas superpotências mundiais que emergiram da Segunda Guerra Mundial, repartia o controle do mundo, gerando uma divisão entre o Capitalismo e o Socialismo. A referida guerra de caráter indireto e limitado apresentou como principal foco a denominada “guerra anti-subversiva”, que ultrapassou os limites armados e alcançou todos os âmbitos possíveis: o político, o militar, o econômico e o psicológico. Germinou, então, como fruto dessa nova guerra a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), proveniente de elementos específicos, como diz Rossi (1982) ao citar Joseph Comblin:

> Nasce a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que incorpora elementos de duas origens distintas. Um deles surge de um grupo das Forças Armadas francesas chamado *Cité Catholique*, que proclamava que a revolução de 1789 era a origem de todos os males do presente, o que tornava indispensável lutar contra todas as ideias dela surgidas e contra todos os seus "filhos", liberais ou socialistas, radicais ou comunistas.
> Segunda fonte geradora – mais concreta e poderosa: a Doutrina Truman (do presidente norte-americano H. Truman), que, livremente interpretada, significa que, "cada vez que o *status quo* fosse questionado, em qualquer parte do mundo, cada vez que surgisse um governo desfavorável aos Estados Unidos, ou suscetível de se tornar desfavorável, seria necessário ver nisso o espectro da guerra fria, a presença do dedo de Moscou" (COMBLIN *apud* ROSSI, 1982, p. 26-27).

Foi nesse cenário que a ESG se originou e desempenhou um importante papel nos rumos da política brasileira, como se pode verificar na reflexão de Alves (1989):

> a Escola Superior de Guerra foi fundada em 1949, com a assistência de consultores franceses e norte-americanos, para treinar "pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional".Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um "método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico". O desenvolvimento de teorias da Guerra Fria resultou em ênfase para a interpenetração de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formulação da política de segurança nacional, passando-se a dar crescente prioridade ao adestramento em teoria de desenvolvimento. Pelo alto nível de seu ensino, a ESG tornou-se conhecida como a "Sorbone" do *establishment* militar (ALVES, 1989, p. 24).

Vale ressaltar que a ESG foi criação de um grupo de oficiais oriundos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que atuou na Segunda Guerra sob o comando norte-americano. Dele veio toda a influência do que eles denominavam de defesa nacional, aprendendo com os norte-americanos a importância de eliminar o "inimigo interno". A ESG, durante os anos de 1954 a 1964, desenvolveu uma teoria conservadora para intervir no cenário político da nação, inclusive na formação de militares para ocuparem funções nos sucessivos quadros governamentais, além de organizar as bases da Doutrina de Segurança Nacional. Mas, foi o ato de incutir na cabeça dos militares e também dos civis ligados a ela sua influência na construção da nação, que preparou o caminho para que institucionalmente os militares tomassem o poder. A DSN de acordo com os estudos feitos pelo professor José Lorenzo Perez, da Universidade Central da Venezuela, mencionado por Rossi, teve como bases de estruturação os seguintes pontos:

> 1 – O nível de capacitação que adquiriram nas escolas e centros de formação, com uma programação orientada para o desenvolvimento e o conhecimento da realidade sócio-econômica de seu respectivo país.
> 2 – A ideologia que se estabelece e se desenvolve, com a denominação de Segurança Nacional, e que tem como objetivo-chave a eliminação da subversão.

> 3 – A confiança e a convicção que vão adquirindo como instituição, à medida que conseguem coesão interna, não obstante as diversas frações, de que podem, apesar de ser militares, também exercer o poder político. E
> 4 – As condições em que se encontra a sociedade dos países em referência, como produto dos erros e incapacidade do governo civil, das contradições entre as novas estruturas de classes em ascensão, das novas variantes do capitalismo mundial e da estratégia dos Estados Unidos (PEREZ *apud* ROSSI, 1982, p. 28-29).

Em suma, na perspectiva de Oliveira (1976), o cenário político-institucional dos anos iniciais da década de 60, do século XX, foi instável. Marcado inicialmente pelos obstáculos para a posse de João Goulart, pelos rumos da política externa, pelas alterações de forças entre partidos e, posteriormente, no governo Goulart, pelo crescimento da representação parlamentar de esquerda e a perca de posição dos partidos de identificação de direita, pelo agravamento das relações entre Executivo e Legislativo, pela divisão política entre as lideranças populares e as bases dos movimentos, pelo acirramento das divisões adentras das Forças Armadas e pelo agravamento das relações com os Estados Unidos na adoção de uma política econômica anti-inflacionária.

Ao tomarem o poder, em 1964, segundo Dreyfus e Dulci (1984), inicialmente os golpistas proferiram que o caráter da "Revolução" possuía inicialmente um viés de intervenção transitória e cirúrgica, a fim de restabelecer ou reformar a ordem constitucional. No entanto, a intervenção que prevaleceu a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), editado em 1968, foi permanente e mantenedora contínua do discurso ideológico da "ala mais dura" dos militares e contrária à Constituição.

De acordo com os autores supracitados, o lema dos militares era "segurança e desenvolvimento", tendo como objetivo um Estado fortalecido e centralizador, capaz de controlar a vida social. Diante das divergências internas das FAB, se fez necessário buscar apoio entre determinados setores da sociedade. Com isso foram estabelecidas alianças no intuito de incrementar o discurso ideológico, homogeneizando-o e legitimando-o. Entre eles o empresariado foi o principal parceiro dos militares e foi nessa conjuntura que se estabeleceu a nova postura militar que seria adotada a partir de 1964.

Na perspectiva de Dreyfus e Dulci (1984), os novos papéis assumidos pelos militares foram frutos, por um lado, da ruptura da frente empresarial[12], montada para gerar o Golpe de

[12]Os autores referem-se à frente empresarial formada para lançar a ação golpista que culminou na tomada de poder em 31 de março de 1964, tendo à frente o complexo político-militar IPES/IBAD. As siglas, respectivamente, tratam do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Segundo René Dreifus (1981), o referido complexo foi formado por intelectuais ligados a interesses econômicos multinacionais e associados, com o objetivo de atuar contra o governo nacional-reformista do presidente João Goulart e contra as forças sociais que o apoiavam.

64 e por outro lado, da protrusão sócio-política que representou uma espécie de limpeza política, no qual líderes políticos foram marginalizados, gerando uma desintegração do arcabouço partidário. Toda essa lógica favoreceu para que as Forças Armadas se tornassem mais articuladas, diferenciadas e independentes da sociedade civil, tendo como reforço a sua socialização profissional específica, seus padrões de recrutamento e uma realimentação ideológica. Desse modo, as FAB assumiram quatro papéis chaves: o de governo, o de administração, o de partido e o de guardiões da ordem. Como esfera do Estado, a instituição militar, por um lado, se apresentava também na sua dimensão burocrática, ou seja, como parte do serviço público e como organização política e por outro lado, num complexo industrial-militar, na medida em que o papel de partido das elites se realizava no cenário da formação de um complexo empresarial militar.

Contudo, as funções que possuíam anteriormente se mantinham, sendo restauradas e fortificadas, como o papel coercitivo e a função ideológica. Assim, nos primeiros quinze anos pós Golpe de 64, ocorreu uma capacitação e crescimento do potencial institucional para tornar-se um ator político relevante, capaz de impor seus interesses e necessidades aos demais atores políticos. Para tanto, reformulou-se também o sistema, desenvolvendo novos recursos e assumindo novos papéis, visto que antes de 1964 os militares só ocupavam posições civis que lhe fossem concedidas por políticos civis, porém a partir de 1967 são os civis que ocuparam posições por concessão militar (DREYFUS; DULCI, 1984).

4.2. A MOTIVAÇÃO PARA O CONTRAPONTO NARRATIVO DOS MILITARES

Com a finalidade de identificar os elementos comuns e os divergentes acerca da tortura nas expressões militares, este capítulo parte de dois pressupostos. Primeiro, que a ocorrência de memórias dos militares se une a necessidade dos mesmos, enquanto atores sociais que estavam incluídos nos quadros sociais da ideologia dominante, de reconstruir e legitimar a memória construída pelo Estado de Segurança Nacional (ESN), nos anos ditatoriais. Segundo, que diante de um possível rompimento do “acordo de esquecimento” proposto pela anistia, por parte dos opositores, os militares eivados por um sentimento de revanchismo decidiram narrar e tornar públicas suas recordações sobre as questões mais delicadas expostas pelos opositores do regime ditatorial. Em especial as ligadas aos anos, em que houve um aumento na intensidade da repressão estatal.

Nessa linha de pensamento, entende-se que a anistia, instituída por meio da Lei n°

6.683 de 28 de agosto de 1979, tinha como um dos seus objetivos "reconciliar" os atores sociais envolvidos nos fatos ocorridos, entre 1961 a 1979, como pode ser verificado no seu artigo primeiro:

> Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.[13]

Logo, no âmbito da "política de abertura", o foco da Lei da Anistia era conservara versão ideológica das FAB como mediadora de conflitos sociais, defensora da constituição e da democracia, protetora da ordem e do progresso. À vista disso, a socióloga argentina Elizabeth Jelin (2002) declara que, nas transições de mudanças de regimes políticos, é instituído um cenário de confrontação entre atores sociais com experimentos e perspectivas políticas díspares e opostas. Cada perspectiva implica um olhar do pretérito e um programa de tratamento do passado na nova etapa, a qual se define como ruptura e mudança na relação com a anterior.

É imprescindível advertir que as primeiras memórias de militares, assim como as dos opositores, tiveram suas publicações ocorridas na década de 70, do século XX. Conquanto, as recordações selecionadas pelos militares referiam-se às questões que exaltavam o ideal da "Revolução de 64" e o significado do golpe de 31 de março de 1964. Desse modo, assinala-se as obras *O outro lado do poder* e *Tempo de crise*, ambas publicadas pelo General Hugo de Abreu, respectivamente, em 1979 e 1980. E ainda a obra *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*, publicada em 1994, a qual constitui o primeiro volume da trilogia organizada por pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela glomera parte do material adquirido por meio de depoimentos concedidos por militares sobre 1964 e o regime que se instaurou no Brasil pós o golpe. Ainda que se reconheça a importância dessas memórias elas não foram analisadas nesta pesquisa por não contemplarem em seus conteúdos a questão do uso da prática da tortura pelo Estado de Segurança Nacional no período ditatorial que é o fio condutor da mesma.

Portanto, para formar o agrupamento militar que será caracterizado no tópico seguintes

---

[13]O texto completo da Lei n° 6.683 de 28 de agosto de 1979 pode ser consultado no seguinte endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 05 de julho de 2017.

e lecionou-se narrativas de memórias que representam as visões de militares acerca do período mais agudo do regime militar (entre 1969 e 1973), enquanto atores sociais vinculados aos interesses da classe dirigente do país e que expõem sobre a repressão empregada no confronto estabelecido com os "subversivos". Sendo a primeira, *Brasil Sempre*, publicada em 1986 e escrita pelo tenente Marco Pollo Giordani; a segunda, *Rompendo o silêncio*, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, publicada em 1987; a terceira, *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, publicada em 1994, que se refere ao segundo volume da trilogia organizada por pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Ela reuniu parte do material através de depoimentos concedidos por militares sobre a repressão política no Brasil no período entre 1969 e 1973. A quarta narrativa aqui apresentada é *Ernesto Geisel*, publicada em 1997, também pelos pesquisadores do CPDOC. Essa obra se refere ao pronunciamento do único presidente militar a falar sobre a ditadura no Brasil e sobre a tortura que teve a publicação autorizada por um familiar após sua morte. A quinta é *Militares Confissões: histórias secretas do Brasil*, publicada em 1998, pelo jornalista Hélio Contreiras que durante sua carreira sempre cobriu o meio político e militar. A obra agrega curtos, mas significativos depoimentos de almirantes, generais, brigadeiros e coronéis sobre os erros e excessos do regime militar, dentre os quais está a tortura. A sexta e última narrativa analisada é *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*, publicada em 1999, pelo pesquisador Ronaldo Costa Couto que reuniu em sua obra depoimentos de diversos atores sociais que estiveram em posições e papéis diferentes na sociedade do período ditatorial, entre eles, selecionou-se os relatos dos militares.

O momento em que as mencionadas narrativas foram publicadas associa-se a paulatina ação erguida em direção ao restabelecimento da democracia brasileira. Entretanto, a mesma ao receber a herança ditatorial se deparou com difíceis obstáculos no contexto político, econômico e social que precisavam ser transpostos. Desse modo, no decorrer das sucessões presidenciais, ocorridas no período de publicação das narrativas supracitadas, evidenciou-se que no campo da memória ocorreu um conflituoso processo narrativo entre grupos antagônicos, cujas recordações sobre a prática da tortura mediaram o que deveria ser esquecido e o que carecia ser lembrado.

As memórias militares elegidas foram publicadas entre 1986-1999, sendo que as obras: *Brasil Sempre* (1986) e *Rompendo o silêncio* (1987) são expressões individuais que advieram do contexto da primeira Presidência civil. Isso ocorreu após os cinco consecutivos governos militares e que teve a frente do poder dirigente José Sarney que assumiu, enquanto

vice-presidente, o cargo após o falecimento do presidente eleito Tancredo Neves.

Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão (1994), *Ernesto Geisel* (1997), *Militares Confissões: histórias secretas do Brasil* (1998), *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985* (1999) foram todas publicadas no decorrer dos anos 90, do século XX, evidenciando um momento de maior expressão militar que conferiu aos autores das referidas obras divulgarem os depoimentos a eles concedidos. O recorte temporal dessas publicações compreende a transição presidencial do governo do presidente Itamar Franco, que ascendeu ao poder após o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, para o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Esse foi o segundo presidente que se elevou ao cargo por eleições diretas no país e os anos que incidiram no seu comando da nação.

Levanta-se, ainda, como suposição, e atrelado aos pressupostos erguidos no início deste capítulo, que a ocorrência de memórias de militares se une a necessidade de justificar os fatos declarados, pela oposição, em crítica ao regime militar e que, concomitantemente, recaiam negativamente sobre as Forças Armadas Brasileiras, visto que, segundo Fernandes, a ditadura, no alvorecer da década de 80, do século XX, não conseguia mais esconder suas fraturas diante dos,

> [...] Espectros negros, alimentados pelo rescaldo da crise do milagre, pelos efeitos internos das perturbações estruturais do capitalismo mundial e pelo curso tomado pela depressão da economia brasileira [...] Cresce, assim, sem cessar, o desgaste político do regime ditatorial, arrastando a ditadura para as contingências das avaliações penosas e das retaliações amargas *dentro de seus muros*, como se sua queda, como uma "necessidade política racional", fosse algo tácito para os setores dirigentes das classes dominantes que sempre a apoiaram e ainda prolongam sua existência. Estes setores se achavam confusos. Devorados pelo monstro que inventaram e produziram não têm ao alcance da mão outra *saída segura*. Vêem-se compelidos a selar uma segunda aliança, na esperança de que da costela da ditadura nasça o seu complemento político, a apregoada "democracia pela qual sempre ansiamos" [...] a crise do poder burguês gerou a ditadura, e como esta não conseguiu fazer face àquela crise e resolvê-la começa a sofrer e a revelar suas contradições e impossibilidades. A crise do poder burguês se repõe no circuito histórico com todos os seus fatores e efeitos-chave agravados, pois as classes sociais dominantes saem desmoralizadas da aventura e as classes trabalhadoras empunham novas bandeiras, que abrem a transição para o século XXI, exigindo de imediato que a sociedade capitalista não seja apenas a *pátria do capital* e que contemple o trabalho com todas as garantias sociais, jurídicas e políticas que lhe têm sido sonegadas, negadas ou proibidas.
> Essa é a realidade. Não foram as forças organizadas da sociedade brasileira que desgastaram a contra-revolução e conduziram o governo ditatorial às atuais perplexidades. Foram suas forças espontâneas, que emergiram das alterações mais recentes do regime de classes e da luta de classes, e as forças que renasceram do esmagamento ditatorial, na esfera das atividades sindicais, religiosas, políticas e estudantis. [...] (FERNANDES, 1982, p. 7-8, grifo do autor).

Diante do exposto, e considerando o pensamento de Fernandes (1982) acerca da "autoridade suprema" do "chefe militar", a qual promoveu, na opinião do mesmo, uma "ascendência e um centralismo político" aos militares, nunca ocorrido antes na política brasileira, verifica-se que o "processo de abertura" se desembocou em um momento de despolitização. Para tanto, se fez imperioso aos oficiais da FAB buscar uma redefinição e uma legitimação de seus papéis e funções dentro da corporação, ou melhor, dizendo, era a hora de voltar aos quartéis. Contudo, esse retorno foi arquitetado pelos próprios moldes das Forças Armadas. De forma lenta, gradual e segura os militares foram se desengajando de determinados papéis e se reintegrando às funções que lhes eram legais, no Estado burguês, garantindo, com isso, um retorno acautelado aos quartéis.

4.3. A CONSTITUIÇÃO DO AGRUPAMENTO MILITAR

O agrupamento composto pelos militares neste trabalho alinha-se às suas condições de pertencentes aos setores sociais médios e por possuir como interesses partilhados a defesa da atuação do Estado de Segurança Nacional e a necessidade de uma harmonização ideológica, por intermédio da memória, a fim de manter e/ou reproduzir o *status quo* dominante, o qual foi escamoteado pelas justificativas que conduziram a intervenção militar ocorrida em 1964. Desse modo, o vínculo de pertencimento desses atores aos referidos estratos da sociedade e o posicionamento ideológico os ajuntam, delineando a memória militar que opera na convalidação da memória construída deliberadamente pelo Estado durante a ditadura militar, no Brasil.

Em vista do exposto, o sociólogo Delano Teixeira Menezes (2015), o qual também construiu carreira militar na Força Aérea Brasileira, traz em sua obra *Como pensam os militares: a construção social da subjetividade dos militares*, uma análise de como os oficiais das Forças Armadas Brasileira constroem suas visões de mundo. Para tanto, parte do princípio de que cada uma das três armas possuem especificidades, mas que toda organização militar tem em comum os preceitos da disciplina e da hierarquia que norteiam a vida na caserna.Razão pela qual, segundo o autor, estabelece-se rotinas no interior de cada uma das armas que guiam e padronizam os sentimentos e comportamentos dos seus membros.

Menezes (2015) afirma que o objetivo final das corporações pode ser sintetizado na maneira "como se deve combater para vencer o inimigo e como fazê-lo o mais rápido possível e sobreviver" (MENEZES, 2015, p. 41). Nessa direção, o autor pontua que o referido objetivo

é incutido desde os primeiros anos da formação dos militares, moldando, assim, todas as suas atitudes, mesmo quando o inimigo não é real.

Desse modo, identifica-se entre os narradores[14] das memórias selecionadas vinte que ocuparam, no presente em que narram, postos de alta patente, sendo um na Marinha, três na Aeronáutica e dezesseis no Exército, e ainda nesta última arma um oficial ocupante de posto de baixa patente. Por isso, buscar-se-á verificar os papeis assumidos por parte desses atores sociais durante os anos ditatoriais, observando como atuaram no interior do grupo social militar em favor do *status quo* dominante e a serviço do ESN. Essa situação ressalta os entrecortes estabelecidos entre suas recordações.

O Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, enquanto representante da Marinha, foi nomeado em 31 março de 1964 a capitão dos portos do estado de São Paulo, atuando no movimento civil-militar que culminou no Golpe. Dentre as funções desenvolvidas, foi encarregado dos inquéritos policiais ocorridos nos sindicatos da orla marítima e na Prefeitura Municipal de Santos. Assumiu também os cargos de adjunto do adido naval junto à embaixada brasileira em Washington, nos Estados Unidos da América (EUA), presidiu a Comissão Naval Brasileira, serviu no Estado-Maior da Esquadra como oficial de operações, foi diretor de Hidrografia e Navegação da Escola Naval, do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e da Escola Naval de guerra.

Retratando a Aeronáutica pontua-se os Brigadeiros João Paulo Moreira Burnier e Sérgio Luiz Burger, e o Coronel-aviador Luís Mauro Ferreira, do qual só há informações de atuação profissional a partir de 1987 quando foi oficial do Estado-Maior da Aeronáutica. O Brigadeiro Burnier foi adepto do movimento que deflagrou a ação golpista em março de 1964 e revelou ter, por meio de entrevista concedida ao Jornal do Brasil, em 1976, colocado cargas de dinamite no palácio da Guanabara na época do Golpe, no intuito de impedir a tomada de poder pelos comunistas. Atuou como comandante do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) chefiou a seção de informações do gabinete do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Márcio de Sousa e Melo de quem se tornou em seguida chefe de gabinete, período em que se envolveu no “caso Para-Sar” como idealizador das “missões especiais”. Essas, por sua vez, tiveram a finalidade de eliminar sumariamente as pessoas que do alto dos edifícios arremessavam objetos contra a polícia, no Rio de Janeiro, durante as manifestações estudantis principiadas, em março de 1968, com a morte do estudante Edson Luís. Durante o governo

[14]Para traçar o perfil dos militares consultou-se além das obras elegidas como fontes, o banco de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas por meio do endereço eletrônico: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

Médici, comandou a III Zona Aérea, no Rio de Janeiro, pedindo demissão no final de 1971 depois da repercussão da morte do estudante Stuart Angel Jones, ocorrida em consequência das torturas sofridas nas dependências do CISA, na Base Aérea do Galeão.

Brigadeiro Burger declara em seu depoimento não ter participado do processo "revolucionário" de 1964, entretanto se identifica como apoiador da intervenção. Atuando, no período ditatorial, no Grupo de Transporte Especial do Ministério da Aeronáutica e nas chefias do III Comando Aéreo no Rio de Janeiro, do Comando de Transporte Aéreo, da Diretoria de Pessoal, do Departamento de Aviação Civil e do Estado-Maior da Aeronáutica.

O Exército é a arma que mais se pronunciou por meio da veiculação de suas recordações. Segundo Menezes (2015), uma expressiva parte dos acontecimentos históricos mais relevantes do Brasil estão associados a "construção" do Exército. Para o autor, a referida associação é cultuada, preservada e propagada pela corporação em seus discursos ao se posicionar como "construtora e salvadora da pátria". Nos referidos discursos o pesquisador identificou como predominante a seguinte afirmativa: "o Exército é a própria Nação em armas" (MENEZES, 2015, p.81).

Entre os representantes da alta patente encontra-se o General Ernesto Geisel ligado à Escola Superior de Guerra, que desempenhou papel proeminente na conspiração, na tomada do poder e na elaboração do programa de remodelação política, econômica e de gestão do Brasil. Geisel trabalhou junto a outros oficiais de alta patente para que o nome do Marechal Humberto Castelo Branco fosse aprovado para assumir a Presidência da República. Assim, no governo de Castelo Branco assumiu o cargo de Chefe do seu Gabinete Militar, atuando em reuniões e decisões importantes. Em 1967 foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM) aposentando-se do cargo em 1969 quando assumiu a presidência da Petrobrás já no mandado do General-presidente Emílio Garrastazu Médici, o qual lançou a candidatura de Geisel, em 1973, para sucedê-lo na Presidência da República. A mencionada sucessão se concretizou em 1974 e findou-se em 1979.

O General Adir Fiúza de Castro no contexto do movimento golpista prestava serviço no Estado-Maior do Exército, na Subseção de História da 5ª Seção. Dentre os cargos assumidos está a chefia da Divisão de Informações do gabinete do Ministro da Guerra, entre 1967 e 1969. Sendo que nessa função foi um dos criadores do Centro de Informação do Exército (CIE) e membro da Comissão de Investigação Sumária do Exército designada para a aplicação do Ato Institucional nº 5. Foi, ainda, secretário do General Sílvio Frota quando este esteve no comando do I Exército e assumiu posteriormente a chefia do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) caracterizado como o principal centro de repressão política.

O General de divisão Carlos Alberto Fontoura, em serviço no III Exército, em Porto Alegre, foi um dos basilares articuladores no estado do Rio Grande do Sul do movimento de 31 de março de 1964. Desempenhou a partir daí cargos relevantes como a subchefia do gabinete do Ministro do Exército, que antes cabia ao General Artur da Costa e Silva. Efetivou cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e do Comandand General Staff College, nos Estados Unidos, cumprindo ainda os postos de instrutor da ECEME, de comandante do 8º Regimento de Cavalaria e de chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Cavalaria e da 6ª Divisão de Infantaria. Em 1967 converteu-se chefe do Estado-Maior do III Exército, assumindo entre 1969 e 1974 a chefia do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Outro membro importante é General de divisão Carlos de Meira Matos que, no comando do 16º Batalhão de Caçadores, em Cuiabá, participou do movimento de 1964. No governo Castelo Branco assumiu a chefia do governo estadual de Goiás como interventor federal, operou na subchefia do Gabinete Militar da Presidência da República, o qual era chefiado pelo General Geisel. Em 1965 atuou na missão que enviou tropas brasileiras à República Dominicana. Elas tinham o objetivo de terminar com a luta armada ali iniciada pelos adeptos do presidente deposto Juan Bosch e seus adversários. No seu regresso ao Brasil assumiu o comando da Polícia do Exército da 11ª Região Militar, em Brasília.

Com a edição do Ato Institucional n° 2 (AI-2) Meira Matos comandou tropas do Exército, cercando o Congresso com o encargo de retirar os parlamentares cassados pelo referido Ato. Em 1967 ocupou na ESG, o cargo de adjunto da Divisão de Assuntos Militares e presidiu a Comissão Especial na esfera do Ministério da Educação e Cultura, instituída pelo presidente Costa e Silva no intuito de emitir parecer acerca das reivindicações estudantis. Entre as demais atividades desempenhadas pelo General Matos está à designação como inspetor-geral das polícias militares, o comando da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a direção dos Transportes do Exército e a vice chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

O Coronel Cyro Guedes Etchegoyen em 1964 ocupava a patente de major e fazia aprimoramento profissional na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), passando a ser instrutor da referida escola, atuando na função até 1966. Operou na mesma função junto à Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai até 1969, acompanhando as atividades dos exilados e dos que promoviam campanhas contra o governo brasileiro. Entre 1970 e 1974, serviu no gabinete do Ministro do Exército atuando na área de informações e contrainformações.

Em 1964 o General de Exército Leônidas Pires Gonçalves servia no Estado-Maior do Exército sob o comando de Castelo Branco. Entre as atividades que desempenhou assinala-se a chefia da 3ª Seção da 1ª Divisão de Infantaria do Quartel General da Vila Militar, no Rio de Janeiro, depois atuou no Gabinete Militar da Presidência da República, foi adido militar junto à embaixada do Brasil na Colômbia, 1964-1966. Em 1967, assumiu as funções de instrutor da ECEME e a chefia da Divisão dos futuros e ex-alunos, passando à chefia do grupo de planejamento e coordenação de ensino. Comandou, também, em 1969 o Regimento Deodoro em São Paulo, e chefiou em 1972 o Quartel Regional em Campo Grande no estado de Mato Grosso, onde permaneceu até se tornar subcomandante e subdiretor de ensino da ECEME em 1973.

O General Ivan de Sousa Mendes em 1964 agregou-se ao grupo de militares liderados por Castelo Branco, envolvendo-se na conspiração para derrubar o presidente João Goulart. Sendo em seguida nomeado interventor na Prefeitura de Brasília, depois serviu o Gabinete Militar, sob a chefia do General Ernesto Geisel, foi nomeado adido militar na embaixada brasileira no Peru. No seu retorno, em 1967, atuou no Gabinete do Ministro do Exército, o general Augusto de Lira Tavares e durante o governo do General Médici desenvolveu atividades junto ao Gabinete do Presidente da Petrobrás, o General Ernesto Geisel.

O General Henrique Beckmann Filho era primo dos irmãos Ernesto e Orlando Geisel, na ocasião do Golpe comandava o Regimento de Obuses na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, passou a chefia da 3ª seção do III Exército de Porto Alegre em 1966.Um ano depois foi indicado para a subchefia do Estado-Maior do III Exército, passando à chefia em 1968. Esteve chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Planalto e da 11ª Região Militar, em Brasília, entre 1969 e 1971, convertendo-se em prefeito militar de Brasília.

O General Otávio Costa, no contexto do movimento golpista, atuava na ECEME. Em 1971, comandou o Centro de Estudos de Pessoal do Exército e ainda nesse ano operou a chefia da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República, criada no final do governo Costa e Silva. Função na qual foi o responsável pela apresentação, por meio da rede de televisão, de filmes elaborados para promover propaganda governamental, os quais eram vistos pelos opositores como instrumentos de "campanhas pedagógicas” em prol de promover o sentimento de unificação nacional.

O Coronel Dickson Graell em 1964 servia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército no Rio de janeiro. Desempenhou a função de oficial de informações e chefe do Estado-Maior interino da Brigada de pára-quedistas no Rio de Janeiro (1967-1969) e a mesma

função na 2ª Divisão de Cavalaria no Rio Grande do Sul (1969-1971). Integrou, também o Estado-Maior das Forças Armadas (1973-1976).

Considerado um dos mais duros homens do regime o General Newton Araújo de Oliveira e Cruz, em 1964, foi instrutor da ECEME, serviu no Conselho de Segurança Nacional (CSN) como adjunto do Serviço Federal de Informação e Contrainformação. Tornando-se, ainda, no mesmo ano adjunto do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 1969 comandou o Regimento Floriano, na Vila Militar, no estado da Guanabara e foi adido das Forças Armadas na Bolívia junto à embaixada do Brasil, entre 1970 e 1973.

Com escassez de informações, também representa esse grupo o General de divisão José Luiz Coelho Netto que em 1964 era major e estava na ECEME. Ele atuou durante o governo Médici no subcomando do Centro de Informações do Exército (CIE). Outro componente é o General Diogo de Oliveira Figueiredo, filho do militar Euclides de Oliveira Figueiredo que foi opositor de Getúlio Vargas e partidário da União Democrática Nacional (UDN) e irmão de Euclides de Oliveira Figueiredo Filho e João Batista de Oliveira Figueiredo, que assumiu a última Presidência durante a ditadura militar no Brasil no período no qual o General Diogo Figueiredo esteve à frente do comando da ECEME. A respeito do Coronel Luiz Henrique Pires ressalta-se que em 1964 era Tenente do Regimento Escola de Infantaria da Vila Militar do Rio de Janeiro com a carreira militar iniciada dois anos antes.

Em relação ao General Roberto França Domingues, casado com a filha de Orlando Geisel, foi Tenente-Coronel em 1964. O Tenente Marco Pollo Giordani, único membro de baixa patente, integrava a 2ª Seção do Comando Militar do Sul, tendo-se incorporado ao Exército em 1968. Atuando durante os anos mais árduos da repressão política estatal como agente do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Segundo entrevista concedida pelo editor Airton Ortiz[15], responsável pela primeira edição de *Brasil Sempre*, Giordani, por um problema médico, foi afastado do Exército, fato que não acolheu bem.

Fecha-se o agrupamento militar neste estudo ao mencionar a atuação do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI-CODI, em São Paulo, entre 1970-1974, sendo um dos agentes da ditadura reconhecido como torturador e conhecido pelos presos políticos pelo codinome de “Dr. Tibiriçá”.

Por fim, no traçar os perfis dos atores sociais supracitados, verifica-se que a formação

---

[15] A supracitada entrevista pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2014/09/Livro-de-agente-do-regime-militar-Brasil-Sempre-sera-relancado-nesta-sexta-4603387.html>. Acesso em: 26 de junho de 2017.

do agrupamento militar sustenta-se por seus membros pertencerem aos mesmos setores sociais e pela conformação ideológica dos mesmos. Desse modo, ao narrarem suas recordações, primeiro constata-se a vinculação dos supracitados oficiais pelo fato de entre eles predominarem aqueles que atuaram como articuladores, participantes e/ou apoiadores do Golpe de 1964 e pelos papeis e funções desenvolvidas nos órgãos ligados à estrutura estatal. Segundo, que os militares se unem ao essencial e comum objetivo, enquanto atores sociais que transitam os quadros sociais da ideologia burguesa, de reconstruir, atualizar e autenticar a "memória de segurança nacional" edificada pelo Estado durante a ditadura militar, no Brasil.

4.4. NARRATIVAS MILITARES: A PRÁTICA DA TORTURA

Em *Brasil Sempre,* o tenente Marco Pollo Giordani se apresenta como um modesto homem do exército, de valores inabaláveis e a serviço da pátria, que se considera possuidor da coragem, da determinação e da integridade de um homem de informações. Com vários anos de DOI-CODI, anos esses dedicados, segundo o autor, a libertar o país da subversão, aponta a publicação de *Brasil Nunca Mais* como uma das principais motivações para escrever seu livro. Giordani esclarece que não é sua intenção contestar a obra *Brasil Nunca Mais*, justificando que esse ato seria tão insignificante quanto recomendá-la. Afirma, enfim, que sua real intenção é falar da parte esquecida pela referida obra. *Brasil Sempre*, nas palavras do autor, imprime uma marca nova "a da verdade e do consenso". Lamenta, ainda, as manifestações contrárias aos "sublimes objetivos da Revolução de 1964", posicionando-se contra a tortura. Entretanto, considera que, por lei natural da vida, cada ação remete a uma reação. Esses posicionamentos podem ser conferidos em seu relato:

> antes de maiores considerações, devo deixar claro, que sou radicalmente contra torturas. Entendo que homens que lutam pela liberdade e que defendem a vida como Expressão-Maior da Criação não podem aviltar-se em práticas dessa natureza. Todo o meu ser se nega ao ato indigno e covarde da tortura. Digo isso com toda a sinceridade e com todo o orgulho (GIORDANI, 1986, p. 95-96).

Atesta ainda que

> há no ordenamento da vida, uma lei fundamental: a cada ação, corresponde uma reação, ou, de acordo com o correto ditado popular: "quem semeia vento, colhe tempestade".
> Antes de enunciar horrores e depoimentos histéricos, caberia a um sacerdote emitir a clássica indagação: que fizeste, filho? Que praticaste contra a vida de teus

> semelhantes, contra a comunidade que te abriga, contra as autoridades que, justas ou injustas, são constituídas?
> - Ah! ... Sim! ... escolheste o caminho do sangue, da perfídia, da crueldade, e queres o conforto de uma ducha quente e a delícia de um "pão-de-ló"? Que é isso, filho!?
> Sim, essa seria a conduta adequada de um verdadeiro sacerdote, cuja missão é mostrar o caminho da verdadeira verdade libertadora (GIORDANI, 1986, p. 97).

Em sua narrativa, Giordani elucida que não se envolveu com a prática da tortura, mas revela a sua existência sem assumi-la objetivamente. Usa como artifício um moralismo religioso que condena o "incorreto" posicionamento de Dom Evaristo Arns, explícito na narrativa de *Brasil Nunca Mais*, responsabilizando a Igreja, nas figuras de seus sacerdotes, pelo descumprimento da missão que os homens de Deus têm com o caminho da "verdade" e considera a concessão da anistia aos terroristas um erro.

O perfil da memória de Giordani é marcado pela defesa do lugar social de patriota e de defensor da nação que se via "aterrorizada" pelo terrorismo. No decorrer de sua exposição o autor justifica que diante do perigo do Brasil ser "subtraído" pelo comunismo, o Estado entendeu a necessidade de estruturar órgãos especializados para combater o terror que vinha se alastrando.

> Então, é preciso dizer que o chamado "Sistema Repressivo" montado pelo Estado (inicialmente a Operação Bandeirantes – OBAN – e posteriormente os CODI-DOIs, a nível nacional) para combater a guerrilha, nada mais foi do que o antídoto contra o veneno disseminado (GIORDANI, 1986, p. 99).

Entretanto, a tortura é posta como consequência de excessos provocados pela desqualificação e/ou desvio moral de agentes ligados aos órgãos policiais.

> É lógico o raciocínio de que os primeiros elementos formadores de tais órgãos – muitos deles oriundos de forças diferentes (Polícia Federal, Polícia Estadual) – não possuíam nem qualificação profissional e talvez nem a integridade moral para a importância de tal missão. Não quero cometer injustiças nem tecer comentários irresponsáveis. Se houve excessos por parte desses pioneiros, há de merecer análise o fato de enfrentarem uma guerra suja, cruel, sem uniforme e sem distinção de vítimas. Se realmente houve sádicas torturas, não tenho o menor constrangimento de enquadrá-los no mesmo nível dos elementos da esquerda. Devo acrescentar, contudo, que as precipitações violentas originárias da própria luta são extremamente difíceis de serem julgadas. Não vivi aqueles elementos como membro dos referidos órgãos (GIORDANI, 1986, p. 99).

Rompendo o silêncio, do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, rebate posicionamentos contrários à ditadura militar. Nessa obra o autor tem como uma de suas principais preocupações provar que não foi um torturador, mas que foi um combatente da "guerra revolucionária", cumprindo unicamente seu papel de soldado "na luta contra o

terrorismo". A obra recebe essa denominação caracterizando, segundo Ustra, a necessidade de se defender diante das declarações feitas junto à imprensa, em 1985, pela então deputada e atriz Elizatebeth Mendes de Oliveira após reencontrá-lo no Uruguai, ela enquanto parlamentar e ele na função de adido militar. Ressalta ainda, o seu dever de restabelecer e deixar para as novas gerações a "verdade", em "proteção" a história do país.

> Este livro é dedicado aos jovens do meu país.
> Dedico-os aos jovens porque eles são o futuro, o novo Brasil. Dedico-os aos jovens, porque eles são puros de espírito e de intenções. E os vejo, muitas vezes, explorados em sua pureza. No negro período da Guerrilha Revolucionária que sofremos em nosso país, eles foram usados, manipulados em seus sentimentos. Fizeram-lhes a cabeça e puseram-lhes uma arma na mão. E os jogaram numa violência inútil.
> Ofereço este livro aos jovens para que eles possam procurar a verdade. Porque os jovens devem ter a liberdade de encontrá-la. E vejo que os jovens estão recebendo apenas as chamadas "meias-verdades" que, no seu reverso, são meias-mentiras. Porque me preocupo quando vejo panfletos tomando ares de história contemporânea, e sendo utilizados como a verdade definitiva. Não é sobre a mentira que se alicerça o futuro de um país.
> Dedico este livro aos jovens porque confio que, na sua sede de justiça, saberão encontrar a verdade, e na sua fome de liberdade, saberão ser livres, e não permitirão que burlem de novo seus sentimentos, oferecendo a violência no lugar da solidariedade para construir o país (USTRA, 1987, p.10).

A exposição de Ustra tem como ponto de partida a denúncia feita pela atriz e deputada federal Beth Mendes, como dito anteriormente, que o reconhecia como seu torturador, por meio de carta encaminhada ao dirigente da nação, quando retornou da visita feita ao Uruguai enquanto membro da comitiva do presidente José Sarney. O coronel toma a referida denúncia como uma calúnia e uma ingratidão ao bom tratamento recebido por ela e demais jovens que passaram pelo DOI-CODI paulista e que nunca ocorreu torturas no referido órgão, na sua gestão.

Ao se deparar com a veiculação tomada pela denúncia da deputada e o estarrecimento causado à opinião pública, o autor, ao transcrever a carta da deputada em seu livro, o faz no intuito de demonstrar o que um grupo social é capaz de fazer para destruir a imagem de um patriota e de todos que atuaram na luta contra o terrorismo e a subversão, os quais foram perdoados pela anistia, arriscando suas próprias vidas e de seus familiares.

Na carta da parlamentar, a qual o autor transcreve em seu livro, a mesma narra que:

> [...] pior que o fato de reconhecer o meu antigo torturador foi ter que suportá-lo seguidamente a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento (USTRA, 1987, p. 23).

Diante da situação em que se encontrava, a deputada assinala:

> [...] descubro não ter mais direito ao silêncio. Estão presentes, de novo, os fantasmas de um passado recente, onde os meus gritos se confundiam com os gritos de outros torturados, onde minhas lágrimas ou foram de dor ou de revolta ou simplesmente pra chorar aqueles que não resistiram à violência dos "patriotas" encapuzados cuja ação, na suposta defesa dos interesses maiores do Estado, só se manifestava na segurança das masmorras e na certeza da impunidade (USTRA, 1987, p. 23).

Ao trasladar a experiência relatada por Bete Mendes, o coronel a faz para rebater os fatos, considerados por ele ilegítimos e que são proferidos pela deputada por um lado, para desmoralizá-lo e, com isso, desqualificar os objetivos da "Revolução de 64" e por outro, para auto promover-se na sua carreira política. À vista de dar veracidade a sua narrativa Ustra organizou-a construindo uma radiografia do "terrorismo de esquerda" no Brasil. Assim, elucidou todos os "atos ilegais" empregados na "guerra revolucionária" e a violência direcionada aos que serviam "verdadeiramente" à pátria e que estavam "despreparados" em relação a toda a organização e estrutura dos "inimigos internos".

Os fatos narrados anteriormente nas expressões dos opositores são retomados por Ustra com um olhar diferenciado e oposto. Ele apresenta a inexistência da prática da tortura e a existência de um "bom" tratamento que "respeitava" a dignidade humana dos presos políticos. Narra a sua intervenção em proteção aos jovens presos no DOI-CODI que haviam sido ludibriados pelo "discurso comunista" e levados à criminalidade, ressaltando seu esforço em "reeducá-los" para recuperar o espírito de cidadãos honrados e reinseri-los no contexto social, no qual deveriam se empenhar na construção de um Brasil "forte".

Em toda a narrativa de memória o autor alega que, ao declararem "guerra", os "terroristas" disseminaram a violência e que, diante do ataque, a nação atingida precisava ser defendida e esse papel cabia a todos. Porém, gerou a necessidade de se estabelecer uma estrutura para impedir e neutralizar os movimentos subversivos, a qual contou com os combatentes oriundos das Forças Armadas para estarem no campo de batalha na luta contra o "terror" que se alastrava. As quedas dos opositores são apontadas como consequências inevitáveis em um cenário de guerra, por outro lado, o papel heróico dos combatentes é em toda narrativa ressaltado, ora motivando os agentes do DOI-CODI paulista ao assinalar sua missão, ora prestando honra aos abatidos pelos opositores, por assassinato ou em confronto.

> Diariamente, às 08:00 horas, o DOI passou a entrar em forma para o hasteamento do Pavilhão Nacional. Aproveitava esta oportunidade para falar aos meus comandados e para lembrar-lhes que estávamos, ali, lutando e arriscando as nossas vidas pela Pátria. Dizia-lhes que o mesmo vinha sendo feito, ao longo dos anos, por nossos antepassados. Citava, então, passagens da nossa história, onde brasileiros tinham perdido a vida praticando atos heróicos e destemidos em defesa da Pátria, em defesa

> da nossa Bandeira. Recordava as lutas para manter a integridade do nosso território. Falava dos nossos mortos quando combatemos a Intentona Comunista em 1935 e terminava comentando o heroísmo dos nossos pracinhas durante a II Guerra Mundial. Lembrava-lhes que o pessoal da nossa Força Expedicionária partira para lutar em um outro continente, deixando aqui os seus lares e as suas famílias, tendo alguns morrido em combate e outros ficado inválidos. Finalmente, mostrava a eles que todos esses heróis sempre tiveram como motivação a Bandeira, o símbolo maior da Pátria. E, afirmava-lhes que todos os brasileiros têm o dever de manter o legado de nossos antepassados e de evitar que a Bandeira do Brasil seja ultrajada (USTRA, 1987, p. 132).

Em uma metáfora à obra *Batismo de Sangue*, de Frei Betto, o coronel expõe sobre uma ação desenvolvida por uma das suas equipes de busca do DOI-CODI paulista, em dezembro de 1970, na qual um dos seus homens é fatalmente vitimado.

> Teria, ainda, muitos casos a relatar sobre os trabalhos das nossas Turmas de Busca e Apreensão. Selecionei este, porque ele foi o meu "batismo de sangue" e, também, porque serviu para mostrar, através de um caso real vivido, o procedimento de nossos homens quando enfrentavam os Grupos Táticos Armados, os GTA, do inimigo.
>
> (O GLOBO – 5 Abr 71)
> *"O Major de Infantaria JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ FILHO foi assassinado aos primeiros minutos da madrugada* de *sábado, num choque entre policiais e terroristas na Zona Norte - perto do Méier.*
> *O Major que contava 40 anos de idade, deixou viúva D. Clotilde R. Martinez e quatro filhos, o mais velho com 11 anos e o menor com quatro. Era figura querida dos companheiros da Brigada Aeroterrestre – onde estagiava – que o valorizavam não só intelectualmente, como também profissional e humanamente"* (USTRA, 1987, p.146-147, grifo do autor).

Apesar de negar ser um torturador o coronel Brilhante Ustra reconhece a ilegalidade do sistema repressivo ao atuar contra a oposição ao regime. Ele defende as acusações feitas às condutas dos agentes da repressão, justificando-as por meio do grau de periculosidade do inimigo, caracterizando, por vezes, incoerências na sua explanação cujo principal foco é negar a tortura e a condição de torturador do autor.

> Nossos acusadores reclamam com frequência de nossos interrogatórios. Alegam que presos inocentes eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam, também, de nossas "invasões de lares", sem mandatos judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo amparado nas leis normais, eficientes para um cidadão comum. Os terroristas não eram cidadãos comuns. (USTRA, 1987, p. 157).

É relevante verificar a seletividade feita pelo autor que, apesar de afirmar a ocorrência de ilegalidade, atesta que os interrogatórios são a fase crucial da prisão para ambos os lados, justificando-a pelo esforço feito para se alcançar as informações necessárias e não porque

havia emprego de sevícias aos presos. Novamente o autor nega a tortura:

> as prisões eram efetuadas, normalmente, pelas Turmas de Busca e Apreensão, sendo o preso conduzido para o DOI, a fim de ser interrogado.
> Quando a prisão era planejada, a Turma do Interrogatório Preliminar já o aguardava com a documentação referente a ele, preparada pela Subseção de Análise. Sabíamos pela sua ficha: seus codinomes, Organização a qual pertencia, ações armadas em que tomara parte, localização do seu "aparelho", seus contatos e outros dados.
>
> Porém quando ocorria uma prisão inopinada, geralmente desconhecíamos quase tudo a seu respeito.
>
> Antes de iniciarmos o interrogatório, procurávamos dialogar com ele, analisando a sua situação, mostrando os dados de que dispúnhamos a seu respeito e o aconselhávamos a dizer tudo o que sabia, para que pudesse sair o mais rápido possível da incomunicabilidade (USTRA, 1987, p. 159).

Em *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, os pesquisadores do CPDOC, ao esclarecer que o objetivo deles consiste apenas em apresentar as visões militares, sobre avisam os leitores para o fato de que os depoimentos ajustam um conjugado plurifacetado de olhares, ora afinados, ora desentoados. Eles desembocam em um cenário original a respeito da dinâmica interna da corporação no que tange às ações políticas e repressivas empregadas nos anos de acirramento da repressão.

À vista disso, o primeiro depoimento é do General Adyr Fiúza de Castro que foi um dos criadores do Centro de Informação do Exército (CIE). Sendo assim, ao narrar os motivos da criação do referido órgão, expõe que:

> [...] "é imprescindível que nós criemos o CIE. Porque a tempestade está se aproximando. Pelas informações que tenho recebido, a situação vai começar a ficar muito feia". Nós tínhamos gente infiltrada no movimento estudantil, nos sindicatos, tínhamos escuta telefônica, e sabíamos que a tempestade estava se aproximando: a chegada da luta armada. [...]
>
> [...] Era muito fácil infiltrar no movimento estudantil, porque eles eram muito amadores. Então a gente matriculava o camarada na universidade, o sujeito fazia uns discursos, tal e coisa, eles logo achavam: "Esse é dos nossos." Pronto. Quando era bom mesmo, dali a pouquinho já chegava ao comando deles. Era muito fácil. Eu deixei no meu gabinete, a fotografia de *O Cruzeiro:* mais da metade dos seguranças do Vladimir era composta por sargentos meus. De maneira que eu conhecia todos os passos que ele dava, o que fazia, o que não fazia (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 39-40).

Ao ser convidado a explanar sobre a estrutura e o funcionamento da denominada comunidade de informações o general a ilustra em detalhes:

> [...] vamos começar pelo SNI, uma coisa que foi criada pela Revolução, mas que já existia como embrião. O SNI só tem um cliente: o presidente da República. Ele só

> informava ao presidente da República, a mais ninguém. Então, qualquer agência que quisesse uma informação do SNI lutaria com grande dificuldade, porque ele não se prontificava a informar nada. Mas recebia de todos. Criou uma estrutura nos diversos Ministérios civis, com as Divisões de Segurança e Informações – as DSIs -, que lhes remetiam as informações em canal direto, com cópia para o ministro da pasta, porque são subordinadas ao ministro. Então, a estrutura de informações do SNI era baseada nas suas DSI e nos agentes que controlava, ou nos informantes etc. E isso constituía uma rede muita extensa, porque havia agências exclusivas do SNI em todas as capitais. E recebia também informações do CIE, da Marinha e da Aeronáutica. Isso era o SNI, uma estrutura à parte. Agora, elaborava suas informações e entregava ao seu único cliente, que era o presidente da República. Então, se o ministro do Exército quisesse uma informação do SNI, não iria obter com facilidade. Teria que obter através do presidente. Se o ministro da Justiça quisesse, seria através do presidente (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 44-45).

Ao completar seu raciocínio o declarante elucida o trabalho dos profissionais responsáveis pelas informações e o caráter das fontes.

> [...] O trabalho do analista de informações é cotejar os informes que recebe em quantidade imensurável, classificá-los, juntá-los, analisá-los e ver qual é o grau de probabilidade da veracidade daquela informação. Com isso, ele analisa também a fonte que lhe forneceu o informe. A fonte é muito importante.
>
> Há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. Um informe A-1 é um informe de uma fonte sempre idônea e com grande probabilidade de ser verdade. Então, guarda-se e classifica-se: A-1. Se o informe é F-6, significa que não se pode saber a idoneidade da fonte, pode ser um maluco qualquer, e a probabilidade de ser verídico é muito reduzida. Mas tem-se que arquivá-lo. Se formos fuçar os arquivos dos órgãos de informações, vamos encontrar informações extremamente falsas, mas que foram arquivadas porque não podia ser jogadas fora. Não se pode. Quem tem autoridade? A cada dez anos é nomeada uma comissão que determina quais documentos devem ser incinerados, e é feita uma ata (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 47).

Na sua construção narrativa sobre os fatos ocorridos no DOI do Rio de Janeiro, Fiúza assinala que tratará de questões que, de certo modo, podem chocar. Dessa maneira, a sua declaração traz indícios da existência de uma tortura a nível psicológico.

> Vou falar certas coisas que talvez sejam um pouco chocantes, mas vou falar assim mesmo. Quando o preso entrava, a primeira coisa que se fazia era identificá-lo. Ele era fotografado, tiravam-se as impressões digitais, e se fazia, inicialmente, um interrogatório muito ligeiro, para saber nome, filiação, quem era ele... Porque normalmente eles tinham uma identidade falsa, codinome, etc. E depois, eles não podiam ficar com a roupa que estavam, porque podia esconder qualquer coisa. Então, eram mandados se despir, e era fornecida uma roupa especial, uma espécie de macaquinho. Para as moças, para o sexo feminino, também era dado imediatamente um modess, porque a primeira coisa que acontece com a mulher quando ela é submetida a angustia da prisão é ficar menstruada. E fica escorrendo sangue pela perna abaixo, uma coisa muito desagradável. Em seguida, tomavam um banho, trocavam a roupa. O Frota fazia questão de que cada cela tivesse roupas de cama limpas. Normalmente, as prisões não são individuais, há três, quatro em cada cela. Agora, é evidente, há casos de exceção: o camarada chegou ferido, machucado,

> então primeiro vai ao médico cuidar dos ferimentos. Depois, então, ele fica à disposição da turma de interrogadores (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.60).

A confirmação da utilização da tortura é feita pelo depoente envolta de justificativas destoantes.

> Eu sou muito cético e sou pirrônico mesmo, então acho possível que possa ter sido embromado. E o Frota também. Mas é muito difícil que haja uma pressão física sem deixar marcas. A própria "maricota" queima. Há um método de interrogatório em que você põe um eletrodo nos dedos, em qualquer lugar - os mais sádicos põem no bico dos seios ou nos testículos - e roda um dínamo que faz passar uma corrente. E quanto mais rápido você girar aquele dínamo, maior a voltagem que dá. É como o tratamento de eletrochoque dos loucos. Uma sensação terrível. Terrível! A maior dor, a maior angústia que se pode ter é sofrer aquele choque. É muito difícil o eletrodo, que é semelhante a uma garra, pegar uma coisa grande. Pode pegar no bico dos seios ou no dedo do pé, mas deixa marca. No lugar que fica o eletrodo, sempre queima um pouco, por menor que seja a amperagem. E você pode verificar. Então o Frota, que sabia disso, dizia: "Mostre as mãos." O sujeito mostrava, e ele examinava. E sem ser isso, somente a borracha: eles batem com a borracha nas partes moles, barriga e nádegas, porque essas partes não deixam muitas marcas. Se você bater com uma borracha numa parte dura, fica o vergão.
>
> De maneira que é muito difícil fazer um interrogatório com violência que não deixe marca. É muito difícil. Mas é possível. Então acho que mais de oitenta por cento da arguição de tortura e de maus-tratos era instrução da organização ou do advogado. E os restantes vinte por cento eram casos que escapavam do controle, porque eram feitos antes de o preso ser entregue ao I Exército.
>
> Há o caso de um rapaz que morreu, Raul Amaro Nin Ferreira, que deu muito trabalho ao Frota porque, quando ele foi entregue ao Exército, estava com umas marcas, havia sido chicoteado com fio no DOPS. O Frota mandou baixar imediatamente esse rapaz ao Hospital Central do Exército e, após alguns dias ele morreu de infarto. Estava muito deprimido, já sofria do coração e, com a prisão, morreu de infarto. O Frota, como em todos os casos semelhantes, mandou fazer uma autópsia, chamando um elemento da família para assistir. Ele tem o laudo dessa autópsia: foi morte natural. Então, o camarada nos foi entregue já com vergões nas pernas - ele apanhou nas pernas. Outros casos de presos entregues por outras organizações ao Exército eram submetidos, por ordem do Frota, a uma rigorosa inspeção de saúde. E o médico era o responsável. O Lobo, inclusive, sabe disso. O Lobo e o Fayad, que eram os médicos que examinavam os presos. Mas todo dia de manhã o Frota perguntava: 'Qual é a lista de presos? Cadê o laudo médico?' (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 70).

Quando lhe indagam sobre o fato de ser acusado de torturador o General Fiúza declara não se incomodar, pois tem a consciência sossegada. Mas, se pronuncia favorável à tortura quando as circunstâncias exigem. Condena o uso por sadismo e afirma que em situação de "guerra" todos no mundo são favoráveis e a usam. Por outro lado, considera que o movimento de denúncia à prática da tortura ocorrido no Brasil perante o acirrar da repressão falseava a "verdade" e atendia a interesses particulares.

> Mas tudo isso é do interesse dessas organizações, como o é dos próprios advogados, que conseguiam anular vários processos alegando a tortura, porque não podiam provar. Então, creio que essa campanha contra a tortura foi uma arma política orquestrada contra aqueles que eram encarregados da repressão. Porque eu conheço inúmeros casos de total falsidade, casos que não podem deixar de ser falsos. Então, extrapolo para outros casos que devem ser falsos também. Mas não sei das coisas que aconteceram em outros Exércitos. Agora, tenho a assinalar o seguinte: os militares são homens mais ou menos rudes. Estão acostumados a uma escola de rudeza. Se eu fosse dizer ao grupo Tortura Nunca Mais o que sofri como "bicho" na Escola Militar - e graças a Deus sofri, porque isso me endureceu -, eles achariam que é tortura. Por exemplo, "telefone" - levei milhões. E todos os militares levaram. (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 74).

O testemunho seguinte foi concedido pelo General-de-divisão Carlos Alberto da Fontoura, o qual foi nomeado chefe do SNI, em 1969. Em sua narrativa esclarece que no governo Médici, por meio de decretação presidencial transferiu-se das polícias para as Forças Armadas a empreitada de combater a subversão. Em seguida, ao relacionar a questão da luta contra a guerrilha com a imposição da censura, pontua que:

> [...] nós não desejávamos. Mas também não havia outra maneira. Qual seria a outra maneira? Deixar a imprensa completamente livre, publicando verdades e sobretudo inverdades, envenenando mais o povo contra o governo de então? Quem nos pôs no governo? O povo. Eu fui chamado de covarde mais de uma vez durante o governo Jango, porque andava fardado na rua da Praia, em Porto Alegre. O próprio pessoal da minha família dizia: "Mas o que vocês estão esperando? Que covardia é essa? Estão esperando que o Stalin se sente no Palácio do Planalto?" Quem nos levou foi o povo. O povo foi na frente e nós o seguimos. Não há dúvida: sem povo não se faz nada (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 86).

Ainda sobre o posicionamento do General Médici em relação a tortura, garante que o presidente nunca a autorizou e num desabafo faz uma avaliação do presente, em que narra e caracteriza ao seus moldes o que é tortura:

> mandava apurar se houve excesso ou não. Chamava o Geisel, chamava o ministro da Marinha, o da Aeronáutica e dizia: "Vejam isso. Eu quero saber." Ele fez duas ou três reuniões com o pessoal de segurança. Aí entravam os ministros militares, o Ministério todo, dizendo que se devia aceitar a existência de uma guerra, na qual se mata ou se morre dos dois lados. Mas ele dizia: "Não aceito tortura, nem que se maltrate ou se mate preso. Não aceito de jeito nenhum." Era a posição do presidente, declarada de público em duas ou três reuniões ministeriais, com o meu testemunho e de todos os que lá estavam: ele não admitia, absolutamente, tortura, martírio ou mortes em prisões. Na luta armada, sim. De peito descoberto, de ambos os lados, e exigia mesmo que fosse dessa forma, mandou-nos lutar de igual para igual. Mas nunca mandou torturar, nunca mandou matar. Pelo contrário. Ele não era homem para isso. E o brasileiro também não era.
>
> Agora, ninguém controla as pontas. É muito difícil. Veja o que acontece no Rio de Janeiro, o que acontece no Brasil hoje. Estão acontecendo coisas muito piores do que as que ocorreram naquele tempo. Alguém está responsabilizando o Itamar por isso? Responsabilizou-se o Collor? Responsabiliza-se o Brizola? Não. A imprensa não responsabiliza, nem o povo. Nunca ouvi dizer que o Brizola mandou matar. E a

> polícia está matando a três por dois. Eu tenho mais medo, hoje, da polícia do que do ladrão. Tortura terrível e inaudita estão sofrendo hoje (7/4/94) 150 milhões de brasileiros da parte do crime organizado e desorganizado, com a ausência de autoridade, com a ausência de governo, com a ausência de ordem pública, com a ausência de polícia. Com um Congresso impotente e incompetente, preocupado com questões menores e espúrias. Com um presidente da Câmara, sucessor do presidente da República, que deveria estar no banco dos réus, por ter usado a coisa pública (DNOCS) na sua propriedade rural, sem o menor escrúpulo. Não há poder público, não há polícia, não há segurança. Tortura é não ter para quem apelar. E viver enjaulado, engradado, como está acontecendo nos edifícios e casas do Rio. Tortura é ter pavor de sair à rua, principalmente depois que o sol se põe. Tortura é constatar que parte da população (intelectuais e artistas) aceita encobrir o gesto do Betinho, que se beneficiou de dinheiro "sujo" para fins ditos "nobres". Tudo isso e mais etc. etc. é tortura. Mas ninguém reclama. Tem a palavra a comissão Tortura Nunca Mais (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 95-96).

O General-de-divisão Carlos de Meira Mattos declarou que a uso da tortura está associado à má chefia dos comandantes. Entretanto, ponderou que os excessos foram provocados por sádicos e que os opositores passaram a alarmar indevidamente que foram torturados.

> Não aconteceriam, Mas há o abuso na repressão, porque existem pessoas que não podem trabalhar nesse campo. São pessoas que não têm equilíbrio emocional, que têm determinados... sadismos. Há muito mais pessoas sádicas do que se pensa. É só lhes dar poder, para ver. Tem muita gente que pensa que não é sádica porque ainda não teve poder. Os chefes revolucionários sempre foram contra certos exageros em termos de repressão, mas houve pessoas sádicas que ocuparam postos e que praticaram determinados abusos. A respeito de sadismo, há coisas incríveis. Relacionado com o tamanho do Brasil, com a extensão da população, eu considero até que houve pouca coisa. Se se procurar as pessoas, não se encontra mais de mil que tenham sofrido qualquer caso de opressão. Porque, hoje, todo mundo diz que foi torturado. A pessoa que foi interrogada, que foi chamada para um interrogatório, diz que foi submetida ao processo de tortura. Então, se se pegar toda essa gente que foi exilada, nem a terça parte foi punida pela Revolução. É gente que saiu voluntariamente porque achou que não tinha ambiente. Mas ninguém mandou embora. O torturado também é outro exagero. A todos que foram chamados, foi perguntado: "O senhor estava em tal lugar em tal dia? Não estava? Então, pode ir embora." E hoje se consideram torturados (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 106).

Com a experiência de ter servido no gabinete do ministro do Exército o General Orlando Geisel, entre 1970 e 1974, o Coronel Cyro Guedes Etchegoyen atuou especificamente na área de informação e contrainformação. No que se refere à questão da tortura, confirma, ao ser questionado, que é ingênuo falar que não aconteceu, mas assegura que o governo não a autorizou e que punia sempre que descobria algum caso:

> sim, mas o governo tem uma posição institucional: é contra esse tipo de coisa. Nunca estimulou nem um milímetro. E todos os caras que ele apurou como praticantes de tortura foram postos na cadeia. Está aí o capitão Guimarães, podre de rico no jogo do bicho. Assim como ele tem vários. Toda vez que o governo pegou,

> dentro do Exército, alguém praticando isso, botou na cadeia, botou na rua, expulsou, fez o diabo. Essa é a atitude do governo. Fora disso, o governo não pode fazer outra coisa. Não pode reconhecer algo que não autorizou. E se não conseguiu punir todos... (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 116).

Ao prestar sua declaração o Brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, que foi um dos organizadores do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), chefiando-o até 1970, ao ser requisitado a falar das técnicas utilizadas durante os interrogatórios dos presos políticos, explica que:

> [...] essas técnicas são mais afetas aos membros do serviço de informações, principalmente da parte operacional, e são ligadas internamente ao pessoal do serviço de análise. O interrogatório pode ser feito no próprio local de ação, quando do estouro de um "aparelho". Imediatamente entra uma equipe de interrogadores, ou a própria gente que estourou o "aparelho" pode fazer o interrogatório. Na mesma hora, transmitem por telefone – mais tarde, obrigatoriamente, por escrito - os dados para o serviço de análise. Essas informações colhidas, assim, em primeira mão permitem muitas vezes que desloquemos outras equipes para fazer novos encontros, promover novas diligências em outras áreas para poder haver velocidade na ação.
>
> Os interrogatórios, em geral, eram feitos por pessoal mais especializado, com revezamento contínuo, e uma das técnica sutilizadas era fazer cansar o interrogado, Por exemplo, começa-se o interrogatório às duas horas da tarde e, às cinco horas da manhã seguinte, o indivíduo ainda está sendo interrogado. Os interrogadores vão se revezando. Em todos os cursos de informações aprende-se a fazer isso. Uns chegam e ameaçam: "Você vai sofrer punição por isso." Aí, outro diz: "Não, eu sou amigo. Ele é muito bruto, é muito nervoso." Então procura ser amigo do interrogado para poder colher informações. Quando fica padrinho, amiguinho, chega outro mais violento, mais zangado: "Nada disso, você tem que dizer a verdade. O que ia fazer com o fulano?" Dali a pouco aparece outro. Às vezes, precisa-se saber se o preso está mentindo. Então, faz-se ele repetir vinte vezes a mesma coisa, No cinema,vê-se isso, em todo lugar. São técnicas que se aprendem nos cursos de informações (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 206-207).

O General-de-divisão José Luiz Coelho Netto foi subcomandante do Centro de Informações do Exército (CIE) durante o governo do General Médici. Ao depor para os pesquisadores do CPDOC negou que a tortura tenha sido utilizada, alegando que tal prática não era necessária, mas entra em contradição ao afirmar que os abusos eram cometidos por indivíduos enérgicos.

> Nunca houve tortura. Nunca. Nem precisa. Com o tempo e um interrogatório inteligente, bem-feito, o sujeito cai em contradições, nas armadilhas, e fala. Sem querer, ele fala. Eu cansei de ver isso. Os comunistas aproveitaram esse mote da tortura para fazer sua campanha, viram que dava resultado. Mas o que é tortura? A prisão já é uma tortura. Privar a pessoa de liberdade já é uma tortura, meu Deus do céu! Mas deram uma conotação diferente à palavra tortura: queimar a planta dos pés, apertar a cabeça, quebrar o braço... Isso não admitíamos em hipótese alguma. Exigíamos que fosse dado ao preso o mesmo tratamento que recebe o prisioneiro de guerra. Porque, na guerra, você faz o prisioneiro, e ele é tratado condignamente. Na prisão, no campo de concentração, seja lá onde for. Mas começaram a falar em

> tortura, e o nosso pessoal não podia provar que não tinha havido. O sujeito dizia: "Eu apanhei em tal lugar. Me queimaram em tal lugar." E nem tinha marca de queimadura. Agora, a imprensa ajudou muito esse estado de coisas, como até hoje ajuda muito o banditismo. Estou cansado de ver a transformarem bandido em herói. A imprensa ajudou muito a difundir essa ideia. Porque isso vende jornal.
>
> [....] Nunca, dentro do Centro, se insinuou sequer que não se respeitassem os direitos humanos. Agora, acontece que a atuação operacional era feita por grupos organizados dentro das seções de informação. Em todo grupo há os mais exaltados, os mais radicais. Então, soubemos que houve grupos que, ao invadirem casas ou apartamentos ou ao fazerem prisões, usaram de meios que não autorizávamos. Nós afastamos do sistema os elementos que foram repetitivos nesses atos. Invadir um apartamento, por incrível que pareça, é uma operação perigosa. Muito perigosa. Então, o sujeito invade sabendo que lã dentro tem cinco, seis, oito homens armados - já invade tenso. Não é fácil, não. A luta a céu aberto é muito melhor do que a luta urbana, dentro de cidade. Cada esquina é uma armadilha (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 236-237).

A última declaração que se selecionou da obra em questão refere-se ao depoimento do General-de-Exército Leônidas Pires Gonçalves. O General foi questionado acerca de um dado que os pesquisadores apresentaram, no qual afirma que mil e trezentas pessoas denunciaram a prática da tortura, no país. Sendo que, a parte mais volumosa teria ocorrido no período governamental do General Médici. No entanto, mesmo diante do expressivo número de denúncias os indivíduos ligados ao referido presidente-general permanecem negando o uso da tortura. Assim, diante do questionamento lhe dirigido, o General Gonçalves elucida:

> Sabe por quê? Porque nunca foi política, nem norma, nem ordem dos escalões superiores fazer isso. Nunca! Os chefes militares, em todas as épocas, são homens de muita compostura moral. Eu não tenho coragem de dizer que não tenha havido algum exagero. Não tenho coragem de dizer isso. Porque, como eu digo, lá na ponta, há um sujeito de formação duvidosa, Provavelmente não ficamos livres de alguém ter feito alguma maldade. Eu não tenho dúvida de que isso é admissível. Só não acho justo dizer o número que foi e atribuir isso como uma política, uma norma ou uma ordem dos escalões superiores. Porque nunca houve isso. Nunca! É uma injustiça histórica pensar que tenha sido uma realidade. Por isso a reação do general Médici. Ele não podia admitir uma coisa dessas (D'ARAUJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 252).

A obra *Ernesto Geisel,* foi considerada pelos pesquisadores Maria Celina D'Araújo e Celso Castro o ponto alto dos esforços empreendidos pelo grupo de pesquisadores do CPDOC encerrando o projeto desenvolvido sobre a memória militar referente aos anos ditatoriais. Sua importância foi ressaltada devido o entrevistado ter sido um dos presidentes-generais da ditadura no Brasil.

Os referidos pesquisadores sublinham que o depoimento que recebeu a forma de história de vida só foi concretizado devido à importante contribuição do general Gustavo Moraes Rego Reis que mediou a concessão da entrevista. As condições definidas pelo general

Ernesto Geisel incluía a confidencialidade e a não divulgação da mesma, porém Geisel após as revisões feitas do material originado de seus pronunciamentos não descartou a possibilidade de uma futura publicação, que a seu ver deveria ser realizada após sua morte por autorização familiar. Fato este que se concretizou com o aval de sua filha tempos depois do seu falecimento ocorrido em setembro de 1996.

A obra composta de questões e respostas se inicia aludindo seu nascimento, infância, suas origens familiares, as motivações pela escolha da carreira militar, a influência de uma educação disciplinar, seu processo de formação carreirista e o prestigio conferido pela mesma, a participação nos atos de "defesa" da nação, a subida na hierarquia militar, a "Revolução de 1964" e as posições assumidas nos governos dos presidentes que lhe antecederam, o seu governo, o olhar dado a "abertura política", sua opinião sobre os governos civis, de Tancredo Neves à Itamar Franco e encerra com uma breve opinião sobre o futuro do país. Apesar da densidade de informações que a obra versa, se deterá nesta pesquisa a priorizar os dados referentes ao endurecimento do regime com a edição do AI-5 até o fim do governo Médici.

Quando questionado sobre o movimento estudantil e suas ações, o depoente ao rememorar seus tempos de juventude julga indevido o posicionamento dos jovens estudantes e declara que a influência promovida pelos acontecimentos ocorridos, a nível nacional e internacional, no ano de 1968 suscitou a repressão do regime.

> Era de fato, um clima de radicalização, uma reação contra o governo. Na realidade, os acontecimentos, as perturbações que na época se verificaram em outros países, particularmente na França, promovidos principalmente pela classe estudantil, fortemente infiltrada e seduzida por agentes comunistas, estimularam e incentivaram os estudantes brasileiros. E evidentemente o governo, tanto quanto possível, fez a repressão. Na França, De Gaulle resolveu o problema. A polícia entrou, houve muita cacetada, muita violência (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 207).

Declara, ainda, sobre as medidas governamentais ao elucidar a Passeata dos Cem mil que,

> não creio que tenha havido exagero nos métodos do governo. A Passeata dos Cem Mil não era apenas de estudantes. Havia ali outra gente. E o que queria o Vladimir Palmeira? O que quer até hoje o presidente da UNE? Estudar, para mais tarde ser útil a nação? Ou se tornar estudante profissional e explorar o espírito da classe? Os estudantes levaram a questão no deboche. Foram conversar com o presidente da República em mangas de camisa, tratando-o por "você". Será que isso é democracia? Líder trabalhista também acha que deve ir em mangas de camisa conversar com o presidente da República. Há certas coisas que envolvem certa mística, exigindo respeito e acatamento (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 207).

Ao ser interpelado sobre a inevitabilidade do AI-5, o ex-presidente declara que o

discurso proferido pelo deputado Márcio Moreira Alves impeliu a medida governamental, porém afirma que em sua opinião o discurso não tinha tanta importância, mas gerou ofensas feitas a honra militar causando um embate entre Congresso e governo. Assim, para o declarante,

> o pronunciamento de Márcio Moreira Alves, em si, não tem significação alguma. Foi importante em função do quadro que o país estava vivendo. O que eles poderiam ter feito era uma desforra pessoal com o Márcio. Resolvia-se o problema muito melhor, em caráter particular. É preciso, entretanto, ver o quadro que o país estava vivendo. Deve-se levar em conta o clima, os diferentes acontecimentos que iam se somando, criando um ambiente perturbador, um quadro subversivo e de desmoralização que se ampliando, tendo ressonância e acabando por descambar na reação. Olhando-se friamente o acontecido em relação ao Márcio, conclui-se que foi uma bobagem sem maior importância. Mas quem tem responsabilidade e está vivendo o dia-a-dia, vai vendo mais uma coisa e mais outra se amontoando, até que chega a um ponto de saturação e parte para a reação (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 208).

Entre as indagações feitas a Geisel levantou-se a questão do comportamento dos oficiais das FAB e da cisão interna, ao se posicionar o general narra com clareza e objetividade que mesmo diante do sentimento de grupo,

> [...] A corporação militar é como toda e qualquer corporação. Tem de tudo. Tem gente devotada, tem gente dedicada, tem gente mais ou menos, tem gente menos. Não se pode pensar que seja uma organização homogênea e completamente diferente do resto do país. A mesma família que dá um político, dá um bacharel ou dá um médico, dá um militar. Os defeitos de educação ou as virtudes são os mesmos. É claro que dentro da área militar o espírito de classe tem uma importância, uma influência muito grande. O oficial vive anos e anos na caserna, convivendo e trabalhando em conjunto, o que forma e desenvolve o espírito de classe (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 213).

Acerca da cisão relata que, "A base de todo problema era a divergência dos que queriam continuar com a linha dura e dos que queriam normalizar o país, sabendo que a normalização tinha que ser progressiva e que não se podia fazê-la do dia para a noite" (D'ARAUJO e CASTRO, 1997, p. 213).

Ao tratar do governo do general Médici, o entrevistado pontua o dinamismo e os desafios enfrentados diante da ampliação das "ações subversivas". Ao ser interrogado a respeito de quem fazia as campanhas publicitárias do governo o entrevistado informa o órgão competente e detalha importantes pontos sobre a repressão e a prática da tortura.

> A Aerp, órgão de relações públicas do governo Médici. Por outro lado, havia medidas coercitivas, como a censura à imprensa e a repressão contra guerrilha, contra os problemas criados pela subversão. Ações adversas, como o sequestro de

> embaixadores, criaram problemas complexos para o país no quadro internacional. Houve, consequentemente, uma forte repressão. Acusam muito o governo pela tortura. Não sei se houve, mas é provável que tenha existido, principalmente em São Paulo. É muito difícil para alguém como eu, que não participou nem viveu diretamente essas ações, fazer um julgamento do que foi realizado. Por outro lado, parece-me que, quando se está envolvido diretamente no problema da subversão, em plena luta, não se consegue, na generalidade dos casos, limitar a própria ação. Houve ai muita cooperação do empresariado e dos governos estaduais. A organização que funcionou em São Paulo, a Oban, foi obra dos empresários paulistas. As polícias estaduais também participaram da repressão. O problema da subversão tinha caráter nacional, e o seu combate, principalmente por isso, devia ser feito pelas Forças Armadas. A polícia, em geral, não tinha organização para essa luta. Contudo, a de São Paulo muito atuou. A do Rio também participou. Na realidade, a polícia não foi preparada para esse tipo de luta. Ela é mais uma polícia de ocorrências do dia-a-dia, pega um ladrão, prende um assassino etc. No caso, havia um confronto ideológico, uma luta civil, na realidade uma guerra civil, embora de reduzidas proporções, mas abrangendo praticamente todo o território nacional (D'ARAUJO e CASTRO, 1997, p. 223).

Por acreditar na existência de uma guerra no país o General Geisel é contundente ao declarar a complexidade da situação que carecia ser suprimida.

> Achava que era um confronto que era preciso enfrentar. Achava que era uma questão que tinha se ser liquidada. O Brasil não podia estar vivendo situações como a de meia dúzia de esquerdistas sequestrarem um embaixador! Ou roubarem bancos! E havia conluios nessa história. Parte do clero estava envolvida, apoiando a subversão ideologicamente, apoiando os estudantes. Estes eram explorados pela religião e por meia dúzia de líderes. Havia a participação do exterior, de Cuba principalmente. Havia líderes tradicionais, como Marighella. Mais tarde surgia Lamarca, com suas guerrilhas, e que teve de ser liquidado. Era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão: se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou. Quando assumi o governo, havia ainda casos isolados em que a linha dura se engajava, mas o problema do Araguaia tinha acabado. O de Caparaó estava extinto. No sul, as ações do Brizola também tinham cessado (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 223-224).

Nas declarações sobre a prática da tortura o depoente assume a sua existência ora considerando-a fruto de excessos, ora como método necessário para a defesa da nação. Desse modo, a narrativa é enfática ao relacionar a tortura como consequência direta da subversão.

> É possível. É possível que muita coisa que foi feita não se devesse fazer. Mas não podemos julgar isso à distância, sem estar vivendo diretamente o problema [...] Invadiram o Hospital Militar de São Paulo e se apoderaram do armamento da guarda. Vários casos dessa natureza constituíram uma verdadeira provocação. Dá-se então a represaria e, na hora da represália, muitas vezes se chega ao excesso. Então aí vem a tortura etc. [...] Eu acho que houve. Não todo o tempo. Uma das coisas que contavam do Frota era que ele, quando comandou o Exército no Rio, impediu a tortura. Ia lá, visitava a área onde estavam os presos e impedia a tortura. Acredito. Mas já outros...Por exemplo, um caso que aconteceu no meu governo [...] foi o problema de São Paulo, do jornalista Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Houve ali a omissão do comandante, do general Ednardo. O que acontecia? Ele ia passear no fim de semana, fazendo vida social, e os subordinados dele, majores, faziam o que bem queriam. Quer dizer, ele não torturava, mas por omissão, dava

> margem à tortura. Várias vezes eu tinha advertido o Ednardo, de maneira que, quando ocorreu o segundo enforcamento, não tive dúvidas e o demiti. Ele não estava comandando! [...] Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. Já contei que no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, inclusive o Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior! (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 224-225).

Os depoimentos que se agregam na obra *Militares confissões: histórias secretas do Brasil* foram concedidos ao jornalista Hélio Contreiras, que foi considerado o profissional mais bem informado em relação aos bastidores militares no país. O autor objetivou nesse trabalho revelar as sinuosidades dos anos ditatoriais. Contreiras conseguiu reunir relatos espontâneos e indicadores do pensamento de almirantes, generais, brigadeiros e coronéis que se pronunciaram, sem inferências do autor, sobre os erros e excessos do regime militar. Temas como o AI-5, a tortura, as cassações, o processo sucessório, o apoio à ditadura chilena, a relação Brasil e EUA e o plano de intervenção do Brasil no Uruguai tecem as falas dos depoentes.

A obra traz à tona as consequências que o regime trouxe para muitos oficiais que se empenharam na sua edificação. A motivação para a escrita veio do pedido do editor Ênio Silveira, o qual foi preso várias vezes em decorrência do AI-5 e que na ocasião da publicação já havia falecido. O referido editor proclamava o dever do jornalista, especialista na área militar, de promover que os próprios militares avaliassem o regime político que vigorou pós Golpe de 64.

No entanto, levantar-se-á aqui os pronunciamentos que orbitam a questão da repressão proferida pelo Estado de Segurança Nacional (ESN). O primeiro depoente, o Brigadeiro Sérgio Luiz Burger, narra sua participação na Guerrilha do Araguaia e assegura que sua missão era defender a nação.

> [...] Nos anos 70 eu servia no Comando Aerotático, órgão coordenador das operações aéreas de combate, inclusive contra a guerrilha. Eu e alguns companheiros da Força Aérea fomos acionados, em 1973, para a área da guerrilha do Araguaia com a finalidade de defender o território. Houve três fases no Araguaia: uma de informações, a segunda com tropa conjunta, constituída de militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, enviada pelo então comandante militar do Planalto, general Antonio Bandeira, e a terceira para a guerra de informações, com a infiltração na guerrilha. Só assim foi, então, possível derrotar a guerrilha. Esta tropa teve a chefia do próprio general Bandeira.
>
> Não estávamos lá por opção política, mas sim defendendo a integridade territorial do

> Brasil. Lembro que sai de casa para uma manobra e tive de ir combater uma guerrilha. Porém, depois do regime militar, nós, que fomos realizar aquela missão, seríamos tratados, em muitos momentos, como se fôssemos meros vilões da História, enquanto os ex-guerrilheiros chegaram a ser condecorados. [...] Ditadura é assim: desgasta. Mais ainda um confronto ideológico irracional, inclusive com algumas correntes ideológicas contrárias aos interesses nacionais, como imagino que eram as que pretendiam dividir este País.
>
> Houve violência sim, dos dois lados. O ambiente da repressão à guerrilha não era, entretanto, como o que imagino que havia nos Doi-Codis, onde estavam presos políticos. Na guerrilha havia combate, um confronto, mortos e mutilados dos dois lados. [...]
>
> Não houve na esquerda uma união nem durante a guerrilha, quando alguns elementos não sustentaram seus compromissos ideológicos e facilitaram, com isso, a ação do regime que os combatia [...] (CONTREIRAS, 1998, p. 60-62).

Na declaração do Coronel Luiz Henrique Pires, o mesmo se expôs contra a tortura e considerou que os militares falharam politicamente e que o regime, ao perder sua credibilidade junto à sociedade, tornou-se uma ditadura. Perante essa afirmativa, para o Coronel Pires, ocorreu o desrespeito hierárquico e a pratica da tortura ultrajou a ética dos militares.

> A causa principal do desgaste que nos afetou foi sua manutenção após o governo Castello Branco, o que, realmente, nos custou caro. O AI-5, um recurso duro demais, provocado por um discurso infantil de um parlamentar, seria mera consequência.
>
> Os excessos da repressão dos anos 70, como a tortura, foram causados pelo aparato de segurança montado na época, que afrontou a ética militar e se tornou um remédio que deixou o doente enfraquecido. Mas a luta armada foi um erro das duas partes, e contribuiu para prolongar o regime. [...]
>
> [...] Nos anos 70, a hierarquia também seria desrespeitada pelo sistema de repressão, quando homens que receberam um poder excessivo agiram, muitas vezes, por conta própria e com o risco próprio e da imagem da instituição. A propósito: não aceito e nunca aceitei a tortura como recurso para a obtenção de confissões. Nunca conseguiram minha adesão a tal recurso espúrio, porque só podiam exigir de mim o que estava e está no Regulamento. Uma pessoa não pode dar choque elétrico em um preso político e dizer depois que está recorrendo à tortura em defesa da democracia. Osório, comandante do Exército brasileiro na Batalha de Tuiuti, dizia: “O preso desarmado é um ser humano e como tal deve ser tratado.”
>
> Mas posso garantir que muitos que praticaram violências foram rejeitados pela própria instituição militar. O próprio general Walter Pires, citado como homem de “linha dura”, teve a oportunidade de dar um recado ao “público interno” sobre a necessidade de evitar julgamentos dentro da instituição, quando sentiu que havia uma reação contra certos expedientes usados na repressão [...] (CONTREIRAS, 1998, p. 63-65).

A opinião do Coronel Pires foi validada pelo General Ivan de Souza Mendes que, ao se pronunciar sobre o período mais agudo da repressão ditatorial, pontua que:

> [...] com a radicalização do processo político, a partir do final de 1967 e principalmente em 1968, haveria a decretação do AI-5, que foi um retrocesso e talvez pudesse ter sido evitado.
>
> O presidente Castello dizia que um ato institucional só devia ser adotado por prazo determinado. E o AI-5 surgiria em uma situação complicada. Em seguida, a luta armada ajudaria a prolongar o regime. Houve reação diante das guerrilhas, e isso provocou o prolongamento do período de exceção, o que não era, absolutamente, a intenção nem do presidente Castello, naquele momento já falecido, nem do general Geisel, que viria a ser presidente da República, em 1974. [...]
>
> A tortura foi uma afronta à ética militar, e não permiti que ela fosse praticada quando comandei a Oitava Região Militar, em 1974. Ela ocorreu, naquele clima de intensa exacerbação dos anos 70, em que companheiros militares extrapolaram (CONTREIRAS, 1998, p. 67-68).

O General Leônidas Pires Gonçalves relata que com o exacerbar da repressão existiu erros. Por um lado ocorreu impunidade e por outro, injustiças. Com esse pensamento declara que:

> nas funções que exerci nos anos 70, principalmente a chefia do Estado-Maior do I Exército (atual Comando Militar do Leste), não acetei a tortura como recurso destinado à obtenção de confissões, até porque isso não estaria de acordo com a orientação do comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida. Pela minha formação, não posso aceitar a tortura, que um preso, um homem desarmado, sofra qualquer tipo de agressão. Ninguém poderá afirmar que sofreu tortura durante aquele período em que eu estava naquela função. Admito que houve tortura na repressão da década de 70, mas ela não estava prevista nos regulamentos militares nem na orientação adotada pelos altos-comandos e, portanto, não poderia ser aplicada legalmente, ao arrepio da lei e das normas militares (CONTREIRAS, 1998, p. 73).

Ao se pronunciar o General Henrique Beckmann pondera que ocorreu um excesso na execução da política de segurança nacional e alega que seus ideais sempre foram democráticos, sempre atuou pela defesa da pátria e proclama sua preferência para que as Forças Armadas não participem mais da política (CONTRERAS, 1998, p.77).

O Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, militar de “linha dura” entre as décadas de 50 e 70, do século XX, até constatar no Superior Tribunal Militar (STM) a utilização da prática da tortura pelos órgãos de segurança, afirmou que o AI-5 foi um saída descomedida e que a Lei de Segurança Nacional com seu radicalismo incorporava contrassensos. O oficial cita que denunciou em sessões do STM a existência da tortura e de trucidamentos de presos políticos.

> Houve também verdadeiros absurdos na repressão, com vários casos de tortura, espancamentos e assassinatos de cidadãos processados pela Lei de Segurança Nacional. Cito o caso do fotógrafo Paulo José de Oliveira Moraes, acusado de assalto a banco, barbaramente torturado, como foi provado em laudo. Atribuíram a

> ele e a seu grupo assaltos em Niterói e adjacências. Chegaram a condená-lo por um assalto praticado em data em que estava preso. No julgamento, provei que ele estava preso e tremendamente seviciado, com fraturas e marcas no corpo, no dia em que houve o assalto cuja autoria lhe era atribuída (CONTREIRAS, 1998, p. 85).

Pelo testemunho prestado o General Diogo de Oliveira Figueiredo assume, enquanto membro da instituição, que os militares erraram e cometeram excessos, mas compara-os aos sucedidos durante o Estado Novo (1937-1945), que, em sua opinião, foram mais numerosos.

> [...] Houve excessos, mas creio que em número menor do que aqueles ocorridos na ditadura do Estado Novo. Não fizemos, em 64, uma revolução para que presos políticos morressem.
> Repito: cometemos erros, mas, em certos momentos, estávamos politicamente isolados, e não havia com quem dialogar, porque a Oposição adotava atitudes radicais. Nós e a Oposição perdemos os momentos para um diálogo que depois fez falta, quando precisamos normalizar a situação (CONTREIRAS, 1998, p. 88).

Para o General Octávio Costa o maior desacerto cometido consiste na implicação das três armas no procedimento repressivo durante a ditadura no Brasil. Prontamente, narra que

> o envolvimento direto das Forças Armadas na repressão dos anos 70, através dos DOI-CODIS, foi um erro grave, de consequências danosas para as Forças Armadas. Tenho a convicção de que houve excessos na repressão. Nem no Estado Novo de Vargas as Forças Armadas foram colocadas na repressão política. Os excessos cometidos nos Doi-Codis nos anos 70 foram inadmissíveis. Foi um erro entregar a nós, militares, funções policiais. [...]
> Mas houve também a influência da paixão ideológica na atividade repressiva. A anulação dos direitos individuais contribuiu para que os presos políticos sofressem nas mãos de homens que abriram mão da sua formação e se brutalizaram, como policiais. Onde houve ausência de autoridade, onde ocorreu omissão da autoridade militar, os excessos proliferaram. Onde o chefe militar se omitiu e ficou deslumbrado, pairando em cima da situação, os excessos aconteceram [...] (CONTREIRAS, 1998, p. 96-97).

Na mesma linha, o Coronel-aviador Luís Mauro Ferreira reforça o pensamento do General Octávio Costa ao admitir que,

> a tortura ofende a ética militar e afronta o regulamento militar. A repressão foi iniciada para combater a guerrilha, mas aqueles excessos não se justificavam. As pessoas que praticaram violência contra presos políticos cometeram, obviamente, abuso de poder, até porque lhes foi dado um poder excessivo, e que acabou brutalizando o comportamento destas pessoas e induzindo-as à prática de crimes (CONTREIRAS, 1998, p. 96-97).

Nos depoimentos concedidos ao jornalista Hélio Contreiras, o do Coronel Dickson Graell, que integrou a “linha dura”, nos anos 70, do século XX, ao questionar a Lei de Segurança Nacional, declara ilegal a prática da tortura. Afirmando que:

> não participei de um Movimento para permitir a prática da tortura, da escuta telefônica, a delação ou a omissão que houve no caso Riocentro. Afinal, o que sempre ouvi de meus superiores é que teríamos de defender certos princípios, como a lealdade, a dignidade do Exército brasileiro, a dignidade e a soberania da Nação brasileira. Pela orientação que recebi, nunca admiti práticas ilegais, que, por exemplo, um preso fosse torturado.
> Não posso admitir, em nome dos princípios que basearam minha formação, a tolerância com a corrupção, o uso de uma legislação dita de "segurança nacional" para impedir a livre expressão do pensamento nem, tampouco, a omissão evidenciada no caso Riocentro, em que foi desrespeitado um princípio militar básico: o do respeito à lei. Você na carreira militar aprende que ao não denunciar um crime praticado por um superior ou um subordinado passa a ser corresponsável pelo mesmo [...] (CONTREIRAS, 1998, p. 119).

Em *Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985*, Ronaldo Costa Couto agrupou depoimentos de atores sociais que se associaram a distintas posições dentro da sociedade durante a ditadura militar no Brasil. O construto da obra teve como objetivo preservar e propagar informações, análises e avaliações acerca do regime político que perdurou por vinte e um anos. Nesse intuito, os diálogos mantidos com os depoentes seguiram a lógica de perguntas e respostas.

De todo modo, adverte-se que apesar da diversidade de pronunciamentos apresentar-se-á nesse momento as declarações de três dos seis militares que concederam entrevistas e falaram de modo significativo sobre a estrutura do sistema repressivo e o uso da tortura. O primeiro deles foi o General Newton Araújo de Oliveira e Cruz ao ser questionado sobre a ação, a autonomia e o funcionamento do sistema repressivo, declara que

> [...] Houve um problema de como combater a subversão. Essa subversão passou a ser centrada nos esquerdistas e, em particular, nos comunistas. E essa centralização nasceu, no meu entender, após a revolução. Não foi esse o motivo da revolução. O motivo foi implantar a ordem no país. Depois, a revolução passou praticamente a viver em torno do objetivo de combater as esquerdas. Então foi criado um sistema que partia do princípio de que os militares teriam uma parte preponderante. Seriam os militares na defesa da segurança interna. Basicamente, o sistema o que era? O sistema dos DOI-CODI. CODI era Centro de Operações de Defesa Interna, e os DOI, Destacamento de Operações de Informações. Os DOI existiam, tecnicamente, para obter informações. Vale dizer faziam operações de informação. E, no meu entender, esses DOI-CODI, que tinham elementos da polícia, elementos do Exército e tal...Então eu acho que eles começaram a agir com essa ânsia de resolver o problema, de acabar com isso, de atacar aparelho aqui, aparelho acolá. Se havia uma ação de um lado, havia uma reação do outro. Criava maior reação do outro lado também. Aparelho, isso e aquilo. Então, esses DOI-CODI, no meu entender, agiram, na maioria das vezes, descentralizadamente. Por quê? Porque deixou de existir aquela ação de comando que devia existir sobre eles. Ela não existiu. Deixou de existir (COUTO, 1999, p. 126-127).

O pronunciamento sobre a prática da tortura pelo sistema repressivo é apontado pelo

General Roberto França Domingues e pautado pelo desconhecimento do alto comando.

> Nunca os altos escalões admitiram a tortura. Inclusive o próprio Frota, quando comandante do I Exército, não admitia abusos, torturas, qualquer dessas coisas. Ele ia pessoalmente lá na Polícia do Exército verificar os presos. Nunca os altos escalões admitiam esses procedimentos. Mas o pessoal lá embaixo, por conta própria [...] eles faziam. E fica muito difícil, para aqueles que também estão no Alto Comando, tirá-los. Mas tinha que ser feito. E foi feito de cima para baixo (COUTO, 1999, p. 148).

O general Leônidas Pires Gonçalves ao fazer sua própria defesa, visto que durante os anos ditatoriais ocupou o cargo de chefe do DOI-CODI do Rio de Janeiro, por quase três anos, afirma que:

> [...] Duvido que alguém diga que eu tenha cometido qualquer ato de que eu possa me envergonhar. Está aí o meu chefe, que me dava orientação, o general Reynaldo. Que o general Reynaldo ou eu tenhamos feito qualquer ato de tortura. Ou de morte indevida. Tortura, eu desconheço no nosso período. Morte, admito, mas morte sempre em combate. Se você ia entrar para dentro de uma casa e o sujeito te recebia a bala, você tinha que meter bala lá pra dentro (COUTO, 1999, p. 236).

Ao findar sua narrativa, o general Gonçalves professa que as Forças Armadas, ao fazer a “Revolução de 64”, acataram a vontade da nação e não admitem ser tratadas como intrusas na história do Brasil, visto que sua função sempre foi a de servir a pátria. Assim, munidas de complacência, anistiaram as esquerdas, que permanecem sem adotar a mesma postura.

No cotejar das memórias militares elegidas averiguou-se que o emprego da prática da tortura nos anos ditatoriais, especialmente entre 1969-1973, ora foi negado, justificando a ocorrência de eventuais “excessos”, ora foi relativamente reconhecido. Nessa última situação, ou a tortura era consequência da subversão, ou decorria de erros, em alguns casos, de policiais “despreparados” ou de oficiais “sádicos”.

É verificável que ao lançar, publicamente, suas narrativas, os militares proferiram recordações em defesa própria, de seus superiores, de seus companheiros de corporação, da “Revolução de 1964” e do ESN. Para tanto, ao se justificarem, concluem que em estado de guerra ambos os lados extrapolam limites.

Por fim, no decorrer do processo construtivo de suas memórias, os militares produziram expressões que por vezes destoam. Dessa maneira, constata-se que alguns acontecimentos são recordados de maneira multifacetada e sem homogeneidade. Todavia, as recordações militares se tornaram relevantes ao grupo na medida em que se apurou dois pontos de consenso. Esses se referem ao discurso de que operaram em defesa da nação e da obrigação de preservar a “boa imagem” das Forças Armadas.

5. A PRÁTICA DA TORTURA NA DITADURA: MEMÓRIAS EM DISPUTAS

5.1. OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À TORTURA SOFRIDA: NARRAR É DENUNCIAR, NARRAR É RESISTIR, NARRAR É SUBVERTER, NARRAR É NÃO ESQUECER.

Ao avaliar o conjunto das memórias insurgentes, constatou-se que as recordações alusivas à tortura embasam a construção da memória opositora, visto que os que narram concordam e denunciam que a referida prática foi empregada, nos anos ditatoriais, como uma política sistemática de repressão do Estado no fito de fazer sucumbir os "inimigos internos". No que se refere a edificação constatada nas narrativas oponentes escolhidas, Halbwachs (2002) afirma que:

> [...] para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum. Não basta reconstruir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns [...] (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Contudo, pressupõe nesse estudo que a tortura também serviu ao interesse do Estado burguês de silenciar expressões malquistas, sobre o período da ditadura no Brasil, em tempos vindouros. À vista disso, Dias (2017), ao analisá-la como mecanismo ideológico de silenciamento das memórias opositoras, afirma que a mesma é

> [...] reflexo de uma ação direta da classe dominante que, incomodada com a perspectiva, ainda que em nível abstrato, de mudanças nas relações de produção e diante da possibilidade, mesmo que distante, de um Estado não dominado pela burguesia, precaveu-se com o aniquilamento das memórias indesejáveis (DIAS, 2017, p. 191).

O autor prossegue com seu pensamento pontuando que

> [...] a maioria das pessoas que sobreviveram às torturas, cedo ou tarde, prefere silenciar sobre o ocorrido. No decorrer de suas vidas, estabelecem novas relações afetivas, os filhos crescem e a conjuntura política e social se modifica tornando a memória dolorosa da tortura um fardo demasiadamente pesado e incômodo que melhor se acomoda na esfera do esquecimento. Com a tortura a classe dominante consegue o esvaziamento da memória coletiva dos grupos subjugados que contrastam com a memória oficial e dominante (DIAS, 2017, p. 191).

No conteúdo da Lei n° 9.140, de 04 de dezembro de 1995, que criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, consta anexo relação de 136 nomes de pessoas que desapareceram durante os anos ditatoriais brasileiros, contudo, a referida lei foi considerada restritiva pelos familiares.[16] Desse modo, a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos políticos em parceria com o Centro de Documentação Eremias Delizoicov constituíram e desenvolveram um site com a finalidade de divulgar as investigações acerca das mortes e dos desaparecimentos políticos ocorridos na ditadura militar. Logo, consta em sua base de dados, dentre outras informações, uma lista com o nome de 383 mortos e desaparecidos.[17]

O exposto acima é indicativo de que o Estado de Segurança Nacional atuou coercitivamente, sobretudo por meio da tortura, aniquilando seus opositores e, concomitantemente, silenciando suas memórias, dado que o sofrimento torna-se um obstáculo para o construto da memória. Todavia, apesar das dificuldades de reconstruir recordações traumáticas, uma parcela dos opositores fez a opção de narrar suas experiências com a repressão militar, dando a possibilidade de se constatar o emprego de sentidos que elucidam os seus interesses. Entre eles, está o de denúncia que é operado para esclarecer a prática degradante como um instrumento a serviço do Estado burguês, buscando dar ao trabalho de construção da memória um caráter informativo acerca da violência política no Brasil ditatorial, o qual contradiz a memória oficial do Estado ditatorial.

Para alguns narrar as mazelas sofridas valida o compromisso com o ideal libertário e ativa a resistência. Nessa direção, o sentido de resistência é socializado ao se considerar o individual como assimilação do coletivo, pois para Halbwachs "[...] A memória coletiva é um painel de semelhanças [...]" (HALBWACHS, 2006, p. 109).

Outros, ao recordarem a experiência com a tortura, se rebelam diante de sua função de aniquilação e lhe conferem a significação de construtora de memórias subversivas, as quais se

[16]A Lei n° 9.140 de 04 de dezembro de 1995 que criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, teve a finalidade de reconhecer como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. A referida lei pode ser consultada no site: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

[17]A referida lista, que é atualizada constantemente, e outras informações podem ser consultadas no endereço eletrônico: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>. Acesso em: 20 de junho de 2017. Outros importantes dados acerca do assunto é oferecido pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), no seu volume III, que ao estabelecer um balanço das mortes e dos desaparecimentos políticos ocorridos no Brasil e no exterior, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, registra o número de 434 casos. Entretanto, pontua que os referidos dados permanecem abertos e sujeitos a avaliações futuras. O referido relatório pode ser consultado no site: <http://www.cnv.gov.br>. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

rebelam diante da tentativa do Estado de silenciar suas expressões e reafirmam suas motivações de combatentes da opressão intrínseca a uma sociedade envolta de diferenciações sociais.

Em exposições seguintes visualiza-se a responsabilidade de prestar informações, o dever de registrar, a importância de conferir às memórias um tom documental e a obrigação de transferir às gerações posteriores uma análise crítica a respeito da funcionalidade de um Estado. Esse, por sua vez, encastelou os interesses da burguesia e agiu por meio da força de uma ideologia que disfarçou socialmente a violência estatal empregada contra os que lhe contradiziam por meio de um discurso que pregava a "segurança nacional". Portanto, o esforço rememorativo denota o dever de impedir o esquecimento social.

5.2. OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS À TORTURA PRATICADA: NARRAR É COMBATER A "SUBVERSÃO", NARRAR É VENTILAR A "VERDADE".

Na apreciação atribuída às memórias dos militares apurou-se que os mesmos alçaram declarações que por vezes não se afinam. Logo, verifica-se que determinados fatos rememorados apresentam muitas faces, visto que os interesses dos narradores são distintos e se alinham aos seus posicionamentos dentro das Forças Armadas. Contudo, o consenso existente entre os que relatam é demarcado por três características, primeiro, que enquanto atores sociais, os militares, operam comumente na validação da memória erguida pelo Estado de Segurança Nacional (ESN); segundo que os mesmos são cidadãos uniformizados em defesa da nação, fato esse que, pretensamente, justifica o "exercício cívico da violência"; terceiro, a necessidade de se preservar a versão ideológica das Forças Armadas, enquanto instituição mediadora de conflitos sociais, defensora da constituição e da democracia.

O foco expressivo dos militares pode ser esclarecido na análise de Fentress e Wickham quando pontuam "[...] que a forma como são geradas e compreendidas no seio de um dado grupo social as memórias do passado é um guia direto para sabermos qual a compreensão que o grupo tem da sua posição no presente [...]" (FENTRESS e WICKHAM, 1992, p.156).

As significações dadas à prática da tortura pelos militares seguem duas direções. A primeira ocorre quando negam as sevícias, denominando-as de "excessos", os quais são explicados como resultado da "guerra suja" iniciada pelos "terroristas". Segunda, quando a

reconhecem parcialmente, vinculando-a a questão da “subversão” e, ao explicar essa, partem de uma conceituação que aproxima o termo ao conceito de revolução que atua no sentido de extinguir ou modificar a ordem política, social e econômica em vigor. Dessa maneira, procuram esclarecer a “subversão”, enquanto meio de obtenção do poder, traçando por intermédio de indagações uma reflexão sobre o pensamento comunista e lhe conferindo um significado de “ameaça nacional”.

Desse modo, enquanto guardiões da nação justificam o “endurecimento” dos seus atos pela responsabilidade de instruir e reintegrar socialmente os “jovens aliciados” pelos “velhos comunistas” e pelas ideias progressistas da Igreja Católica. Essa instituição é classificada por eles como “subversiva” diante da forte influência do comunismo internacional, responsabilizando-a pela deterioração política das Forças Armadas.

Outro sentido constatado nas narrativas refere-se ao pretexto de que a tortura no combate à “subversão” é praticada por policiais “despreparados” e por oficiais que psicologicamente se descontrolam diante da “violência dos terroristas” ou pelos “sádicos” que desobedecem as ordens de seus comandantes e envergonham a corporação e a nação. Essa denotação serve para negar a tortura como instrumento de sistematização da política de repressão estatal e como princípio da Ideologia de Segurança Nacional, a qual atua para forjar a realidade social.

Com essas justificativas, os militares narram como se fossem os detentores exclusivos da “verdade dos fatos”, atuando para defender os ideais da “Revolução de 1964” e para legitimar a memória estatal outrora construída, ao justificar a atuação do Estado, por meio do sistema repressivo criado diante da “convocatória do povo” devido à necessidade de combater e neutralizar a “ameaça comunista”. E ainda, para regularizar seus lugares no seio da instituição ao selecionarem as recordações que possam ser utilizadas em defesa dos mesmos, caso venha a ocorrer o interesse social de julgá-los e puni-los como torturadores. Por fim, operam para que o “acordo de esquecimento” rompido pelos opositores seja retomado e regularizado.

5.3. “MEMÓRIA DE RESISTÊNCIA” *VERSUS* “MEMÓRIA DE SEGURANÇA NACIONAL”

No processo do trato com as memórias dos dois agrupamentos sociais estabelecidos nesta pesquisa constatou-se que diferentes sentidos foram dados, pelos que recordam, à

tortura empregada na ditadura militar. No geral, para os opositores é sinônimo de denúncia da repressão sistemática estatal e se desdobra como um ato de resistência. Nesse seguimento a memória dos insurgentes, ao contestar a memória que o Estado construiu, enquanto representante da burguesia, e que procurou institucionalizar como nacional, a rechaça e contradiz, já para os militares que legitimam a referida memória estatal denota "segurança nacional".

É pertinente pontuar que a memória não possui compromisso com a verdade e sim com a averiguação e o resgate. Ou seja, a memória reconstrói e revisa no presente fatos ocorridos no passado. Assim, em sintonia com o pensamento de Fentress e Wickham (1992), assinala-se que a função das memórias optadas na pesquisa não é apenas de representar alguns eventos, pois,

> [...] de uma maneira geral, ligam, esclarecem e interpretam os acontecimentos. [...] fornecem-nos um conjunto de explicações de reserva subjacentes à nossa predisposição para interpretar a realidade da maneira que interpretamos. [...] a memória não é meramente retrospectiva; é também prospectiva (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 70).

Nessa direção, ao se debruçar sobre a análise das presenças e sentidos do passado, a socióloga argentina Elizabeth Jelin (2002) levanta como argumento o reconhecimento das memórias como objetos de disputas, conflitos e lutas. Ela aponta a necessidade de dar atenção ao papel ativo e produtor de sentido conferido pelos participantes dessas disputas. Para a autora, existe uma luta ativa pelo sentido do ocorrido e pela memória do mesmo. Logo, a memória que duela contra o esquecimento ou contra o silenciamento faz referência ao combate entre memórias distintas e adversárias.

À vista disso, ao se revisitar a questão da prática da tortura na ditadura militar, no Brasil, entre 1969 e 1973, pelo viés da memória, a tortura, enquanto fio condutor da pesquisa desponta-se como estopim das disputas entre as narrativas de memória dos opositores insurgentes e dos militares que foram previamente selecionadas. Logo, visualiza-se por intermédio dos sentidos conferidos à referida prática posicionamentos divergentes sobre a memória construída pelo Estado burguês, o qual a moldou através da ideologia dominante.

O referido Estado, nos anos ditatoriais, ao edificar propositalmente uma memória, procurou condensar ilusoriamente os "interesses comuns" da sociedade, ao tempo que escamoteou a dominação burguesa e as diferenciações sociais. Isso sugere que por meio do componente ideológico que alimenta a memória estatal, seus protagonistas estabeleceram um controle sobre o que devia ser transmitido, futuramente, a respeito dos fatos ocorridos no

contexto da ditadura militar. Esse controle ocorreu, habilidosamente, por meio de um discurso ideológico que segundo Chauí,

> é feito de espaços em branco, como uma frase na qual houvesse lacunas. A coerência desse discurso (o fato de que se mantenha como uma lógica coerente e que exerça um poder sobre os sujeitos sociais e políticos) não é uma coerência nem um poder obtidos *apesar* das lacunas, *apesar* dos espaços em branco, *apesar* do que fica oculto; ao contrário, é *graças aos brancos*, *graças às lacunas* entre as suas partes, que esse discurso se apresenta como coerente. Em suma, é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso (CHAUI, 2013, p. 126-127, grifo da autora).

Nesse sentido, o Estado burguês justificou a violência dirigida em desfavor dos seus oponentes ao disseminar que diante da "ameaça terrorista" fazia-se se necessário a realização de uma assepsia social em prol do restabelecimento da democracia. Para tanto, emitiu um discurso cunhado no binômio "segurança e desenvolvimento" que de acordo a reflexão elaborada por Dreifuss e Dulci (1984), segurança era sinônimo de coerção e desenvolvimento era sinônimo de garantia dos interesses da classe dominante, o qual se norteava pelas normas do bloco histórico capitalista e com forte aliança com os Estados Unidos.

Contudo, o referido discurso era percebido, ilusoriamente, por uma parcela da sociedade como uma ação em "defesa" da pátria e como uma possibilidade de conseguir a desejada ascensão econômica. Porém, a parcela social que se insurgiu percebia claramente que a coerção era um mecanismo estatal utilizado para abortar qualquer tentativa de impedir e/ou denunciar a manutenção e/ou reprodução do *status quo* dominante.

Assim, a memória atravessada pela Ideologia de Segurança Nacional era concebida ao mesmo tempo em que o Estado moldava suas estruturas, enquanto representante dos interesses da burguesia. Fato esse que fica evidenciado no *corpus* legislativo editado e sancionado, o qual materializa o componente ideológico, regularizando o falseamento da realidade, que era empregado como instrumento que defendia os "interesses comuns" a todos.

Em decorrência dessa memória estabeleceu-se por meio das expressões escritas pelos opositores, a partir da década de 70, do século XX um processo construtivo de narrativas, de caráter parcial e seletivo, que em reação a "memória de segurança nacional", erguida pelo Estado durante a ditadura, foram publicadas tendo como uma de suas finalidades o ato de delatar a prática da tortura e desmascarar a referida memória estatal.

Ao exporem as suas experiências com as torturas sofridas os opositores as fazem em decorrência de seus projetos políticos e sociais, os quais se opõem aos interesses da classe dominante, que foram resguardados pelo ESN. Logo, os narradores se identificam com a

prática degradante como combatentes das injustiças sociais, da dominação burguesa e da função exercida pelo Estado em proveito dessa dominação. Em vista disso, ao analisarem o vivido com os suplícios submetidos o fazem de modo crítico, pois objetivam denunciar os fatos ocorridos ao selecionarem os que circundam entorno da prática da tortura e que são derivantes da política de repressão edificada pelo Estado. Tal ato tem o intuito de denunciar publicamente em função de suscitar e/ou promover a justiça. Justiça essa que requer, em primeiro plano, que haja a apuração do sucedido no ceio da repressão estatal, tornando-a notória e a condenação dos agentes que operaram nas funções de torturadores.

Ao narrarem recordações dolorosas e traumáticas quem relata o faz por um ato de coragem e, concomitantemente, pela capacidade de resistência por meio da memória. Por isso, a ação de narrar e de conferir sentidos ao submetido refere-se ao ato de resistir ao controle promovido por intermédio da memória do Estado de Segurança Nacional.

Em segundo plano, a justiça almejada é refletida pelo dever de não permitir que seja legado ao esquecimento as mazelas decorrentes da prática da tortura, pois segundo Jelin (2002) aqueles que militam no campo da memória assumem um “dever de memória” que objetiva o perpetuamento do recordado contra as possíveis formas de promoção de um “esquecimento”, o qual é considerado um novo crime, assim, como é a prática da tortura. Portanto, não tocar no assunto por se considerar que com isso está se promovendo uma atitude de respeito aos atingidos pelos suplícios, na verdade gera um “esquecimento” que favorece a ocorrência de situações semelhantes em tempos vindouros e beneficia a manutenção social da “memória de segurança nacional”.

O conflito narrativo inaugurado com as expressões opositoras foi a partir da década de 80, do século XX, acentuado pelas publicações narrativas dos militares construídas em contradição as dos oponentes. Esses, ao contarem o que julgaram devido, o fizeram em consequência de serem sujeitos implicados com o Estado, no qual atuaram como representantes da força coercitiva estatal. A referida força era encoberta pela imagem de que as Forças Armadas eram mediadoras dos conflitos sociais, mas na verdade agiam como demarcadores de direitos políticos e sociais. Ao passo que legitimam a “memória de segurança nacional”, validam também a tortura ao justificá-la como “excessos” ocorridos em “defesa” da nação que se via vulnerável diante da “ameaça comunista”.

Dessa maneira, ao avaliarem os seus experimentos com as torturas praticadas, os militares que atuaram como agentes estatais nos cárceres da repressão e/ou em outros papéis vinculados a mesma, o fazem de modo atrelado a reproduzir a ideologia dominante, sem carecer elaborar táticas para efetivar o seu objetivo. Fato esse que comprova a inclusão dos

militares, enquanto atores sociais, nos grupos de pertencimento vinculados a ideologia referenciada acima.

Em um segundo momento, essa avaliação ao mascarar a prática da tortura denominando-a de “excessos” e/ou ao assumi-la como consequência da “guerra desleal” promovida pelos “terroristas”, os militares se posicionam como “salvadores” da pátria e dividem a responsabilidade das mazelas decorrentes da prática supracitada, em primeiro lugar, com a população brasileira que teria clamado para que as Forças Armadas interviessem e restabelecessem a ordem democrática, operando para extirpar os desvios políticos e morais que atingiam o Brasil. Em segundo lugar, com os próprios oponentes, pois ao considerarem que a “guerra”, ocorrida nos anos ditatoriais, foi iniciada por esses e que as três armas se viram “obrigadas” a agirem por serem cidadãos legitimamente responsáveis pelo combate a “subversão”, pela defesa dos “interesses comuns” e pela “integridade” da nação.

Portanto, ao parcializarem e escolherem narrar recordações que minimizam a questão da prática da tortura e os desdobramentos traumáticos conferidos pela mesma, os militares as fazem por uma ação de reforço ao ponto de vista ideológico que define a instituição militar como responsável direta pela mediação de conflitos sociais, pela proteção da carta magna e da ordem democrática. Situação essa que convalida a memória institucionalizada pelo ESN como a memória que dissemina a “verdade” ocorrida nos vinte um anos do regime militar, a qual alega que os “inimigos internos” tentaram “subtrair” a “retidão nacional”.

Logo, quando os militares relatam e atribuem sentidos ao praticado dentro da estrutura repressiva instalada no Brasil durante a ditadura militar, e mais especificamente entre os anos de 1969 e 1973, período que caracteriza uma intensificação da violência estatal, os mesmos aludem à capacidade do Estado de controlar o passado por meio da memória que construiu pautada em recordações que delimitam e determinam o que deverá ser disseminado para as gerações futuras.

Nesse sentido, o dever de memória assumido pelos militares em suas narrativas escritas procura descredibilizar a “memória de resistência” produzida pelos sentidos atribuídos à tortura sofrida, nos anos ditatoriais, e expressos nas publicações por meio das recordações acerca das experiências vividas pelos opositores insurgentes. Assim, os oficiais das Forças Armadas, ao reativarem nas significações dadas ao recordado o componente ideológico dominante, tentam promover, mais uma vez, o “medo nacional” em relação ao “terrorismo”. Alegam que a intenção narrativa dos insurgentes obedece a um propósito “subversivo” de ludibriar a sociedade ao construir narrativas que propagam “falsamente” que o Estado foi o único responsável pela violência no Brasil ditatorial e ao se referirem à prática

da tortura como uma política sistemática estatal e um princípio da Ideologia de Segurança Nacional.

Portanto, os militares consideram em suas recordações que os opositores devem "honrar" o "acordo de esquecimento" proposto na Lei da Anistia, o qual os "perdoou" de seus "delitos", deixando que caísse no "esquecimento social" recordações "indesejáveis" aos interesses da classe dominante. Todavia, a memória opositora entra em confronto com essa intenção de "esquecimento" ao repulsar a atuação dos militares de querer manter ativa uma memória que escamoteia por meio de um discurso de "segurança nacional" o uso da prática da tortura como um instrumento sistemático que alicerça a política de repressão do Estado burguês, durante o recorte temporal analisado, em prol de assegurar e/ou reproduzir o *status quo* dominante e legitimar a memória ambicionada pelo referido Estado.

Em suma, constata-se que o processo de construto da memória é feito por parcialidades e seleções, visto que a memória é uma demanda ativa por significados. Logo, quem narra o faz a partir dos seus grupos de referência e dentro de contextos que acionam suas recordações. Nessa direção, tanto os opositores insurgentes quanto os militares golpistas atribuem sentidos aos fatos elegidos, que ao serem exteriorizados entram em confronto, dado que os mesmos são díspares e contraditórios.

Por fim, as disputas de memórias apuradas nesta pesquisa apontam que os enfrentamentos sociais sucedidos durante a ditadura militar não foram solucionados. Esse fato indica que tais conflitos estenderam-se ao campo da memória. Logo, constata-se que ao escoar pelo presente o passado a perspectiva social da memória possibilita uma recomposição da História, pois permite a reconstrução dos fatos ocorridos e adiciona novos referenciais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar a ocorrência de disputas de memórias entre grupos antagônicos, ao analisara prática da tortura no período entre 1969 e 1973 pelo viés social da memória. Logo, dividiu-se o estudo em três momentos. No primeiro se avaliou o ato estatal de institucionalizar a memória da burguesia construída acerca da ditadura militar, no Brasil. Para isso, refletiu-se sobre o aspecto social da memória, procurando traçar uma contextualização histórica que justificasse a importância dos acontecimentos recordados. Em seguida ponderou-se a respeito da relação entre o Estado e a sociedade durante os anos ditatoriais e a propósito da implantação das "bases legais" do Estado de Segurança Nacional, como indicativos da construção premeditada de uma memória. Logo, acatou-se o conceito de ideologia enquanto falseamento da realidade, a qual, manejada pelo poder estatal, atuou para estabelecer o controle no cerce da sociedade marcada pelas diferenciações sociais no fito de manter as condições materiais de produção/reprodução do *status quo* dominante.

Foi possível observar que o Estado de Segurança Nacional se constituiu e se aparelhou por meio da legislação que criou para convalidar e institucionalizar a memória da burguesia. Ao passo que atuou ideologicamente na ocultação da realidade social, servindo-se da violência para eliminar as contradições proferidas pelos que se opuseram. Desse modo, durante a pesquisa, constatou-se que apesar do perfil autoritário do Estado a relação do mesmo com a sociedade era marcada por contradições.

No segundo momento, verificou-se nas fontes elegidas como se deu a operacionalidade dos dois grupos sociais, formados neste trabalho, na edificação de suas memórias. Para esse propósito recorreu-se a perspectiva social da memória, conferindo os entrecortes ocorridos entre a memória do indivíduo que narra e a coletividade na qual está inserido e compartilha recordações. Viu-se, entretanto, que os agrupamentos identificados na pesquisa alargaram sua constituição social, pois tanto o que se definiu como opositores insurgentes quanto à abrangência de militares alterava-se nas relações estabelecidas com os que interatuavam ou se associavam aos grupos de referências.

Além de buscar estabelecer as intersecções entre o narrador e o grupo, refletiu-se sobre a oposição ao regime político instaurado no Brasil, após 1964, acerca do impulso narrativo insurgente e ergueu-se no interior da pesquisa uma silhueta do agrupamento opositor. Esse percurso permitiu adentrar na análise da repressão política ditatorial e sua imbricação direta com a ideologia disseminada pela Doutrina de Segurança Nacional,

desenvolvida pela Escola Superior de Guerra e com o Estado edificado aos seus moldes. Ao se decidir em subdividir a oposição entre o caráter insurgente e o institucional verificou-se que os opositores insurgentes, reunidos palas narrativas elegidas, podem ser caracterizados como um grupo de memória.

Constatou-se, ainda, por intermédio das multifaces narrativas dos militares que para se ter uma memória de grupo é preciso existir pontos de coesão. À vista disso, o estudo teceu na pesquisa um perfil para o agrupamento militar e evidenciou o posicionamento ideológico que o aproximava da classe dominante. Para tanto, a avaliação do posicionamento das Forças Armadas no cenário político do país foi esclarecedora acerca dos motivos que levaram os militares a se pronunciarem.

No terceiro momento, apuraram-se as disputas de memórias e verificou-se a atuação de cada grupo para conferir sentidos ao recordado e estabelecer memórias antagônicas, as quais são provenientes de uma sociedade estratificada, na qual o Estado opera para proteger os interesses da classe dominante. Além disso, a função desempenhada pelo Estado inseriu a pesquisa na discussão que orbita entre memória e ideologia.

Certamente a existência de contestações sociais no período ditatorial se associa aos sentidos que foram atribuídos, nas narrativas opositoras e nas militares, à tortura utilizada pelos agentes do Estado, entre 1969 e 1973. Sentidos esses que clareiam a disputa entre as memórias dos dois grupos sociais analisados. Observou-se que os sentidos dados pelos oponentes confirmam que a tortura foi sistemática e usada no intento de aniquilar a oposição e silenciar suas recordações no futuro. Assim, a referida prática, enquanto princípio da Ideologia de Segurança Nacional, foi empregada na esfera da política de repressão estatal, possibilitando assegurar os interesses dominantes. Todavia, as motivações do presente de quem narrou foram dando novas denotações para o método degradante, de acordo com os lugares sociais ocupados pelos narradores e com o dever social assumido por cada um.

Em outra direção as significações atribuídas nas recordações dos militares, apesar de nem sempre coincidirem, são unificadas pelo sentido de “segurança nacional” e pela necessidade de preservação de uma imagem positiva das Forças Armadas. Portanto, partem da ideia que diante de uma situação de “guerra” ambos os lados ultrapassam limites, justificando que a violência direcionada aos opositores é fruto da “subversão” e não um instrumento da política do Estado.

No decorrer da pesquisa foi demonstrado que a dimensão da prática da tortura no processo de construção da memória do Estado burguês foi proeminente, pois as mazelas recordadas pelos insurgentes comprovam o seu emprego sistemático e evidenciam a extensão

das sequelas provocadas nos indivíduos que a sofreram diretamente. Assim, inevitavelmente, esses efeitos se inseriram e se prolongaram em familiares e amigos. Em vista disso, o silenciamento infligido com a tortura garantiu ao Estado a possibilidade, enquanto operador dos interesses dominantes, de construir, difundir e legitimar a memória da burguesia por meio de seu *corpus* legislativo e de sua retórica política, manipulando-a ideologicamente, para ser acolhida pela sociedade como a memória nacional aspirada.

Na análise realizada acerca dos sentidos atribuídos à tortura por ambos os agrupamentos constatou-se a presença de uma memória opositora, que ao rechaçar e denunciar a "memória de segurança nacional" edificada pelo Estado burguês se materializou como uma "memória de resistência", devido ao fato de ter rompido com o silenciamento imposto em decorrência das sequelas fomentadas pela prática degradante operada por seus algozes. Enquanto que, por outra via os militares ao anunciarem suas recordações procuraram legitimar a supracitada memória erguida e atravessada pelo componente ideológico que a sustenta.

Por fim, a avaliação das narrativas de memórias dos opositores insurgentes e dos militares golpistas comprova que a construção social da memória é permeada de afetividades, pertencimentos, relações, interesses, circunstâncias e sentidos. Logo, não se pode falar de uma única memória e sim de uma pluralidade. Desse modo, as disputas entre as narrativas dos grupos elegidos nessa pesquisa evidenciam que os conflitos sociais estenderam-se ao campo da memória.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL, Escola Superior de Guerra. **Manual Básico**. Rio de Janeiro: ESG, 1975.

_____. Rio de Janeiro: ESG, 1992.

CHAUI, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Organizador André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica Editora/São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1978.

DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982).** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

_____. Memória e Ideologia: a tortura como mecanismo de silenciamento durante a ditadura militar no Brasil. In: CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia Costa (orgs.). **Ditadura: memória, violência e silenciamento.** Salvador: EDUFBA, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.** Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand e DULCI, Otávio Soares. As Forças Armadas e a Política. In: **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**, 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984, p.87-117.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editorial Teorema, 1992.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

_____. **Los Marcos Sociales de la memoria**. Postfacio de Gérard Namer; traducción de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. - Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidade de la Concepción; Caracas: Universidade Central de Venezuelas, 2004.

JELIN, Elizabeth, **Los trabajos de la memoria**. Madrid: SSRC, 2002;

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Relações Simbióticas entre Memória, Ideologia, História e Educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt S.; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (orgs.). **História, memória e educação.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MAINWARING, Scott. Igreja e política: anotações teóricas. **Síntese Revista de Filosofia**, Belo Horizonte: FAJE, v.10, n. 27, p. 35-56, 1983. Disponível em: <http://www.periodicos.faje.edu.br. Acesso em: 20 de junho de 2017>.

MARQUES, Artêmio Soares Marques. **A Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) e o embate ideológico na esquerda brasileira, 1960: o caso PCB.** Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e militarização do Estado no Brasil (1964-1968).** Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1986.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Tarefa de todos nós.** Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1971.

MENEZES, Delano T. **Como pensam os militares: a construção social da subjetividade dos militares.** São Paulo: Baraúna, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis: Vozes, 1976.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ROSSI, Clóvis. **Militarismo na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

FONTES

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. 14.ª Ed., Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____. **Diário de Fernando**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2009.

CALDAS, Álvaro. **Tirando o capuz**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares**: **confissões**– **Histórias secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar - Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). **Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 1997.

FON, Antonio Carlos. **Tortura. A história da repressão política no Brasil.** São Paulo: Global,1979.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é preciso**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro?** São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GIORDANI, Marco Pollo. **Brasil Sempre,** Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda, 1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Brasília, Editerra Editorial, 1987.